



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Fernando Henrique Prado

**A Indicação Geográfica da Erva-Mate no Planalto Norte Catarinense: qual  
contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável?**

Florianópolis

2021



Fernando Henrique Prado

**A Indicação Geográfica da Erva-Mate no Planalto Norte Catarinense: qual potencial de desenvolvimento territorial sustentável?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas  
Orientador: Prof., Dr. Ademir Antonio Cazella

Fernando Henrique Prado

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prado, Fernando Henrique

A Indicação Geográfica da Erva-Mate no Planalto Norte  
Catarinense: qual contribuição para o desenvolvimento  
territorial sustentável? / Fernando Henrique Prado ;  
orientador, Ademir Antonio Cazella, 2021.  
116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós  
Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Indicação Geográfica. 3.  
Desenvolvimento Territorial Sustentável. 4. Atributos  
Territoriais. 5. Cesta de bens e serviços territoriais. I.  
Cazella, Ademir Antonio . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Agroecossistemas. III. Título.

Fernando Henrique Prado

**A Indicação Geográfica da Erva-Mate no Planalto Norte Catarinense: qual potencial de desenvolvimento territorial sustentável?**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Denilson Dortzbach  
Epagri

Prof., Dr. Adinor José Capellesso  
IFSC São Miguel do Oeste

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Arcângelo Loss  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a) Dr. Ademir Antonio Cazella  
Orientador(a)

Florianópolis, 2021

*Aos meus pais,  
Márcio e Lucimar,  
A minha irmã,  
Ana Carolina, e aos meus amigos pelo apoio, carinho,  
compreensão e principalmente, por me darem força, sempre,  
para realizar meus sonhos!*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível em função de todo apoio recebido e auxílio de muitas pessoas e instituições. Agradeço:

A toda minha família, em especial, meus pais, Márcio e Lucimar, a minha irmã, Ana Carolina, meus tios e tias, minha avó, Neide, e meus primos, por todo apoio, carinho e compreensão, mesmo distantes fisicamente. Além disso, todos os seus ensinamentos e seus exemplos foram essenciais para a realização do mestrado.

Ao meu orientador, prof. Doutor Ademir Antonio Cazella, pela excelente orientação durante o mestrado, por me desafiar em uma temática, até então, não trabalhada por mim. Agradeço também por ter me inserido no grupo de pesquisa e discussão que foram essenciais para meu processo de aprendizagem.

Aos professores e estudantes do PGA, pelos debates em sala de aula, reflexões, espaços para diálogos e aprendizagem.

Algumas pessoas foram fundamentais para a realização desta dissertação. Agradeço, primeiramente o pesquisador Doutor Denilson Dortzbach da Epagri, por permitir a união entre a UFSC e a Epagri para a realização da pesquisa. Além disto, agradecer pela compreensão e atenção nos momentos que necessitei de alguma ajuda. Agradeço também as pessoas que contribuíram para a realização da pesquisa de campo, entre elas, Marja Zattoni Milano, que me acompanhou e me auxiliou durante todos os dias em campo e durante as entrevistas. Faço um agradecimento em especial, ao pesquisador e Doutor da Epagri, Adriano Martinho de Souza (*in memoriam*) que durante a pesquisa de campo possibilitou o contato com os atores da cadeia produtiva da erva-mate no PNC, que nos deixou precocemente com tanto conhecimento sobre esta temática, na qual era apaixonado. Adriano foi responsável por conscientizar os atores de que era possível se mobilizar para a obtenção da IG no PNC, além de salientar a notoriedade da erva-mate do PNC. Acredito com a obtenção desse selo de qualidade, os atores lembrarão do seu esforço e dedicação ao longo de sua vida profissional para esta construção.

Agradeço de coração meu companheiro e parceiro de vida, João Batista de Oliveira Junior, que esteve presente tanto em momentos conturbados, mas também nos momentos mais felizes dessa trajetória. Agradeço por todo apoio e cooperação durante essa caminhada.

Agradeço a todos os amigos e amigas, principalmente aqueles que contribuíram para este trabalho com sugestões e correções, críticas, comentários e solícitos aos meus questionamentos: Milena Regina, Jeferson Lino, Raimundo Domingues, Felipe Maestri, Thays Letícia, Jéssica Fortes, Maikon Pickcius, Paulo Pantoja, Kevin Rodrigues, Diones Reis e Diego Perobelli. Gostaria de agradecer, em especial, por todo carinho e companheirismo do meu cachorro, Harry, que sempre esteve ao meu lado durante a realização da dissertação.

Aos membros do LEMATE (CCA/UFSC) e aos membros do grupo de pesquisa “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável”, pela oportunidade de participar de discussões e reuniões que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Entre as instituições, agradeço à UFSC pela oportunidade de realizar o mestrado e ao CNPq pelo apoio financeiro pelo fornecimento da bolsa de estudos durante o curso e também por financiar a realização da pesquisa de campo.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”  
(Friedrich Nietzsche)

## RESUMO

A região do Planalto Norte Catarinense (PNC) apresenta potencial para a diferenciação e valorização da erva-mate, produto enraizado na história e cultura local. Por esta razão, atores da cadeia produtiva da erva-mate mobilizaram-se para a construção de um dossiê técnico com o propósito de demandar uma Indicação Geográfica (IG) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Uma IG carrega consigo uma ligação entre os territórios e seus atributos, o saber fazer, a cultura e a história. Além disso, torna-se um instrumento de agregar valor, credibilidade e garantia quanto às características e especificidades da erva-mate do PNC. Entretanto, há um reducionismo ao pensar na relação direta entre a obtenção de uma IG e as melhorias de preço do produto ou serviço, devido à complexidade dessa estratégia de desenvolvimento territorial. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória histórica do processo constitutivo da IG da erva-mate no PNC, com destaque para as principais ações que têm sido concebidas com potencial de promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Busca-se, também, identificar os recursos e ativos territoriais específicos do PNC que possam constituir uma oferta compósita em um processo de formação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Para tanto, a pesquisa combinou revisão bibliográfica e documental com a realização de entrevistas semiestruturadas. A análise revelou que o processo de construção da IG teve irregularidades ao longo do tempo da sua construção, decorrentes de (des) articulações e (des) motivações, além da exclusão de alguns atores da cadeia produtiva ou o favorecimento de uns em detrimento a outros. Além disso, outros recursos e ativos territoriais existentes no PNC evidenciam outras potencialidades de desenvolvimento que podem se somar e reforçar a iniciativa de obtenção da IG da erva-mate.

**Palavras-chave:** indicação geográfica, desenvolvimento territorial sustentável, cesta de bens e serviços territoriais, atributos territoriais.

## ABSTRACT

The Northern Santa Catarina Plateau region (PNC) has the potential to differentiate and enhance yerba mate, a product rooted in local history and culture. For this reason, actors in the yerba mate production chain have mobilized to build a technical dossier with the purpose of demanding a Geographical Indication (GI) from the National Institute of Industrial Property (INPI). This tool carries with it a link between territories and their attributes, know-how, culture and history. In addition, GI becomes an instrument to add value, credibility and guarantee regarding its characteristics and specificities. However, there is a reductionism when thinking about the direct relationship between obtaining a GI and the price improvements of the product or service, due to the complexity of this territorial development strategy. In this way, the present work aims to analyze the historical trajectory of the constitutive process of the herb of Yerba Mate in the PNC, highlighting the main strategies and actions that have been conceived with the potential to promote Sustainable Territorial Development (STD). As well as, identify the specific territorial resources and assets of the PNC that may constitute a composite offer in the process of forming a Basket of Territorial Goods and Services (CBST). To this end, the research combined bibliographic and documentary revision with semi-structured interviews. The analysis revealed that the process of construction of the GI had irregularity over the time of the construction of the GI, driven by disarticulation and demotivation, in addition to the exclusion of some actors from the production chain or the favoring of some to the detriment of others. In addition, the resources and territorial assets raised by the PNC show the potential for developing initiatives that consolidate a Basket of Territorial Goods and Services (BTGS) aiming at a more comprehensive and articulated model of the STD process.

**Keywords:** geographical indication, sustainable territorial development, basket of territorial goods and services, territorial attributes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Abrangências geográficas da IG da erva-mate e da Amplanorte.....	38
Figura 2	–	Selos IGP e DOP adotados pela EU.....	65
Figura 3	–	Distribuição das IGs por Estado.....	69
Figura 4	–	Diagrama geral da cadeia produtiva da erva-mate.....	80
Figura 5	–	Etapas do beneficiamento da erva-mate até sua destinação final.....	82
Figura 6	–	Primeiros processos de beneficiamento da erva-mate na indústria.....	84
Figura 7	–	Diferenças das especificações entre os compradores de erva-mate.....	87
Figura 8	–	Ervateiras presentes no PNC.....	87

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Recursos do PNC segundo os eixos da CBST .....98

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Panorama das IGs no Brasil.....	67
--------------------------------------------	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
- ADPIC - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
- ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
- ASPROMATE - Associação dos Produtores de Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense
- CBST – Cesta de Bens e Serviços Territoriais
- CCA – Centro de Ciências Agrárias
- CFb - clima temperado úmido com verão temperado
- CIRAM - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina
- CMMAD - Comissão Mundial para o meio ambiente e Desenvolvimento
- CNPq - - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DD - Densidade Demográfica
- DO – Denominação de Origem
- DOP – Denominação de Origem Protegida
- DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FESMATE – Festa Estadual da Erva-Mate
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar da Região
- FLONA - Floresta Nacional
- GRU - Guia de Recolhimento da União
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
- IG – Indicação Geográfica
- IGP - Indicação Geográfica Protegida
- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
- IP – Indicação de Procedência

LEMATE – Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MG – Minas Gerais

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONGs – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PGA – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

PI – Propriedade Intelectual

PNC – Planalto Norte Catarinense

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PR - Paraná

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SINDIMATE – Sindicato das Indústrias do Mate de Santa Catarina

SP – São Paulo

TRIPS - Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

UE – União Europeia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnC – Universidade do Contestado

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>40</b>
<b>1 O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO OPERACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ZONAS RURAIS .....</b>	<b>40</b>
1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL .....	40
1.2 TERRITÓRIO E SUAS DINÂMICAS .....	46
1.3 O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS .....	51
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>56</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE IG NO BRASIL .....</b>	<b>56</b>
2.1 A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.....	56
2.1.1 Análise da trajetória histórica das IG .....	56
2.1.2 A indicação geográfica como propriedade intelectual .....	58
2.1.3 Panorama brasileiro das IGs .....	63
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>71</b>
<b>3 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA IG DA ERVA-MATE E SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA CBST NO PNC .....</b>	<b>71</b>
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PNC .....	71
3.2 NOTORIEDADE DA ERVA-MATE NO PNC .....	75
3.3 CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE NO PNC .....	79
3.4 PROCESSO CONSTITUTIVO DA IG DA ERVA-MATE NO PNC .....	88
3.5 PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IG .....	93
3.6 ATRIBUTOS TERRITORIAIS POTENCIAIS DO PNC .....	98
CONSIDERAÇÃO FINAIS .....	107
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>

**ANEXOS ..... 121**  
**ANEXO 1- ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO AOS ATORES DO PNC ... 121**  
**ANEXO 2- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... 124**

## INTRODUÇÃO

O modelo de agricultura industrial globalizada, ao estimular o aumento padronizado da produtividade a qualquer custo, é responsável por danos ambientais e sociais. Nesse modelo aumentam cada vez mais as distâncias físicas e cognitivas entre produtores, consumidores e os ambientes que dão suporte à produção de alimentos (BACON et al., 2012). O local e sua capacidade de produzir novidades perdem relevância a favor de um mundo cada vez mais padronizado (PLOEG, 2008). Os territórios rurais e os agricultores que não se adequam às exigências impostas por esse modelo são marginalizados dos processos de desenvolvimento.

Para elucidar essa marginalização de alguns territórios rurais podemos exemplificar os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do IBGE referentes ao Índice Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup> de Santa Catarina (SC), em 2010, revelam que o estado possui o terceiro melhor IDH do Brasil, com o valor de 0,774, sendo classificado como de alto desenvolvimento. Entretanto, esse valor médio do IDH catarinense não retrata a realidade dos municípios do Planalto Norte Catarinense (PNC), região objeto de análise nesta dissertação, dado que a maioria deles apresenta valores inferiores à média estadual. Uma análise mais aprofundada revela uma expressiva heterogeneidade entre as regiões do estado, tendo esse índice como parâmetro. O desenvolvimento de regiões marcadas por acentuadas desigualdades socioeconômicas, a exemplo do PNC, representa um desafio a ser enfrentado por distintas categorias de atores sociais envolvidos. Trata-se de encontrar alternativas para melhorar os indicadores sociais, econômicos e ambientais, que propiciem melhorias na qualidade de vida da população.

Diante dessa realidade, a busca constante por alternativas que possam promover o desenvolvimento de zonas marginalizadas pelo progressivo processo de globalização figura como um contraponto ao assistencialismo, por vezes necessário, mas insuficiente no longo prazo. No contexto brasileiro, ações promovidas por atores da sociedade civil e do Estado procuram induzir em determinados espaços rurais onde predomina a agricultura familiar um estilo de desenvolvimento sustentável, que gere novas oportunidades econômicas. As

---

<sup>1</sup> O IDH é calculado com base em dados econômicos e sociais numa escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país, estados, regiões e municípios. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

iniciativas ditas de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) em zonas rurais não se reduzem às atividades agrícolas, pois esses espaços têm múltiplas atividades, estruturadas por redes sociais diversas (CAZELLA et al., 2009).

Para Van Der Ploeg (2008), as alternativas ao paradigma dominante de agricultura produtivista consistem em modelos redistributivos e centrados na qualidade. Nesse sentido, nas últimas décadas surgiram ações de desenvolvimento que visam promover a especificação e a valorização de produtos e serviços de zonas rurais por meio de diversos mecanismos e estratégias. Marcas territoriais, selos de qualidade, distinção do saber-fazer e do modo de produção associados a escalas locais e a mercados de proximidade abrem caminho para a construção social de novos mercados com ênfase na promoção das denominadas economias territoriais, a partir da redução das disparidades econômicas e sociais, preservação ambiental e fortalecimento de vínculos horizontais entre distintos atores sociais.

Entre as ferramentas que vêm ganhando destaque na valorização de bens e serviços territoriais de qualidade diferenciada encontram-se as Indicações Geográficas (IG). O registro de IG reconhece produtos ou serviços que são específicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor e identidade própria, distinguindo-os em relação a produtos e serviços similares disponíveis no mercado. Busca-se, com isso, garantir aos produtores e consumidores a qualidade e a proteção contra a falsificação (BRASIL, 2008). Podem ser reconhecidos com IG produtos com qualidade única em função tanto dos recursos naturais como solo e clima, quanto do saber-fazer característico.

Segundo Velloso (2008), uma IG se torna uma ferramenta promotora do desenvolvimento territorial<sup>2</sup> desde que sua implantação, além da esfera econômica, associe valores sociais e ambientais que beneficiem, de forma indireta e variada, a maioria da população de um território. Assim, se faz necessário avaliar em que medida as iniciativas de criação de IG no Brasil têm sido capazes de impulsionar processos inclusivos e redistributivos ou se, ao contrário, reforçam a desigualdade e a exclusão nos processos de desenvolvimento.

No PNC, a erva-mate nativa é tida por diversas organizações territoriais como uma potencialidade para a obtenção de uma IG. Além disso, o território do PNC apresenta outros atributos “territoriais” com alto grau de especificidade, associados à história, tradição,

---

<sup>2</sup> Os significados de território e desenvolvimento territorial serão analisados no tópico que apresenta o referencial teórico da dissertação. No momento convém esclarecer que o termo território não se limita a uma base geográfica, pois agrega elementos associados, dentro outros aspectos, à história, tradição, meio ambiente e grau de organização e de governança de distintas categorias de atores sociais para fins socioeconômicos e ambientais.

características das paisagens naturais e um “saber-fazer” ligado a determinadas práticas e produtos. O manejo produtivo da erva-mate do PNC está associado a um sistema agroflorestal nativo que foi preservado ao longo do tempo, à cultura ligada à diversidade de povos tradicionais e à singularidade climática e ambiental. Esse conjunto de fatores gera a diferenciação e valorização de um produto típico dessa região, com ênfase para o fato dos ervais serem sombreados pela mata nativa, trazendo consigo a identidade local e cultural, além de elementos históricos, sociais e ambientais, que podem impulsionar uma dinâmica de DTS. A erva-mate produzida a partir de plantas sombreadas nas florestas nativas se distingue daquelas cultivadas em monocultivos associados a adubações químicas e controles sanitários com agrotóxicos.

Em 2003, a Associação dos Produtores de Erva-Mate do PNC (Aspromate) foi fundada com a finalidade de integrar produtores de erva-mate, ervateiros, associações, empresas, cultivadores e preparadores de sementes e mudas, além de outras entidades vinculadas, em prol do desenvolvimento da atividade ervateira. A trajetória da Aspromate está fortemente ligada à execução de um projeto baseado em estratégias e ações que visam dar suporte para o desenvolvimento sustentável da agricultura de territórios no estado promovidos em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). A obtenção do registro de IG para a erva-mate do PNC figura entre os objetivos principais dessa associação.

A elaboração formal do projeto para a obtenção da concessão da IG da erva-mate do PNC iniciou formalmente em 2011 com o apoio financeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse projeto – “Projeto IG” – começou com os estudos e levantamentos sobre solo, clima, planta, além do levantamento histórico-cultural. Desde então, despertou a mobilização de distintos atores que participam da cadeia produtiva da erva-mate, estabelecendo normas para as etapas do processo produtivo e a construção da regulamentação da futura IG. O dossiê técnico-científico foi submetido ao INPI, em 2019, com o intuito de obter a sua concessão e expedição do certificado ao território do PNC para a produção da erva-mate.

Dallabrida (2012) destaca a necessidade de aprofundamento de pesquisas, a fim de avaliar as possibilidades e desafios de se transformar a erva-mate manejada em ervais nativos em um elemento propulsor do desenvolvimento territorial. Esse autor e colaboradores relatam

que na região do Contestado, da qual o PNC faz parte, não se tem estudos com enfoque nos atributos territoriais que possam integrar uma ação de desenvolvimento (DALLABRIDA et al., 2014).

Esta dissertação tem a ambição de sanar parte dessa lacuna. Cabe destacar que este estudo integra um projeto de pesquisa aprovado junto ao edital Universal MCTIC/CNPq de 2018, coordenado pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território da Universidade Federal de Santa Catarina (LEMATE/UFSC)<sup>3</sup>, o qual tem o objetivo de compreender as particularidades e heterogeneidades socioeconômicas, culturais e ambientais de diferentes territórios rurais, como a Serra Catarinense, PNC, Vales da Uva Goethe, localizado no sul do estado de Santa Catarina e a região do Extremo-Oeste Catarinense. O enfoque teórico-metodológico desse projeto consiste em identificar produtos e serviços desses territórios, que possuam especificidades associadas às características locais, com potencial de serem valorizados nos mercados de forma coordenada da parte de atores territoriais públicos, privados e associativos.

Dessa forma, o presente trabalho tem a perspectiva de discutir o enfoque do DTS, tendo por referência o processo de implementação de da IG da erva-mate. A partir do estudo de caso de implementação da indicação geográfica<sup>4</sup> da erva-mate no PNC pretende-se analisar em que medida os recursos territoriais existentes nessa região representam potencialidades para uma estratégia de DTS. Trata-se de analisar a valorização de recursos territoriais para além da erva-mate, que possam contribuir para o DTS.

A partir dessa contextualização do tema de pesquisa, as principais perguntas que este estudo pretende elucidar são as seguintes: a partir da análise da trajetória do processo de constituição da IG da erva-mate no PNC, em que medida as estratégias e ações têm sido concebidas para promover o DTS? O processo de criação da IG da erva-mate pode contribuir para o desenvolvimento de novas formas de organização, permitindo identificar e valorizar outros recursos territoriais específicos, integrando novos desafios ao DTS do PNC?

O objetivo geral do estudo consiste em analisar a trajetória do processo constitutivo da IG da erva-mate no PNC, com destaque para as principais ações que têm sido concebidas com

---

<sup>3</sup> Além do LEMATE/UFSC, esse projeto conta com a participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC e IFC), Epagri e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo principal consiste em conceber um arcabouço teórico-metodológico de análise de desenvolvimento territorial sustentável voltado para apreensão das particularidades e heterogeneidades socioeconômicas, culturais e ambientais de diferentes territórios rurais brasileiros, a partir do enfoque da “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (CBTS).

<sup>4</sup> A indicação geográfica é uma estratégia de qualificação e valorização de um produto ou serviço que evidencia a relação entre o enraizamento sociocultural e o território onde foi produzido (NIEDERLE; VITROLLES, 2010).

potencial de promover o DTS. Para alcançar esse propósito, os seguintes objetivos específicos nortearam a pesquisa: i) apresentar o histórico das IG no mundo e no Brasil e descrever o processo de concessão de uma IG, tendo por base a legislação brasileira sobre o tema; ii) Identificar e caracterizar os distintos atores envolvidos na cadeia produtiva da erva-mate e de criação da IG; iii) identificar os recursos e ativos territoriais específicos do PNC que possam constituir uma oferta compósita de um possível processo de formação de uma CBST.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados na condução da pesquisa, inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica sobre os temas que integram a problemática de base da pesquisa. Embora essa atividade tenha ocorrido ao longo de todo o processo de elaboração da dissertação, a fase inicial foi mais intensa e demandou mais tempo. Em relação ao tema da IG, a revisão da literatura teve como foco a adoção de experiências práticas de outros territórios, a partir das implicações no processo de obtenção da IG e resultados obtidos por meio da implementação desse selo distintivo, além de dados sobre análise da trajetória histórica dessa temática e sua introdução e institucionalização no Brasil.

Na sequência foi conduzida uma pesquisa documental sobre o território onde foi realizado o estudo de caso da IG da erva-mate. Essa fase teve como objetivo levantar informações sobre os projetos em torno da implementação da IG, políticas de promoção de iniciativas prévias voltadas ao desenvolvimento territorial, buscando compreender a complexidade de todas as etapas. Um aspecto central nessa fase consistiu na identificação dos principais atores envolvidos diretamente e indiretamente no processo de implementação da IG, bem como daqueles implicados com as diferentes etapas da cadeia produtiva da erva-mate.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 22 e 26 de abril de 2019 a partir de uma abordagem qualitativa. Com base em Minayo (2017) podemos caracterizar este estudo como qualitativo, por atender as questões sociais que envolvem diretamente os sujeitos da pesquisa no processo de levantamento de dados e por investigar fenômenos de grupos humanos: suas contribuições históricas, culturais, sociais e ambientais, além da interação e articulação entre os atores do território envolvidos com a erva-mate, bem como a identificação de outros possíveis ativos e recursos territoriais existentes no PNC.

Tratou-se de uma pesquisa empírica de natureza exploratória junto a atores sociais considerados relevantes no processo de criação da IG. Não se teve, portanto, a intenção de contemplar atores de todos os municípios da área de abrangência da IG. Novas pesquisas de

campo se fazem necessárias para aprofundar a correlação entre a IG da erva-mate e a possível construção social de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

Essa etapa teve o propósito de conhecer, mesmo que de forma parcial, o território e o aprofundamento nas questões explicitadas pela pesquisa documental. Assim, foram realizadas doze entrevistas semi-estruturadas com os principais atores implicados com a cadeia produtiva e com o processo de obtenção da IG (atores públicos, privados e associativos). Essas entrevistas procuraram contemplar atores que participaram efetivamente da história da construção da IG, bem como a representatividade de diferentes segmentos socioeconômicos associados a esse processo e à cadeia produtiva da erva-mate. Todas as entrevistas foram gravadas, para uma minuciosa compreensão desse processo. As doze entrevistas contemplaram os seguintes atores territoriais:

a. Públicos: Secretário de Assistência Social de Canoinhas, Chefe da Floresta Nacional (Flona) de Três Barras, Gerente Regional da Epagri de Canoinhas e um pesquisador do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) de Canoinhas, totalizando quatro entrevistas. Além destes entrevistados formais, contou-se ainda com informações de dois atores públicos, pesquisadores da Epagri, diretamente implicados no processo de criação da IG, um do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram) e outro de Canoinhas, especialista do tema da erva-mate. Cabe destacar que no caso específico da Epagri teve-se a colaboração em distintas fases deste estudo de informações da parte dos pesquisadores que foram os principais responsáveis pela elaboração do processo de IG encaminhado ao INPI e, em especial, de estudos técnicos sobre a delimitação e principais características dos solos e clima da futura área de abrangência da IG;

b. Privados: representantes de cinco ervateiras, três produtores de matéria-prima e um viveirista, totalizando nove entrevistas;

c. Associativos: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), Presidenta do Sindicato das Indústrias do Mate no Estado de Santa Catarina (Sindimate) e o Presidente da Aspromate, totalizando quatro entrevistas.

Alguns atores entrevistados na pesquisa de campo fazem parte de mais de uma categoria de classificação dos atores, devido ao fato de se envolverem em diferentes segmentos da cadeia produtiva da erva-mate ou por integrarem tanto a categoria de atores privados quanto associativos.

Os roteiros de entrevistas contemplaram três dimensões: a primeira com questões preliminares, visando reconstituir a trajetória sócio-profissional do entrevistado e seu envolvimento e percepção dos demais atores implicados com o processo da IG. A segunda com o propósito de inventariar as principais características históricas, culturais e ambientais que diferenciam o território dos demais, os produtos e serviços territoriais de qualidade e serviços associados à cadeia produtiva da erva-mate. Por fim, a terceira se voltou para a identificação e caracterização de ações coletivas coordenadas, atuação em rede e espaços de concertação das principais iniciativas de valorização de produtos e serviços territoriais baseados diretamente com a erva-mate e também com outras iniciativas.

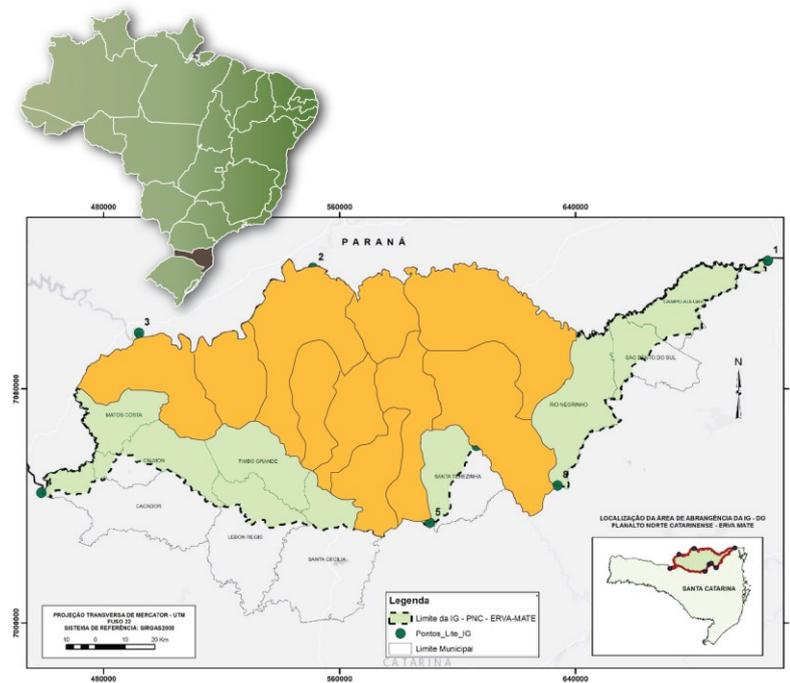
Em complemento a essas entrevistas, durante o segundo semestre de 2019, a participação no VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica organizado pela Epagri, possibilitou recontatar atores entrevistados e discutir o andamento do processo de concessão da IG no PNC.

A região do estudo definida *a priori* inclui vinte municípios (Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Mafra, Rio Negrinho, Matos Costa, Porto União, Irineópolis, Timbó Grande, Canoinhas, Três Barras Caçador, Calmon, Lebon Régis, Santa Cecília, Santa Terezinha, Itaiópolis, São Bento do Sul e Campo Alegre), os quais conformam a área de abrangência da IG da erva-mate do PNC. Porém, devido à sua extensão geográfica e limitações financeiras e de tempo para realizar o trabalho de campo, o estudo empírico contemplou entrevistas com atores sociais dos municípios pertencentes à Associação de municípios Amplanorte<sup>5</sup>, a qual é formada por dez municípios. A Figura 1, a seguir, ilustra esses dois recortes geográficos.

**Figura 1-** Abrangências geográficas da IG da erva-mate e da Amplanorte

---

<sup>5</sup> A Amplanorte é formada pelos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. As associações de municípios são espaços de articulação política entre gestores públicos municipais com o intuito de contribuir para uma eficácia na gestão pública através do controle social prévio dos gastos públicos. O estado de Santa Catarina é composto por 21 associações (MARTINHAGO, 2019).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Legenda: A área de abrangência da IG é representada pela área em verde, enquanto o recorte da Amplanorte corresponde à área laranja. Essas informações devem estar, também, na legenda da Figura.

Esta pesquisa foi realizada com seres humanos respeitando e considerando os aspectos éticos para o desenvolvimento eficaz da pesquisa. Portanto, todos os participantes voluntários receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2).

Então, foram entregues duas vias do documento que foram assinadas após os participantes serem esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodo que a pesquisa possa acarretar-lhes, à medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades. Uma via foi entregue ao participante e a outra permaneceu com o pesquisador. O pesquisador informou aos participantes que o estudo não previa riscos à saúde, mas caso tivesse desconforto de qualquer ordem no decorrer da entrevista poderia solicitar a interrupção da mesma. Da mesma forma foi garantido o sigilo dos dados coletados a fim de preservar a privacidade dos entrevistados.

Além desta introdução, esta dissertação está organizada em três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico adotado, com destaque para uma síntese dos enfoques do DTS e da CBST. O segundo aborda

a trajetória histórica do tema das IGs e da sua recente inserção no aparato institucional brasileiro, bem como as IGs já constituídas no país. O terceiro analisa o processo de criação da IG na erva-mate no PNC, a partir da contextualização da área de estudo, da notoriedade do PNC na produção da erva-mate atrelada às características histórico-culturais, sociais e ambientais e a trajetória das mobilizações sociais ao longo do processo constitutivo da IG. Por fim, nas considerações finais da dissertação são apresentadas as principais conclusões e reflexões resultantes da pesquisa.

## **CAPÍTULO I**

### **1 O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO OPERACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ZONAS RURAIS**

Este capítulo aborda, inicialmente, o tema da construção histórica do conceito do DTS, a partir das principais causas que levaram à formulação desse conceito. Na sequência, trata-se de demonstrar a importância do vínculo entre produtos e seus locais de produção associados a formas de garantia de qualidade diferenciada aos consumidores. Os distintos significados da noção de território são então analisados com ênfase na identificação e valorização de recursos territoriais. Essa discussão avança para o tema da CBST, que procura articular ações de valorização de produtos típicos de qualidade superior e de serviços atrelados ao turismo rural e à paisagem natural. Por fim, aborda-se o tema da IG como uma, dentre outras, estratégias de desenvolvimento territorial.

#### **1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

A estruturação da perspectiva do DTS emerge a partir de problemas sociais, ambientais e econômicos ocasionados pela dinâmica da modernização com a marginalização de diversos territórios (BUTZKE, 2007). Os desafios a serem enfrentados decorrem da “percepção de que o volume de impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre os ecossistemas tem se amplificado a ponto de ameaçar diretamente as condições de sobrevivência da espécie num horizonte de longo prazo” (VIEIRA, 1992, p. 4). Além disto, a problemática do crescimento econômico baseado em uma visão reducionista e economicista é determinante para o aumento nos níveis de miséria e exclusão social nos territórios (SACHS, 1986; 1993; VIEIRA & WEBER, 2000).

Dessa forma, surge uma maior preocupação dos Estados e da comunidade científica, fazendo repensar novas maneiras de resolver esta problemática de ordem mundial. Então, na década de 1970 emerge o início da abordagem da temática do desenvolvimento sustentável com a gênese social da questão do meio ambiente e a elaboração de relatórios associados aos

seguintes principais eventos internacionais: Conferência de Estocolmo<sup>6</sup> e o Clube de Roma, em 1972; a Declaração de Cocoyoc, em 1974; o Relatório Brundtland, em 1987 e a Rio-92.

A conferência de Estocolmo organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972 foi precursora no debate de temas referentes aos riscos da degradação ao meio ambiente, obtendo uma notoriedade no âmbito internacional. A partir de então, a questão ambiental passou a ser incluída nas agendas políticas da maioria dos países (ROCHA, 2003). Le Prestre (2000) aponta os principais fatores que motivaram a conferência mundial sobre a abordagem ambiental: i) as constatações de que as ameaças à biosfera teriam consequências irreversíveis, em relação as mudanças climáticas, qualidade e quantidade de água disponível para o consumo; ii) o aumento da frequência de problemas ambientais, seus efeitos na modificação das paisagens naturais e os acidentes ambientais nos mares; iii) o acelerado crescimento econômico, suas transformações sociais e no modo de vida, com o aumento significativo do êxodo rural; iv) constatação de que os problemas ambientais não poderiam ser resolvidos somente em âmbito local ou nacional, indicando uma necessidade de uma cooperação mútua entre os países para a resolução dos problemas ambientais. Para Rocha (2003), as Organizações Não Governamentais (ONGs) foram determinantes na Conferência de Estocolmo em relação as estratégias políticas que abrangiam o desenvolvimento e o meio ambiente.

Como resultado da conferência de Estocolmo foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para tratar sobre as questões ambientais e o Programa Observação da Terra (Earthwatch), para monitorar as várias formas de poluição. Nessa mesma direção foi também instituída a Comissão Mundial para o meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Na sequência, a análise do denominado Clube de Roma realizada no mesmo ano, apontava dados alarmantes e algumas previsões trágicas em relação à degradação ambiental. As conclusões apontadas foram que se as tendências das taxas de crescimento populacional permanecessem nos mesmos ritmos, os limites do crescimento seriam atingidos dentro de cem anos, com um declínio súbito e incontrolável, tanto em relação a população quanto em relação à atividade industrial. Outro ponto, destacava a importância de modificar estas tendências de

---

<sup>6</sup> A conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi um marco no debate da temática ambiental, até então existente. A conferência reuniu 113 Estados, sem a participação da União Soviética e países do leste europeu em forma de protesto pela ausência da Alemanha Oriental. Entretanto, as decisões tinham o intuito de serem aceitas por todos os países (ROCHA, 2003).

crescimento, formando, assim, uma condição de estabilidade econômica e ecológica para a manutenção dos recursos para o futuro. Por fim, apontava a pertinência do envolvimento da população a fim de combater os desafios apresentados pela visão reducionista do crescimento econômico, com a possibilidade de maiores êxitos sobre esta questão (BRÜSEKE,1995).

Nesse contexto, o conceito de ecodesenvolvimento foi idealizado de forma pioneira por Maurice Strong em 1973, associado ao debate decorrentes desses eventos, o qual passou a ser utilizado com o objetivo de traçar um novo estilo de desenvolvimento (SACHS, 1986). Esse conceito foi aprofundado, no entanto, a partir das formulações de Ignacy Sachs, entendendo que sua atuação é ampla e se dá sob causas estruturais dos problemas socioambientais e que não se limitam aos sintomas isolados (BUTZKE, 2007). Para Butzke (2007, p.37), “a problemática socioambiental é multidimensional, configurando um desafio que os especialistas manejando conhecimento compartimentalizados não estão habituados a lidar”. Vieira (2005) aponta quatro pressupostos normativos que caracterizam o ecodesenvolvimento:

Trata-se ao mesmo tempo de um novo estilo de desenvolvimento rural e urbano - oposto à diretriz mimético-dependente e orientado pelos postulados de autonomia e satisfação das necessidades fundamentais das populações, prudência ecológica e sustentabilidade econômica - e de um enfoque de planejamento e gestão de estratégias plurais (sensíveis à especificidade de cada contexto sociocultural e ecológico) de harmonização dos processos de crescimento econômico e de gestão preventiva-proativa do meio ambiente (VIEIRA, 2005, p. 374).

Desse modo, a declaração de Cocoyoc realizada no México em 1974 foi essencial para a construção de uma nova perspectiva entre a sociedade e a natureza, com a inclusão de um limite ambiental e social a ser considerado em detrimento ao desenvolvimento meramente economicista. Assim, a declaração abordou o tema de “consumo sustentável”, buscando equilibrar as questões das necessidades básicas da população, sem ameaçar os limites ambientais, além de implicar uma nova consciência da utilização dos recursos naturais, em abrangência global e com base nas futuras gerações (DA FONTE, 2004).

Porém, o conceito de ecodesenvolvimento foi ao longo do tempo sendo deixado de lado por conta de ser considerado deveras radical. Novos termos vão surgindo a partir de uma crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, com a construção de um certo consenso sobre a noção de desenvolvimento sustentável, a qual foi adotada em projetos científicos,

governos, partidos políticos, organizações não governamentais, entre outros (TONNEAU, 2004; BUTZKE, 2007). Para Butzke (2007), o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma evolução do enfoque clássico de ecodesenvolvimento.

Apesar do consenso que aparentemente se tem sobre o termo, ainda existem diferentes entendimentos quando se pensa no desenvolvimento sustentável (TONNEAU, 2004). Para Cazella (2002, p. 8), esse conceito é “suficientemente amplo para acolher tanto os adeptos de uma abordagem menos restritiva do desenvolvimento, como aqueles que defendem uma conservação mais estrita da natureza”.

O relatório Brundtland realizado em 1987 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, que serviu de base para a organização da Rio 92, instituiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que consiste em um desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem afetar a capacidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (UNITED NATIONS, 1987). Segundo Relatório Brundtland era impossível separar o desenvolvimento social e econômico dos problemas ambientais (BRUNDTLAND, 1987). Além disto, baseado nesse Relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável representou uma forma de “correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento” (CNMAD, 1988, p. 53), com intuito de torna-lo “menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto (CNMAD, 1988, p.56) ”.

Em 1992, na conferência da ONU de Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, foi propagada a questão do desenvolvimento sustentável através da Agenda 21. Este documento trata-se de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, programa a ser implementado durante o século XXI pelos Estados, com diretrizes, ações e responsabilidades estabelecidas. Desta forma, o documento é constituído em quatro diretrizes: i) dimensões econômicas; ii) conservação e a questão dos recursos para o desenvolvimento; iii) proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes; iv) revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas (NOVAES, 2006).

Assim, a difusão do termo desenvolvimento sustentável refletiu em uma maior preocupação com a degradação ambiental, mas também propiciou uma pluralidade de aplicações, o que explica que setores econômicos baseados no modelo produtivista se apropriassem de algumas das suas dimensões (MANTOVANELI JR; SAMPAIO, 2010).

Nessa perspectiva, Almeida (1997) analisa essa pluralidade e vulgarização do conceito de desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

Neste “guarda-chuva do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade a defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico, tendo a economia como centro-motor da reprodução das sociedades. Este “guarda-chuva” também abriga atores “alternativos”, que buscam um novo modo de desenvolvimento que seja “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito”, recuperando técnicas, valores e tradições (ALMEIDA, 1997, p. 22)

Desta forma, os grupos sociais envolvidos nas práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável precisam estar preparados para atuar com a diversidade e pluralidade encontradas nos espaços de desenvolvimento (GODARD, 2017). Sob esta ótica de pensamento, surge uma nova abordagem, o desenvolvimento territorial, a fim de suprir as crises originadas pelo modelo de desenvolvimento devido a marginalização de diversos territórios, seus problemas sociais, econômicos e ambientais. Assim, o enfoque do desenvolvimento territorial foi construído a partir de duas perspectivas de pensamento. A primeira parte da ideia de os atores locais serem protagonistas e assumirem o papel de agentes de desenvolvimento com intuito de dirimir os problemas de degradação socioambiental e as transformações políticas em sua região. A segunda está diretamente voltada às vertentes socioeconômicas, associada à formação de sistemas industriais localizados (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

Vale ressaltar a importância de analisar os diferentes contextos a partir da aplicação da abordagem do desenvolvimento territorial. As formulações teóricas deste enfoque têm suas bases em países com indicadores de desenvolvimento relevantes. Por esta razão, Carrière e Cazella (2006) destacam as diferenças de sentido de desenvolvimento territorial aplicado no contexto socioeconômico brasileiro, de modo a não desconsiderar as carências no suprimento de necessidades básicas das populações, enquanto na França as ações do desenvolvimento territorial se destinam à redução de desigualdades entre regiões de níveis elevados de satisfação e outras regiões que não alcançaram o mesmo êxito, devido às questões históricas e geográficas. Corroborando com isso, a conexão entre o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade passa pela “ideia de articular adequadamente uma pluralidade de espaços de desenvolvimento que permita a um dado território alcançar um estado de resiliência” (VIEIRA et al., 2010, p. 58).

Segundo Vieira et al. (2010) é um pleonasmo tratar o conceito de desenvolvimento territorial e a noção de desenvolvimento territorial sustentável, afirmando que o desenvolvimento territorial integra de forma implícita a sustentabilidade. Em comunidades rurais ameaçadas pelo processo de globalização por não atender as demandas específicas do modo produtivistas, os obstáculos a serem enfrentados com a aplicação do enfoque de desenvolvimento sustentável são maiores, sendo objeto de incontáveis análises com o intuito de construir políticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio aos agricultores familiares (VIEIRA et al., 2010; BONNAL; MALUF, 2007). Vieira et al. (2010) destacam os seguintes pontos dos espaços rurais que se aproximam da perspectiva de DTS:

Primeiramente, aos territórios dotados de ecossistemas saudáveis, ou seja, com ar e água pura, paisagem agradável e um patrimônio natural e construído bem cuidado. Em segundo lugar, a territórios que apresentam viabilidade econômica, isto é, nos quais se observa um aumento do empreendedorismo, uma diversificação econômica e uma redução da pobreza. Em terceiro lugar, aos territórios usufruindo de maior equidade social em decorrência do fim da migração rural, especialmente dos jovens, com um nível crescente de inclusão social das minorias e das mulheres, além de acesso aos serviços públicos (VIEIRA et al., 2010, p. 61).

Entretanto, o DTS pressupõe que cada território em questão deva construir, por meio dos seus atores sociais e dinâmicas internas específicas, seus próprios princípios peculiares de desenvolvimento. A transferência de experiências que tiveram êxito em um determinado território pode falhar em outro território, não sendo replicáveis em algumas situações. Vieira et al. (2010) apresentam os valores de criatividade, responsabilidade e solidariedade específicos de cada território que são responsáveis pela não reprodutibilidade de modelos de desenvolvimento em diferentes territórios.

O desenvolvimento territorial pressupõe um processo de aprendizagem social do desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de uma competência cidadã no quadro de um modelo de desenvolvimento que é, também, um modelo de desenvolvimento social visando uma participação social compartilhada entre a reivindicação de direitos e o aprendizado de responsabilidades (VIEIRA et al., 2010, p. 75).

Dessa forma é imprescindível para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais a perspectiva de valorização de atividades produtivas, associadas a temas e preocupações ambientais, humanas, econômicas e sociais, reforçando elos da coletividade, que promovam a distintas formas da agricultura familiar, a proteção da biodiversidade e a redução da pobreza rural

## 1. 2 TERRITÓRIO E SUAS DINÂMICAS

O processo de globalização ocasionou a emergência de fenômenos de padronização e a descentralização dos modos de produção (VELLOSO, 2008). O distanciamento entre os produtores e consumidores ocasionado pelas longas cadeias alimentares, modelos de produção em larga escala e o comércio de commodities têm acarretado desconfianças sobre a origem dos produtos. Este distanciamento leva os consumidores a questionarem em relação à procedência dos alimentos disponíveis nos mercados (FISCHLER, 1995; MENASCHE, 2003; CONTRERAS, 2005; ACAMPORA; FONTE, 2007). Desta maneira, a valorização dos produtos e serviços tem ganhado destaque em detrimento de um modelo baseado na produção em larga escala e de commodities. Como uma das respostas a isso, é crescente a busca por produtos diferenciados, aliando uma gama de fatores que contribuem para o aumento e o reconhecimento de sua qualidade. Assim, houve um fortalecimento e uma revalorização do meio rural e da agricultura familiar, fortalecendo os elos da cadeia produtiva (VELLOSO, 2008).

Em relação à questão da qualidade de produtos, o setor agroalimentar está diretamente ligado à valorização de produtos de qualidade com intuito de solucionar os questionamentos e as incertezas dos consumidores e estabelecer mecanismos de diferenciação para atender mercados cada vez mais exigentes. Nota-se que os consumidores visam produtos que atinjam os critérios de serem mais saudáveis, limpos e que atendam critérios de preservação do meio ambiente. Nesse sentido, constituem-se estratégias de diferenciação de produtos locais, fortalecendo o elo entre os produtores e consumidores e representando um lócus de promoção do DTS (CERDAN, 2009).

Porém, o conceito de qualidade pode ter vários significados de acordo com os consumidores. Para Canli e Maheswaran (2000) existem dois grandes tipos de consumidores. Um com orientação mais individualista, dando importância ao produto somente pela qualidade superior, sem se importar com a sua origem e relações sociais inerentes ao processo produtivo. O outro grupo, de consumidores coletivistas, tende a valorizar mais o coletivo do que o indivíduo, preferindo produtos nacionais, mesmo que não sejam de qualidade “superior”, a produtos de outros países. Independentemente dessa análise simplista e dualidade dos consumidores, o anseio por produtos diferenciados, cuja qualidade e, principalmente, a procedência possa ser garantida, tem crescido nas últimas décadas.

Sendo assim, os processos de valorização de produtos e serviços têm passado cada vez mais por uma caracterização geográfica de procedência, atrelada à qualidade, reputação ou outras peculiaridades que podem ser atribuídas particularmente ao território em que são produzidos (REIS, 2008). Nessa perspectiva, Pivot (1998) afirma que a qualidade de produtos não se limita somente à questão sanitária e nutricional, mas engloba outros princípios como as noções de localização, patrimônio local e cultural, regionalismo, exigências ambientais e sociais. Para Velloso (2008), há uma grande heterogeneidade de situações entre os territórios, resultando em diferentes recursos específicos e diversos modos de exploração para promover o seu desenvolvimento.

Dessa maneira, pode-se observar a importância do vínculo entre a noção de *terroir* e o produto para assegurar garantia e qualidade aos consumidores. Nascimento e Souza (2004) afirmam que o significado da palavra francesa *terroir* se tornou tão amplo e complexo porque não se tem uma tradução correspondente, em uma única palavra, na língua portuguesa. Blume e Pedroso (2008) justificam essa dificuldade em traduzir essa noção para outra língua por expressar uma condição complexa vinculada à interferência do meio físico e humano na produção de um produto alimentar específico. De acordo com Aurier, Fort e Sierieux (2005, p. 2), um produto específico do *terroir* se torna autêntico a partir da “referência a uma área limitada onde as condições naturais e o conhecimento dos produtores propiciam características especiais aos produtos. Para Tonietto (2007), os aspectos fundamentais do *terroir* abrangem particularidades ligadas ao clima, solo, relevo (meio natural) e também, de forma simultânea, à capacidade em abordar os fatores humanos na produção. Para os propósitos desta dissertação, um território pode abrigar diversos *terroir*, o que nos remete ao conceito de território.

O recurso ao território é utilizado por pesquisadores de áreas distintas, o que resulta em sentidos diferentes, segundo a área de formação ou enfoque adotado. Conforme Cazella, Maluf e Bonnal (2009) trata-se de um conceito profundamente polissêmico. Souza (2000, p. 11) relaciona o conceito de território à ação do Estado, “definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para o geógrafo Santos (2006, p. 13), o território representa “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações de sua existência”.

O estudo de Brandão (2004) alerta para o entusiasmo das questões envolvendo os conceitos de território, tornando-se, assim, um conceito vulgarizado. Nessa mesma perspectiva, Castro (1994, p.160) afirma que “parece que o conceito de território se ampliou, incorporando a perspectiva do recorte também sociocultural, para substituir o conceito da região, cada vez mais incômodo e polissêmico”.

Dallabrida (2006) define o território como uma fração do espaço que foi construída ao longo da história por meio das interações dos atores sociais, institucionais e econômicos. Para o autor, as apropriações pelos atores territoriais podem divergir quanto ao interesse, podendo ser de ordem econômica, social, ambiental, política, cultural ou religiosa, oriunda do Estado, de instituições, indivíduos ou de grupos sociais. Nesse sentido, o autor afirma que o Estado interfere diretamente no território, através de sua soberania sobre estas questões, enquanto os atores econômicos conquistam espaços para a sua atuação. Em seu estudo, Saquet (2007) associa a apropriação do espaço e a construção social e histórica do território, atingindo, assim, pessoas ou grupos sociais. De acordo com o autor:

O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas (SAQUET, 2015, p. 45).

Segundo Renard (2002), o conceito de território compreende os espaços nos quais os princípios constitutivos são ordenados e estruturados através das ações dos grupos sociais que os ocupam e utilizam. Na compreensão de Abramovay (2001, p.3), “o território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza, que supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas e com uma história própria a cada lugar”.

Contribuindo para este conceito, Cazella, Maluf e Bonnal (2009) ressaltam que os territórios podem ser resultado da ação pública, ação coletiva e privada, bem como das inter-relações dessas lógicas. A formação de um território é o resultado da mobilização de atores sociais que integram um dado espaço geográfico, portanto apresentam uma proximidade física, que procuram identificar e resolver problemas comuns (PECQUEUR, 1996). Nesse mesmo sentido, para Carrière e Cazella (2006), o território é construído pelos atores que nele vivem, por meio de suas dinâmicas, interações, articulações, disputas e conflitos.

Neste estudo, o conceito de território adotado compreende as formulações sobre o tema de Pecqueur (2005), para quem há uma diferenciação conceitual em relação aos

territórios, decorrentes de duas dimensões imbricadas. Uma refere-se ao território dado, que é uma porção de espaço, sem procurar analisar a sua formação e as condições da sua constituição, tida como suporte de atividades econômicas, políticas, sociais e ambientais. O território dado corresponde a uma divisão político-administrativa, a exemplo de uma região, um distrito, uma associação de municípios, dentre outras. A outra dimensão corresponde ao ideal de territórios construídos, resultante de processos de construção social e coletivos de atores sociais mobilizados com o propósito de solucionar situações adversas de abrangências individuais e coletivas (PECQUEUR, 2005). A partir de múltiplas perspectivas da construção social, um território dado pode abrigar diversos territórios construídos e, muitas vezes, no discurso os dois conceitos são confundidos e não se pode excluir um em detrimento do outro (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2006; CAZELLA, 2008).

Com os distintos processos de mobilização e articulação de atores locais a fim de solucionar problemas compartilhados, ocorre a valorização das economias territoriais, o que implica na existência de *inputs* territoriais, os quais são subdivididos em recursos e ativos territoriais (PECQUEUR, 2006). Segundo Colletis e Pecqueur (2005), os recursos correspondem a fatores que possuem um potencial latente, fatores a serem explorados, organizados, ou revelados, que ainda não estão explorados. Assim, pode ocorrer uma metamorfose através de um processo de identificação e valorização nos mercados, convertendo esses recursos latentes em ativos territoriais.

Os recursos específicos possibilitam a construção de produtos e serviços com características ancoradas ao território. Assim, a transformação dos recursos em ativos específicos está diretamente ligada à história e à memória social de uma aprendizagem coletiva particular do território (PECQUEUR, 2005; CARRIÈRE; CAZELLA 2006). Para Cazella *et al.* (2019) identificar recursos específicos representa um desafio para o desenvolvimento territorial. Segundo Requier-Desjardins (2013), a ação coletiva de atores enraizados ao território é pré-condição para instaurar um processo de transformação e ativação de recursos específicos.

Os ativos são fatores em atividade, ou produtos e serviços, que já estão sendo explorados no território. Eles podem ser ativos específicos, que apresentam peculiaridades intrínsecas ao local ou ao território, ou ativos genéricos, não apresentando um caráter de especificidade associado ao território de origem. Ou seja, os ativos específicos são intransferíveis, pelo fato de envolverem diversos atores sociais e características únicas ou

específicas (CAZELLA et al., 2019). Já os ativos genéricos têm um caráter que permite sua transferência e, assim, são incapazes de diferenciar um território de outro (PECQUEUR, 2005). Em razão disso, a especificação significa a criação de uma identidade pertencente ao território, diferenciando-o dos demais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Cazella (2002) e Carrière e Cazella (2006) evidenciam a importância dos recursos e ativos territoriais específicos com o propósito de promover os processos de desenvolvimento de cada espaço geográfico, com potenciais específicos, ao contrário de salientar atividades e empreendimentos que têm como objetivo apenas extrair matérias-primas desses espaços. A partir de articulações entre distintos atores sociais ocorre o processo de territorialização, evidenciando características peculiares desses atores, como por exemplo, suas culturas, histórias e os “saber-fazer”, dentre outras. Dessa forma, o território construído e a consequente territorialização dos atores proporcionam um conjunto de bens e serviços ímpares associados a ações compartilhadas dos atores envolvidos (PECQUEUR, 2006).

A lógica territorial é caracterizada por Mollard (2001) e Pecqueur (2002) a partir da atividade econômica de um determinado espaço. Assim, o território é determinado como *locus* da formação de recursos territoriais específicos, imprescindíveis para a formação de bens diferenciados nesses espaços. Com base nesse entendimento conceitual de território deve-se considerar todas as relações de divergências, mobilizações e alianças que são formadas. Assim, a noção de dinâmicas territoriais deve ser levada em conta, uma vez que representa no espaço e no tempo as repercussões econômicas, sociais, políticas e ambientais das ações dos atores e das suas relações (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). As dinâmicas territoriais são resultantes de ações internas e externas de atores pertencentes ou não ao território. Essa noção não se relaciona, necessariamente, com o caráter dinâmico e positivo de um processo de desenvolvimento. Ou seja, uma dinâmica territorial pode provocar ou ser resultado de impactos negativos gerados nesse espaço. O território pode ser entendido como a consequência de suas principais dinâmicas territoriais (VIEIRA *et al.*, 2009)

As dinâmicas territoriais correspondem, portanto, ao resultado das interações entre os componentes econômicos, sociais, ambientais e espaciais de um território. Nesses termos, a composição dos territórios e sua evolução resultam das dinâmicas territoriais neles presentes, ao mesmo tempo em que elas remetem às características próprias dos territórios (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Desta forma, as dinâmicas territoriais contemplam mobilizações e articulações com o propósito de desencadear ações coletivas que promovam o desenvolvimento de um dado território (DELGADO *et al.*, 2007).

Nesta perspectiva, as novas dinâmicas territoriais afetam todo o conjunto, apontando especificidades e particularidades internas, as quais interagem nos processos de construções identitárias sócio-econômico-culturais, que atribuem sentido ao local. A incorporação desses atributos territoriais propicia a formação de novas formas de competitividade dos produtos e serviços gerados no interior de um território. Sendo assim, a necessidade de mobilização dos recursos territoriais e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos, induz à redinamização do território, por meio de novas modalidades de integração e de valorização dos atributos territoriais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo (GEHLEN; RIELLA, 2004). O aprofundamento de pesquisas empíricas sobre o DTS em zonas rurais levou à elaboração de um enfoque particular que procura apreender os distintos processos de valorização de recursos territoriais específicos, o qual será abordado na sequência.

### **1.3 O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS**

O panorama da agricultura moderna coloca para a sociedade um cenário de insustentabilidade sob vários aspectos, relacionados aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista. Dentre os mais preocupantes estão às questões sociais e ambientais. Segundo Meirelles (2002, p. 1) “estamos vivendo em uma conjuntura de profunda crise ambiental, em uma grande proporção, pressionando assim os recursos naturais”.

A modernização da agricultura tem sido amplamente abordada e avaliada quanto aos seus impactos sociais e econômicos, bem como aos seus efeitos negativos provocados sobre os recursos naturais. A modernização capitalista na agricultura foi impulsionada por medidas reducionistas e economicistas, sem levar em consideração as características sociais, econômicas, culturais e ecológicas de cada território. Sendo assim, é de extrema importância estratégias de desenvolvimento sustentável e de construção de estilos de agriculturas sustentáveis, que possam impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura, assegurando a sustentabilidade socioambiental e econômica dos territórios (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Tendo em conta esse tipo de preocupações, uma equipe coordenada pelo professor Bernard Pecqueur da Université Grenoble-Alpes da França realizou estudos sobre

desenvolvimento de espaços rurais daquele país considerados marginalizados do ponto de vista socioeconômico. Esses estudos aprofundaram a problemática da homogeneização resultante dos processos de globalização e avançaram na proposição de um enfoque que procura valorizar as especificidades de territórios marginalizados por diversos processos socioeconômicos. A partir de reflexões relacionados a esses estudos, ganhou importância a noção de espaço-território, trazendo consigo, o ideal de vida, características culturais e de potencial de desenvolvimento, substituindo a noção do espaço-lugar, compreendido como o suporte das atividades econômicas (PECQUEUR, 2006). A partir dessa abordagem genérica, Pecqueur (2001) e Mollard (2001) elaboraram o enfoque da CBST que permite analisar as articulações mercantis e não mercantis de iniciativas de distintos atores territoriais, com o propósito de criar uma oferta heterogênea, mas articulada de atributos territoriais, que reconheçam e valorizem seus aspectos culturais, históricos, a diferenciação decorrente do saber-fazer e do ambiente natural. Portanto, o papel dos atores sociais envolvidos é determinante para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento do território, de forma a configurar um modelo não hegemônico e padronizado de desenvolvimento.

Essa abordagem se distingue de uma mera diferenciação de produtos pela qualidade. A noção de cesta de bens e serviços é formada pela complexa relação da associação positiva de bens e serviços públicos e privados, como um potencial de estratégia de desenvolvimento territorial, podendo variar segundo os territórios e respectivos atores sociais envolvidos no processo (PECQUEUR, 2009).

Conforme visto, os territórios são entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de coordenação de atores públicos, privados e associativos, os quais empreendem ações mais ou menos articuladas de identificação, criação e valorização de recursos territoriais específicos. Ou seja, recursos que não podem ser valorizados por iniciativas de atores sociais de outros territórios. Um recurso territorial se transforma em ativo territorial específico justamente quando uma articulação de atores sociais promove tanto a sua metamorfose em algo específico do território quanto a sua inserção em mercados diferenciados. O aspecto central do enfoque da CBST consiste em identificar fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, tendo diversos atores locais como protagonistas. Esse processo quase sempre recorre a alguma marca ou signo distintivo (PECQUEUR, 2004).

É possível fazer um paralelo entre esse aspecto central da abordagem da CBST e as ações de construção de uma IG, as quais consistem exatamente na coordenação de atores

locais que identificam e valorizam recursos latentes existentes no território. Embora esse processo seja central nas iniciativas de criação de uma IG, o modelo da CBST permite ir além, articulando-o com outras formas de valorização da qualidade de bens e serviços territoriais. A abordagem da “Cesta” consiste, portanto, na articulação de diferentes produtos, serviços e cenários (paisagens naturais, cultivadas, patrimônio arquitetônico e histórico) de qualidade diferenciadas, a partir da mobilização de atores sociais em torno de uma mesma construção cognitiva na escala territorial (PECQUEUR, 2006). A “Cesta” não é apenas um conjunto de bens privados, mas a conjunção de bens privados e públicos, de políticas e investimentos realizados e de estratégias compartilhadas de apropriação dos recursos existentes no território.

O papel dos atores sociais públicos, privados e associativos é determinante na configuração de projetos de desenvolvimento que desviem de formas convencionais, cuja motivação é eminentemente econômica. As estruturas de intercâmbio entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas e órgãos públicos estimulam a reflexão e a operacionalização de projetos de outra natureza nos territórios. São as ações compartilhadas entre esses atores que permitem a construção de um sistema de governança territorial, a partir do qual se inicia a construção de novos projetos. Mesmo que com graus diferenciados e respeitando as lógicas particulares de cada ator mobilizado, os envolvidos podem aproveitar da “atmosfera” propícia de valorização do território onde atuam (PERRON; JANIN, 2014). Assim, o processo de construção de uma IG, a depender de como é conduzido, pode originar uma articulação com objetivos maiores, ao propiciar outras iniciativas de valorização de recursos territoriais.

Em meados de 1990, as noções de redes multi-atores e de suas intercooperações foram incorporadas a perspectiva do desenvolvimento territorial. Segundo Campagne e Pecqueur (2014), os atores territoriais possuem diferentes lógicas e atribuições, as quais podem resultar na construção de um sistema de governança apropriado ao processo de valorização de um conjunto de recursos territoriais: i) os atores públicos (Estado) contribuem na criação e geração de bens públicos a serviço do bem comum, tais como infraestrutura, modos de organização, formas de regulação e descentralização das políticas, com o propósito de produzir bens coletivos que favoreçam o desenvolvimento dos territórios; ii) os atores privados (empresas), que se direcionam para a produção de bens e serviços essencialmente

econômicos, podem operacionalizar atividades coordenadas por projetos, tornando-se lugares de competências e aprendizados de novos conhecimentos a partir de fatores específicos do território, e; iii) os atores associativos (associações ou movimentos cooperativos), ainda que assumindo formas diversas - sejam elas orientadas para atividades específicas ou especializadas, sejam mais generalistas no âmbito dos problemas locais – são responsáveis pela mobilização dos atores e pela elaboração de coletivos materiais (inovação na transformação de produto, por exemplo) e imateriais (organização e formação), os quais são disponibilizados para o conjunto dos atores envolvidos com o propósito de valorizar os recursos territoriais.

Nesse contexto, nota-se que para o êxito de uma estratégia de desenvolvimento territorial a partir do enfoque da CBST é fundamental a mobilização de atores territoriais dessas três categorias sociais (público, privado e associativo) para a constituição de um sistema de governança territorial. A exemplo dos inúmeros desdobramentos associados ao conceito de território, também há uma pluralidade de conceitos de governança. Para a realização deste trabalho, assume-se a noção de governança como um processo de articulação de atores sociais, com o envolvimento em redes de poder territorial, com o propósito de tomada de decisão e gestão conjunta com a finalidade de deflagrar uma ação que propicie vantagens ou melhorias para o bem comum e coletivo desses atores. Assim, a conformação do sistema de governança ocorre por grupos diversos presentes no território (DALLABRIDA, 2015).

A governança territorial apresenta características específicas, que a distinguem de sistemas de governança empresarial, por compor um processo de atuação conjunta de atores diversos, além de se relacionar com a construção da territorialidade e da propriedade de atributos territoriais. Para Dallabrida e Becker (2003, p. 73), o exercício da governança territorial ocorre “pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritoriais”.

Segundo Hirczak et al. (2008) é preciso que os atores construam e consolidem elementos ao redor de três eixos que são essenciais para a constituição de uma CBST: i) bens e serviços complementares que apresentem uma origem territorial comum e uma imagem de acordo com o território, sendo dificilmente substituíveis por bens genéricos; ii) laços de proximidade e de confiança, podendo ser expressados no desenvolvimento de sistemas de vendas diretas, através da gastronomia típica e de visitas turísticas ao patrimônio cultural. A procura pelos produtos está associada à reputação, qualidade e ao (re) conhecimento do

território e de suas tradições; iii) bens públicos que valorizem a “cesta” desempenhando a função de “cenário”, expondo os produtos e serviços em cena. Esses bens estão associados harmonicamente ao ambiente e à natureza (composta pelas paisagens e biodiversidade), ao patrimônio e à cultura compostos pela arquitetura, monumentos, história e tradições do território. Desta forma, estabelecem vínculos ligados ao enfoque teórico-metodológico da CBST com os princípios da sustentabilidade socioambiental dos processos de desenvolvimento.

Em síntese, uma CBST constitui-se de uma oferta composta por produtos e serviços territoriais, priorizando cadeias curtas de comercialização, promovendo o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços dos consumidores internos e externos ao território. Logo, é essencial o envolvimento dos consumidores dos produtos e serviços da “cesta” quanto a construção do sistema de governança territorial composta pelos atores públicos, privados e associativos. Os atores públicos através de seus serviços descentralizados são responsáveis por disponibilizar o acesso aos bens e serviços públicos, relacionados a infraestrutura, serviços e equipamentos. Enquanto os atores privados e associativos exercem a função de gerar emprego e renda, afim de propiciar externalidades positivas para o território (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Nesse sentido, as IGs podem representar uma estratégia de desenvolvimento territorial e, em particular, um elemento central de uma CBST, devido à valorização de produtos e serviços com identidade territorial com a articulação entre as instituições de apoio e as políticas públicas voltadas para a promoção das IGs. Este capítulo abordou a construção histórica em torno do conceito de DTS, a importância do elo entre os produtos e seus centros de produção, garantindo qualidade diferenciada aos consumidores e mostrou a relevância do enfoque teórico-metodológico da CBST como uma ferramenta abrangente de desenvolvimento territorial, desviando de ações voltadas para o modelo hegemônico produtivista e economicista. O próximo capítulo contextualiza a temática da IG, com sua trajetória histórica, as leis pertinentes ao estabelecimento de uma IG no Brasil e seu panorama atual em âmbito nacional.

## CAPÍTULO II

### 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE IG NO BRASIL

Este capítulo aborda a temática das IGs e está organizado em duas seções principais. A primeira analisa a trajetória histórica das IGs desde os primeiros usos na antiguidade até os dias atuais, seu histórico de proteção e o processo de concessão de acordo com as leis brasileiras. Em seguida, será abordado o tema da IG como uma ferramenta de propriedade intelectual (PI), apresentando o protagonismo da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a relação com a Organização Mundial do Comércio (OMC) na promoção das IGs. Esta seção aborda, portanto, os acordos multilaterais firmados para a regulamentação das IGs, seu processo de construção e modificação ao longo dos anos em relação à proteção jurídica internacional, com destaque para a Convenção da União de Paris, o Acordo de Madri, o Acordo de Lisboa e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio<sup>7</sup> (TRIPs). Trata-se de discutir as principais implicações para o cenário atual das legislações mundiais e brasileiras, finalizando com a discussão sobre os produtos e a proteção jurídica internacional e seus efeitos na inserção de produtos em mercados mais exigentes de qualidade. Na seção seguinte é apresentado o panorama brasileiro em torno das IGs, iniciando com a lei de implantação desse dispositivo no Brasil, seguido dos conceitos de Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), suas diferenças e suas aplicabilidades, o número de IGs categorizadas e concedidas pelo INPI, bem como sua distribuição nas diferentes regiões brasileiras.

#### 2.1 A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

##### 2.1.1 ANÁLISE DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS IG

A origem das IGs está associada à história da humanidade e a busca pela valorização de produtos relacionado com a identidade local. Segundo Bruch (2008) encontra-se na Bíblia algumas iniciativas incipientes referentes às IGs, como o cedro do Líbano (Cânticos, III, 9, e

---

<sup>7</sup> Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido como TRIPs, é o termo traduzido da língua norte americana, em sua forma original “Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights”

Reis, V, 6) e os vinhos de En-Gedi (Cânticos, I, 14). Na Grécia Antiga, as cidades já buscavam adotar modos que assegurassem a origem de seus produtos e proteção, evidenciando suas peculiaridades, como por exemplo, os vinhos de Corinto e da Ilha de Tasso. Para tanto, haviam selos ou símbolos referentes a cada região produtora, com a inserção do nome do produtor e do local ou respectivos símbolos, protegendo e conferindo as qualidades dos produtos. Desde o século 7 a.C., registros comprovam que os gregos utilizavam a identificação dos vinhos de qualidades superiores dos demais, com suas respectivas denominações geográficas (GLASS; CASTRO, 2008). O mecanismo de indicações de procedência foi empregado posteriormente pelo Império Romano através de outros produtos, como por exemplo as tâmaras do Egito, o presunto de Gália, as ostras de Brindisi e o mármore de Carrara (BERTOZZI, 1995).

Ao longo da Idade Antiga, encontravam-se relatos de produtos ou processos que se destacavam por suas características específicas que os diferenciavam dos demais, por meio de características que não podiam ser replicadas por produtores de outros locais. Esses produtos ou serviços eram identificados pelo nome do local onde eram produzidos (SILVA; BRITO; SOUZA DANTAS, 2016). Dentre esses produtos com características específicas, Pimentel (2014) destaca o Cedro do Líbano, produto tão importante para a economia e conseqüentemente para o desenvolvimento desse país que figura na sua bandeira nacional.

Em 1756, na região do Douro em Portugal, um grupo de produtores acrescentou o termo “Porto” nos rótulos de seus vinhos, que tinham características distintas ao vinho originário da região do Porto, afetando diretamente em sua comercialização. Assim, os produtores cobraram providências ao Marquês de Pombal, que então delimitou a área de abrangência para a produção do vinho. Além disso, solicitaram estudos para estabelecer as características da bebida como padrão e as regras para a produção do vinho. A partir dos resultados desses estudos, o Marquês determinou que o registro do vinho do “Porto” seria de uso restrito aos produtores da Companhia dos Vinhos do Porto. Com isso, surge o primeiro registro oficial de uma IG reconhecida por meio da ação de reivindicação coletiva dos produtores de vinho (SILVA; BRITO; SOUZA DANTAS, 2016).

Mais recentemente, a tradição e a reputação de produtos de origem reconhecida foram construídas na Europa Ocidental. Desde então, a Europa é responsável por mais de 1600 produtos agrícolas e gêneros alimentícios (UNIÃO EUROPEIA, 2011a) e mais de 1900 vinhos (UNIÃO EUROPEIA, 2011b). Tradicionalmente, a França é o país que mais se

destaca na regulamentação técnica e legal das IGs, com destaque para a proteção de vinhos e produtos lácteos (SOUZA, 2006). Rocha Dias (2005) afirma que em países como a Itália e a França, a implantação das IGs aconteceu num contexto bastante peculiar, por meio da forte intervenção estatal, com a regulação dos mercados e com subsídios da União Europeia (UE), provenientes da Política Agrícola Comum (PAC). Essa ação de intervenção do governo repercutiu de forma positiva, fortalecendo a agricultura familiar e dando significados a muitos territórios, até então, esquecidos ou desconhecidos. Alguns exemplos renomados mundialmente são os vinhos de Bordeaux e o queijo Roquefort, na França, o presunto de Parma, na Itália, e o azeite de oliva Montes de Toledo, na Espanha (VALENTE et al., 2012).

Nas últimas décadas, as IG foram também reconhecidas como uma estratégia capaz de impulsionar o dinamismo, a inovação e a diversificação em áreas rurais de países da América Latina (ANJOS, 2011). Como exemplos latino americanos de produtos com IG pode-se mencionar, no México, a tequila, e no Peru, o pisco, uma bebida destilada de uva madura, que segue as garantias de proteção (GLASS; CASTRO, 2008). Entre outros exemplos de produtos protegidos por IG, destacam-se ainda o abacaxi e o óleo de oliva de Aragan da Guiné na África, os charutos de Cuba e o café da Colômbia (VALENTE et al., 2012).

### **2.1.2 A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO PROPRIEDADE INTELECTUAL**

A história dos seres humanos está umbilicalmente atrelada à solução de problemas e expressão de sentimentos através da imaginação, inovação e a criatividade por meio de uma base de um conhecimento prévio. As incontáveis descobertas e inovações permitiram a humanidade evoluir ao atual nível de desenvolvimento tecnológico. Desse modo, a PI compreende os tipos de propriedade que originam de uma forma de criação humana, na qual o titular é livre para utilizá-la e para impedir alguém de utilizar. Assim como um compositor ou um autor é, geralmente, o “dono” de sua criação, não se pode copiar suas composições ou obras, por exemplo. Portanto, ao comprarmos esses produtos protegidos pela criação do outro, parte é destinado ao seu criador em recompensa à sua criação. O termo “propriedade intelectual” não é definido formalmente pela convenção que instituiu a OMPI, porém abrange os seguintes pontos:

(...) às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão; às invenções em todos os domínios da atividade humana; as

descobertas científicas; os desenhos e modelos industriais; às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; à proteção contra a concorrência desleal e “todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.”(Convenção que Institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967; Artigo 2, § viii).

A PI tem origem da capacidade de criação ou de invenção da mente humana por meio de seus idealizadores. Dessa forma, a PI permite a distinção em três vertentes: o do direito de autor, os direitos conexos e a propriedade industrial. O direito de autor se trata da proteção de criadores relacionados às obras literárias, artísticas e científicas. Os direitos conexos tratam-se da proteção de interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão (INPI, 2019a). A propriedade industrial, por sua vez, se caracteriza por ser fruto de uma novidade e criação, concedida para a proteção, disseminação e aplicação industrial de seus resultados. Ou seja, são os direitos de PI direcionados para a indústria de bens e serviços (FÁVERO, 2012).

Dentro da categoria de propriedade industrial estão ancoradas as invenções em todos os campos do conhecimento humano, descobertas científicas, design industrial, marcas, patentes, indicações geográficas e repressão à concorrência desleal (INPI, 2019a). Porém, a IG é uma exceção dentro do direito da PI devido ao elo entre a tradição, a reputação, o reconhecimento de determinado produto (ou serviço, no caso da legislação brasileira) com uma determinada região geográfica e não uma mera criação e inovação como proposto pelo conceito da propriedade industrial (INPI, 2019a).

Segundo o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC), formulado pela OMC<sup>8</sup>, a IG é definida como um produto originário de um território, com características determinadas de qualidade, reputação ou outra característica do produto que seja essencialmente atribuída a sua origem geográfica (OMC,1994).

---

<sup>8</sup> A OMC foi criada em janeiro de 1995, com o objetivo atuar como um fórum de negociações e de acordos para a liberação de comércio de bens e de serviços, através desimpedimento das barreiras impostas nas fronteiras ao comércio entre os países, reduzindo as barreiras ao comércio internacional. A OMC conta, atualmente, com 162 membros, incluindo o Brasil e com membros em processo de acessão. Essa organização tem como objetivos: elaborar regras de comércio, a supervisão de acordos regionais, administrar bens e serviços gerados pela atividade comercial, como a propriedade intelectual, constituir um foro para as negociações das relações comerciais entre os membros, com intuito de criar ou modificar acordos multilaterais do comércio, administrar o mecanismo de revisão de políticas de comércio, atuar para o desenvolvimento dos estados-membros e aplicar pesquisas e divulgar dados como forma de apoiar os integrantes (THORSTENSEN, 1998).

A OMPI criada em 1967, com objetivo de promover a proteção da PI ao redor do mundo por meio da cooperação entre os Estados, é destacada por Locatelli (2007) como protagonista no processo de normatização das IGs, organização especializada na regulamentação internacional dos direitos da PI. Em 1996, a OMPI juntamente com a OMC assinou um acordo de cooperação com o intuito de fornecer informações, como regulamentos e leis, para os estados-membros, livre acesso ao sistema de dados da OMPI, fornecer assistência técnica a países membros da OMC, mesmo não sendo membros da OMPI. A autora destaca ainda os três acordos firmados essencialmente para a regulamentação de forma direta ou indireta da proteção voltada para as IG: a Convenção da União de Paris (1883), o Acordo de Madri (1891) e o Acordo de Lisboa (1958).

Em 1883 entrou em vigor a Convenção da União de Paris, sendo precursora entre os acordos multilaterais de proteção das IGs, administrada pela OMPI. No Brasil, essa convenção foi ratificada somente em 1975, pelo Decreto 75.541. Seu objetivo consistiu em impedir as indicações que direcionem o consumidor a uma falsa origem do produto, priorizando, portanto, a proteção do consumidor e não propriamente a concorrência entre os produtos de cada território. O texto da convenção da União de Paris não impede a utilização de IGs reconhecidas em centros de origem distintos, desde que apontem a real origem do produto em questão. Almeida (2001) cita o caso do “Champagne da Califórnia”, demonstrando que, segundo o artigo 10 da Convenção, não se trata de uma falsa IP, por conter explícito na sua descrição que o local de origem é a Califórnia. Desse modo, não remete a falsificação da IG referente a região francesa reconhecida internacionalmente pela produção de um espumante à base de uva com reputação internacional. Para essa autora, a regulamentação para a proteção das IGs não é sólida, pois privilegia diretamente os interesses dos consumidores, não levando em conta os interesses dos produtores, além de não regulamentar os conflitos entre marcas e indicações geográficas, por exemplo.

Em 1891, o Acordo de Madri foi formulado, também sobre a administração da OMPI, com o propósito reprimir as indicações de proveniência falsas ou falaciosas sobre os produtos. Cabe destacar a diferenciação entre as indicações falsas e falaciosas para compreender o Acordo em questão: “Uma falsa IP é aquela que se refere inexatamente a um local ou país de origem, isto é, quando não corresponde à realidade, enquanto uma IP falaciosa é aquela que correspondendo à realidade engana, contudo, o público consumidor” (ALMEIDA, 2001a, p. 26). De acordo com os termos apresentados no Acordo de Madri, os produtos que apresentarem indicações de proveniência falsas ou enganosas obrigatoriamente terão sua

importação embargada, incluindo o embargo no país onde foi colocada a falsa indicação, reduzindo o erro sobre a sua verdadeira origem, diferenciando-se dos acordos até então firmados, apresentando um diferencial inexistente. Este acordo não se refere sobre a utilização ou não de uma falsa indicação acompanhada de expressões como os termos gênero, espécie, tipo ou imitação. Um exemplo disto é o queijo tipo gorgonzola fabricado no Brasil, porém com a utilização do termo “tipo”, evitando assim a referência errônea da IG consolidada na UE, queijo que é produzido na Itália (LOCATELLI, 2007).

Em 1958 foi firmado o Acordo de Lisboa relativo à proteção das denominações de origem e seu registro internacional, acordo que ampliou a proteção em relação ao Acordo de Madri, estabelecendo uma grande inovação sobre a questão da proteção internacional em relação às IGs, distinguindo as indicações geográficas e as denominações de origem. Entretanto, o governo brasileiro não retificou o acordo de Lisboa, pelo fato de ser uma proteção jurídica mais completa em relação as anteriores. Almeida (2001) explica a baixa adesão dos países ao acordo devido à sua complexidade, ou seja, a relação entre a complexidade da proteção das DOs é inversamente proporcional ao número de participantes. O art. 3, do Acordo, relata que não é permitida a utilização das denominações quando traduzidas de outros idiomas ou junto às expressões como gênero ou tipo, até então, permitidas pelo acordo de Madri. Um exemplo disto é o produto intitulado “Tipo Vinho do Porto”.

O acordo permitiu um registro internacional de DO, ficando sob responsabilidade da Oficina Internacional, junto à OMPI, à qual é encarregado de divulgar entre os países que aderiram ao acordo sobre os pedidos de registro. O acordo de Lisboa permite que as DOs sejam registradas a pessoas físicas ou jurídicas, de ordem pública ou privada e ao aderir ao acordo um país passa a ter o direito de recusar a proteção de uma DO em seu território, desde que outro país seja membro (LOCATELLI, 2007). Locatelli (2007) analisa as inovações e especificidades que esse novo acordo acarretaram:

- a) A proteção exclusiva das DOs, excluindo-se as demais IGs; b) a criação de um registro internacional das DOs, tido como requisito para que as denominações gozem da proteção deste Acordo; c) a proibição do uso indevido de DOs, mesmo quando conste no produto sua verdadeira origem, contenha expressões retificativa ou, ainda, quando traga a denominação somente em sua forma traduzida; d) a possibilidade temporária da utilização de DOs, após seu registro, por terceiros que não os titulares desta denominação (LOCATELLI, 2007, p. 81).

Lages, Lagares e Braga (2005) afirmam que o Brasil deveria aderir ao acordo, aliando isso a políticas públicas de incentivo de IGs, pelo fato de encontrar um grande potencial no Brasil através de suas peculiaridades naturais e culturais de amplitudes continentais. Estes autores salientam que os países que foram colônias da França aderiram ao acordo, como a Tunísia, Argélia e Haiti. Segundo eles, isso se deve ao fato de que a França possui o maior interesse em relação a proteção internacional das indicações, sendo o país mais avançado sobre a temática. Destacam ainda, as adesões da Coreia, como único país asiático, e o Peru, como único país da América Latina. Lidgard (2009, p.12) explica as limitações do acordo “é que ele só poderia fornecer medidas de aplicação para Denominações já protegidas como tal sob a legislação nacional do país de origem”. Em reflexo às limitações apresentadas, resultou em aproximadamente 27 adesões ao acordo de Lisboa, sendo necessário um novo tratado para abranger um número maior de países e com critérios de regulação mais apropriados e condizentes ao cenário das IGs (JAY; TAYLOR; 2013). Além disto, Almeida (2001) afirma que a maior adesão a este Acordo se deu pelos países produtores, enquanto que para os países consumidores não havia nenhum atrativo, pelo fato de que os mesmos utilizavam de forma indevida as DOs, não acarretando em sanções de acordo com o previsto no acordo.

Em virtude disto, em 1994 foi realizado o Acordo de TRIPs em decorrência da Rodada Uruguai<sup>9</sup> após negociações multilaterais. Segundo Lidgard (2009) e Cerdan et al. (2004), este Acordo é o mais abrangente referente à propriedade intelectual e, pela primeira vez, um grande número de países do mundo concordaram com a definição para o termo IG. As características específicas firmadas no acordo são a busca em estabelecer parâmetros mínimos para serem seguidos, a regulamentação de todas as modalidades específicas, não somente as indicações geográficas, mas também os institutos tradicionais da propriedade intelectual, como as marcas e patentes. Busca também otimizar as normas para a resolução de conflitos e buscar o equilíbrio entre os diversos interesses dos membros (LOCATELLI, 2007).

Para Locatelli (2007) ao entrar em vigor o TRIPs, estabeleceram-se novos critérios internacionais de proteção jurídica à propriedade intelectual, influenciando as novas legislações nacionais que foram se desenvolvendo ao decorrer destas mudanças, com a adoção de regulamentação de softwares, cultivares, entre outros aspectos da propriedade intelectual.

---

<sup>9</sup> “É o maior acordo comercial da História, que se constitui de uma Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais e da qual fazem parte integrante listas nacionais em que se registram obrigações contratuais de redução ou eliminação de tarifas específicas e de barreiras não tarifárias ao comércio de bens, e compromissos iniciais de liberalização do comércio de serviços” (LAMPREIA, 1995, p.1)

Atualmente há uma busca constante pela valorização dos territórios marginalizados em decorrência do intenso processo de globalização, além da valorização da PI coletiva. Nesse sentido, a criação de uma IG representa uma ação de fomento do desenvolvimento territorial, com ênfase na redução das disparidades econômicas e sociais entre as regiões menos desenvolvidas e atrasadas economicamente e o fortalecimento de ações e vínculos horizontais dos distintos atores da cadeia produtiva.

Sendo as IGs uma importante ferramenta de desenvolvimento rural é fundamental evidenciar a proteção jurídica internacional, pelo fato de que a maior inserção dos produtos oriundos das IGs está diretamente ligada ao mercado internacional. Isso se deve à busca de consumidores mais exigentes, principalmente de países europeus e com tradição nesse tipo de selo de distinção territorial, que valorizam o consumo de produtos com características e qualidades singulares, acarretando em uma maior demanda e melhores condições de competitividade no mercado externo (LOCATELLI, 2007).

A proteção jurídica confere aos titulares de produtos com IGs exclusividade, de forma a não terem suas denominações indevidamente associadas a outros produtos no mercado. Dessa forma, todas as vezes que se adquire esses produtos protegidos, de alguma forma, vantagens econômicas são revertidas ao proprietário, via pagamento pelo consumidor, a título de recompensa pelo tempo, dinheiro, esforço e reflexão inseridos no produto ou serviço (LOCATELLI, 2007; INPI, 2019a). Se a proteção jurídica não fosse efetiva, qualquer produtor ou comerciante poderia gozar da notoriedade dos produtos em sua região ou exportá-la para outras localidades sem conferir credibilidade aos seus consumidores.

### **2.1.3 PANORAMA BRASILEIRO DAS IG**

A regulamentação sobre as propriedades de inovações e de marcas do comércio iniciaram na época do Brasil Império com o Alvará de 1809, colocando o Brasil como uma das primeiras nações a ter uma legislação sobre as patentes, ficando atrás somente da Inglaterra, Estados Unidos e França. Anos depois, em 1822, D. Pedro, imperador, regulamentou a primeira patente de invenção para uma máquina destinada a descascar o café. Estas ações precursoras das legislações atuais mostravam uma preocupação com a proteção da inovação e contra a falsificação (INPI, 2019b).

Embora a legislação interna do Brasil não tivesse consolidado uma proteção ou regulamentação efetiva às IGs decretada antes da lei 9.279/96, tem-se o Decreto 16.245 de 1923, protegendo marcas de comércio e de indústrias de uma devida localidade ou lugar de fabricação de origem, proibindo que outros produtos de outras origens fossem acompanhados pelo mesmo nome (BRASIL, 1923). Este decreto utilizava a nomenclatura de indicação de proveniência, equivalente a indicação de procedência, empregada pela legislação atual. Ainda sobre este decreto, podemos destacar que as DOs não foram regulamentadas, não reivindicando qualquer vínculo entre o produto ou o meio que não fosse a procedência e sua notoriedade da origem, além de não incluir a proteção aos serviços, limitando-se exclusivamente para produtos (LOCATELLI, 2007).

Em 1945 foi criado o Decreto de lei 7.903, com algumas alterações introduzidas em relação à legislação anterior. Diferentemente do Decreto 16.254/23, o novo decreto somava ao anterior a questão da inclusão da notoriedade conhecida como o centro de fabricação ou extração. Outro aspecto relevante desta legislação é a consideração de crimes devido à concorrência desleal e a utilização de falsas indicações de procedência (LOCATELLI, 2007).

Em 1967, o Decreto de Lei 254 aporta outro aspecto relevante em relação à legislação anterior, que foi de impedir a utilização de marcas que indicassem locais diferentes daqueles produzidos ou o modo distinto de fabricação, porém permitiu, nesses casos, desde que fosse dado o reconhecimento dos locais ou modos de fabricação dos produtos à marca. Após quatro anos desta legislação foi sancionado o Decreto de lei 5.772 de 1971, que impedia registros como marcas de dizeres ou indicações que remetessem a procedências enganosas, incluindo as em língua estrangeira. Em síntese, estas legislações mencionadas até o momento eram restritas a proteção das IPs, não incluindo as DOs, além disto, não era abordado a obrigatoriedade dos registros das IGs (LOCATELLI, 2007).

Diante destas circunstâncias, surge a atual legislação brasileira de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. A legislação atual, diferentemente das anteriores, traz como inovação o reconhecimento e a proteção das DOs, assim como a extensão para os serviços, até então, excluídos pelas legislações anteriores. Embora o reconhecimento desse instrumento não seja de tal maneira recente, houve significativos avanços com a atual legislação brasileira (LOCATELLI, 2007). Assim, duas formas de proteção de produtos típicos foram previstas nessa legislação: a IP e a DO. A Instrução Normativa (IN) nº 25 de 2013 estabelece as condições para o registro das IG:

§ 1º Considera-se a Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade<sup>10</sup>, região ou localidade de seu território, que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção e fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

§ 2º Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Ao se realizar uma comparação observa-se que as categorias IP e DO utilizadas no Brasil são semelhantes às categorias de Indicação Geográfica Protegida (IGP) e a Denominação de Origem Protegida (DOP) da UE. Na Figura 2 podemos observar que a IGP de selo azul remete à IP adotada pela legislação brasileira, enquanto a DOP, de selo vermelho, remete à DO no Brasil.

**Figura 2-** Selos IGP e DOP adotados pela UE.



**Fonte:** União Europeia (2016).

De acordo com Glass e Castro (2008, p. 13), “(...) a diversidade cultural brasileira, seu vasto território e suas particularidades sustentam a afirmação de que há inúmeros produtos nacionais com potencial de obter uma IG”. No entanto, os números brasileiros são tímidos

<sup>10</sup> Note-se que, embora a legislação faça referência a “cidade” (parte urbana de um município), a intenção era referir-se ao “município”, cujo conceito é mais amplo e abrange tanto as áreas rurais quanto as urbanas.

quando comparados aos europeus. Hanisch et al. (2006) analisa as duas modalidades de IG previstas na legislação brasileira, apresentando suas principais diferenças e características específicas do meio geográfico e no processo de produção e elaboração dos produtos. As DO são vinculadas às regiões especializadas na produção e elaboração de produtos específicos, os quais apresentam características geográficas, meteorológicas e humanas singulares ligadas ao saber-fazer produtivo e da sua transformação. Esse tipo de IG busca garantir qualidade de determinado produto ou serviço<sup>11</sup>, elaborado ou ofertado num território com características específicas e homogêneas e, principalmente, fortalecendo uma relação de confiança entre o consumidor e o produtor e o seu local de produção essencialmente atribuídos a sua origem geográfica (CALDAS *et al.*, 2005).

Para registrar uma IP, por sua vez, não há a necessidade de comprovação da qualidade ou a existência de características exclusivas ou peculiares decorrentes do meio geográfico, como fatores naturais e humanos requeridos para os casos de DO. Entretanto, há a necessidade do reconhecimento da região como centro de extração, produção e prestação de um determinado produto ou serviço. A exigência de qualidade tem um caráter mercadológico, motivada pelos consumidores e não obrigatoriamente por lei (DA ROCHA PORTO, 2009). Desse modo, as IP possibilitam associar a qualidade do produto à região de produção, enquanto as DO associam o produto às tradições culturais, mas permanece tênue a fronteira entre essas duas modalidades de IG.

Seguindo esse pensamento, Tonietto (2002) propõe a IP como a primeira fase para uma posterior evolução, em casos específicos, à condição de DO. Embora esse aspecto de transitoriedade não seja uma norma especificada na legislação brasileira, não sendo, portanto, reconhecida pelo INPI, já se tem exemplos de IP que foram ou estão em processo de obtenção de uma DO. A título de exemplo, em 2002, o denominado Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul obteve o selo de IP, que 10 anos depois, em 2012, tornou-se reconhecida como DO, com as devidas adequações previstas em lei.

Niederle (2009) destaca a IP do Vale dos Vinhedos da Serra Gaúcha como um caso de sucesso em termos da constituição de uma dinâmica de desenvolvimento territorial. O reconhecimento da região é fruto de efeito sinérgicos entre a produção de alta qualidade e o

---

<sup>11</sup> A legislação brasileira já previa a possibilidade de concessão de um signo distintivo para serviços, desde 1996, porém, o reconhecimento para este setor, de forma específica, somente veio ocorrer pela primeira vez no país em 2012, com a obtenção da Indicação de Procedência do Porto Digital, em Recife, Pernambuco.

empreendedorismo de descendentes de imigrantes italianos que, baseado em saberes, tradições e costumes compartilhados ao longo de gerações, acrescido de especificidades do ambiente, desenvolveram um sistema singular de produção, sendo apontada como a região de mais tradição na produção de vinhos no Brasil.

Na lista das IG no Brasil, disponibilizada pelo INPI em 2020, tem-se o registro de 67 IG, sendo 55 IP e doze DO (Tabela 1). No Brasil, somente em 2002, a IG do Vale dos Vinhedos, localizado na Serra do estado do Rio Grande do Sul, foi reconhecida pelo INPI para vinhos tintos, brancos e espumantes, por meio de uma IP (INPI, 2013). Já a produção de arroz no Litoral Norte Gaúcho foi a primeira DO concedida no ano de 2010. O estado de Santa Catarina tem os registros da IP Vales da Uva Goethe, a DO Banana da Região de Corupá e a DO do queijo artesanal serrano, concedidas, respectivamente, em 2012, 2018 e 2020 (INPI, 2020).

	IG	IP	DO
NORTE	6	6	0
NORDESTE	14	12	2
CENTRO OESTE	4	4	0
SUL	21	16	5
SUDESTE	22	17	5
TOTAL	67	55	12

**Tabela 1** – Panorama das IGs no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

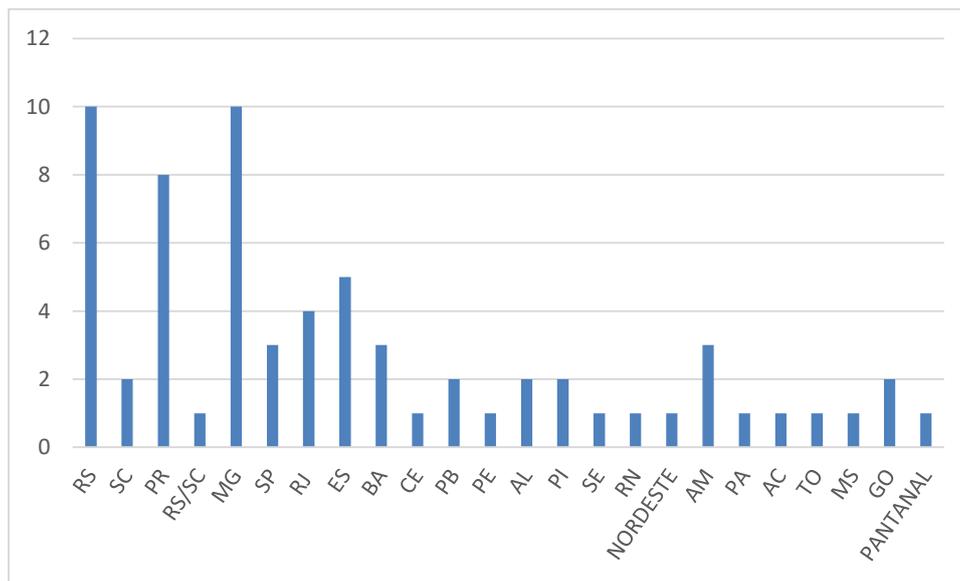
A partir da análise dos dados disponibilizados pelo INPI referentes às IG concedidas no Brasil observa-se que as DOs estão presentes somente em estados das regiões Sudeste, Sul e Nordeste e as IPs, embora presentes em todos os estados brasileiros, também se concentram nessas regiões. Dessa forma, constata-se o baixo percentual de certificações provenientes das regiões Norte e Centro Oeste em relação às IP e a ausência de DO nessas duas regiões. Além disso, verifica-se na Tabela 1 que as regiões Sul e Sudeste correspondem a aproximadamente

64% das IGs concedidas no Brasil, enquanto a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntas representam cerca de 36%.

Para uma análise mais detalhada da disposição dos registros das IGs, na Figura 3 podem ser observadas as distribuições das IGs brasileiras concedidas por estado requerente, apontando aqueles com mais registros concedidos pelo INPI em relação aos outros. Deste modo, os estados de Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS) lideram os números de registro de IGs concebidas, com oito cada, demonstrando a aptidão das regiões direcionadas a esta estratégia de desenvolvimento territorial. O RS demonstra vocação para a produção de vinhos tintos finos, brancos e espumantes com qualidades superiores quando comparado a outras regiões do país, assim como para a produção de carnes bovinas e derivados e couro acabado, associados à forte influência da colonização europeia e pela questão histórico-cultural na produção de bovinos. Da mesma forma são explicadas as IGs registradas no estado de MG, enraizado em sua cultura e história na produção de café, leite e seus derivados de qualidades superiores reconhecidas pelos consumidores (IEA, 2000). O estado de Santa Catarina apresenta produtos e serviços de qualidades superiores reconhecidos com potencial para ampliar os números referentes as IGs concebidas pelo INPI. Desta forma, estão em andamento os processos junto ao INPI das IGs da erva-mate do PNC (objeto de análise da pesquisa), o mel de melato da bracatinga, os vinhos de altitude e a maçã Fuji da região de São Joaquim. Podemos destacar o mel de melato da bracatinga<sup>12</sup>, outro produto portador de características específicas atreladas ao PNC, podendo, assim, incrementar e promover o efeito “Cesta”.

---

<sup>12</sup> O mel de melato é obtido através de secreções da árvore da Bracatinga, que tem sua seiva sugada pela inseto cochonilha, e como resultado de sua digestão, excreta gotas do mel de melato (SALOMÉ, 2002). Este produto será melhor abordado no Capítulo 3, assim como será retratado brevemente o processo de construção da IG do mel de melato da Bracatinga.

**Figura 3 – Distribuição das IGs por Estado**

Fonte: Elaboração própria<sup>13</sup>.

Em 2012, houve um acréscimo significativo das certificações das IGs, totalizando 21 registros, decorrentes da promoção de políticas públicas de desenvolvimento por intuições e órgãos governamentais, particularmente por ações do MAPA e do INPI. Este aumento exponencial foi resultado de um acordo de Cooperação Técnica entre estes dois órgãos públicos, com intuito de atuar diretamente em relação à proteção e ao reconhecimento para produtos com potencial para tornar-se uma IG e disseminar informações normativas e operacionais (IEA, 2000; SEBRAE, 2005). Niederle (2013) distingue dois processos de IG e sua relação com desenvolvimento territorial: um como instrumento de agregação de valor e acesso a novos mercados e outro concebido enquanto um arranjo produtivo local - com destaque para a formação de redes de confiança, cooperação e empreendedorismo local - mas sem se preocupar com uma estratégia mais ampla de desenvolvimento dos territórios rurais. Esse autor destaca a potencialidade das IG no Brasil de apoiar ações de desenvolvimento, mas, para tanto, inúmeros obstáculos precisam ser superados, a exemplo da insuficiência de políticas públicas direcionadas à promoção e manutenção das IG, além de lacunas na

<sup>13</sup> Na figura 3 as IGs RS/SC, Nordeste e Pantanal se diferenciam dos demais recortes geográficos, pois perpassam por dois ou mais estados. Assim, a IG dos Campos de Cima da Serra é composta pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a IG do Pantanal compreende os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e por fim, a IG do Vale do Submédio São Francisco compreende aos estados do Nordeste.

legislação em vigor. No próximo capítulo esse tema será aprofundado e contextualizado para a realidade socioeconômica brasileira.

Assim, os estudos já realizados indicam que os processos de criação de IG são heterogêneos, justificando a importância de analisar as especificidades de cada caso, quanto às trajetórias de especificação e valorização de recursos territoriais. Embora recentes, alguns estudos avaliaram a capacidade das IG existentes no Brasil em promover o desenvolvimento do território onde incidem. Com intuito de analisar a IG como uma contribuição ao DTS, Maiorki e Dallabrida (2014) concluíram que os produtos que possuem IG são capazes de gerar uma agregação de valor e ainda corroborar para o DTS, com ganhos para todos os setores da sociedade. Entretanto, Nascimento, Nunes e Bandeira (2012) alertam para os malefícios ao processo de DTS caso uma IG seja malsucedida, como a superexploração de recursos naturais, sem mecanismos de preservação e promoção das distintas esferas de sustentabilidade, aumento do custo da produção, inviabilização da sua aplicabilidade em função de onerosos mecanismos de controle ou de produção e exclusão de parcelas de produtores do processo.

Na mesma linha, Velloso (2008) ressalta que a implementação de uma IG, quando desconsidera a complexidade socioeconômica e ambiental do território, pode gerar exclusão social e degradação ambiental. Hanisch et al. (2006) e Velloso (2008) indicam que a ação coletiva, com participação de instituições públicas e privadas, representa o elemento central para o processo de implementação de uma IG, concebida como uma ferramenta de valorização de recursos específicos e do desenvolvimento territorial. Sendo assim, nota-se que a maior ou menor capacidade de uma IG em promover o desenvolvimento territorial depende do seu sistema de governança de forma a incluir a diversidade dos atores sociais implicados direta ou indiretamente com a iniciativa.

## CAPÍTULO III

### **3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IG DA ERVA-MATE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE: AS BASES PARA A CRIAÇÃO DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS**

Este capítulo inicia com a descrição dos principais aspectos históricos do PNC, suas características urbanas e rurais, clima e vegetação predominantes, assim como a tradição de processamento da erva-mate. A notoriedade da erva-mate no PNC é discutida desde o pioneirismo das populações indígenas na atividade ervateira, até os estudos recentes que revelam suas características distintas de outras origens geográficas e potencialidades para distinguir o produto dessa região em relação a outros centros produtores.

Em seguida, analisa-se a trajetória histórica do processo constitutivo da IG e apresenta-se os atores sociais envolvidos neste processo, bem como suas principais expectativas em relação aos impactos da IG quanto aos aspectos produtivos, ambientais e sociais. Finalizando o capítulo, são apresentados outros atributos territoriais específicos do PNC e discute-se a possibilidade de uma oferta compósita no processo de formação de uma “cesta”.

#### **3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PNC**

O PNC é uma região do estado de Santa Catarina constituída por treze municípios, que se caracteriza pelo clima ameno, com geadas frequentes e paisagem associada à presença das Florestas de Araucárias (POTTER, 2004). Segundo o IBGE (2010), essa região possui uma superfície de 10.005,406 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 354.200 habitantes, o que resulta em um Densidade Demográfica (DD) de 35 hab./Km<sup>2</sup>. Essa DD está abaixo da registrada no mesmo ano para o estado (70,27 hab./Km<sup>2</sup>) e acima da DD do país (23,8 hab./Km<sup>2</sup>). Do total dessa população 63% residem em áreas urbanas, com destaque para os polos urbanos de São Bento do Sul (84. 507 habitantes), Mafra (56.017 habitantes) e Canoinhas (52.765 habitantes), e 37% em áreas rurais.

Na região predomina, de acordo com a classificação de Köppen Cfb, o tipo de clima

temperado, com chuvas regulares, distribuídas ao longo do ano, e com médias de precipitação pluviométrica variando de 1.500 a 2.000mm. As temperaturas médias anuais variam de 15°C a 18°C na região. As geadas são frequentes ou pouco frequentes, dependendo da altitude, que varia de 500 a 1.500m sobre o nível do mar (EMBRAPA, 2014). Do percentual de classes de uso do solo mapeadas, a classe floresta se destaca com 44% da cobertura, nas quais encontram-se os ervais nativos, seguida da classe agricultura com 21%, silvicultura com 18% e campo e pastagem com 14% (DORTZBACH *et al.*, 2018).

O elo de ligação entre o PNC e a atividade ervateira justifica a aplicação de estudos e ações para a revalorização de toda a cadeia produtiva, por meio dos atores sociais envolvidos no processo. Além disto, as atividades comerciais desta atividade ultrapassam 150 anos na região, com a presença na atualidade de 32 empresas ervateiras e da cooperativa mais antiga do estado de Santa Catarina, assim como a diversidade de produtos ligados à erva-mate.

Os primeiros habitantes da região foram, provavelmente, os índios da etnia Xokleng, que utilizavam as folhas da erva-mate antes da chegada dos espanhóis e portugueses, os quais incorporaram o seu uso na forma de chimarrão e chá. Entre os séculos XVIII e o início do século XX, o “Caminho do Viamão” representava uma rota imprescindível para os tropeiros que conduziam animais do extremo sul do Brasil até a cidade paulista de Sorocaba. Esses personagens históricos levavam principalmente tropas de muares criados no RS, Uruguai e Argentina, com destino à Feira de Muares de Sorocaba, onde eram vendidas e distribuídas para todo o interior do país e, em especial, para o estado de Minas Gerais. Essa rota foi de grande relevância para o povoamento e estabelecimento dos sujeitos de diversos destinos, que se instalaram nessa área (THOMÉ, 2012).

Em 1890, o governo brasileiro iniciou a construção de uma ferrovia que ligaria RS a São Paulo (SP) com o intuito de favorecer a atividade econômica de maior expressão, o café. Assim, o governo desapropriou as terras dos caboclos que habitavam a região, concedendo as terras para as empresas norte americanas, Brazil Railway e Souther Brazil Lumber e Colonization, com direito de explorar e comercializar a madeira e construir a ferrovia. Segundo Carvalho e Nodari (2010), a companhia Lumber<sup>14</sup> foi responsável, não somente pela construção da ferrovia SP - RS, ligando Itararé (SP) à Santa Maria (RS), passando pelo

---

<sup>14</sup> A história da madeireira e colonizadora Lumber, do proprietário norte-americano Percival Farquhar, na Região do Contestado, no início do Século XX, está diretamente ligada à história da Guerra do Contestado (1912-1916). Com a instalação da Lumber (1909), houve um grande aumento da produção e exportação de madeira. As terras devolutas da região eram habitadas por uma população mestiça comumente denominada de cabocla, que foi expulsa das terras destinadas a projetos de colonização por agricultores descendentes de imigrantes europeus. Este quadro desembocou na Guerra do Contestado.

interior dos três estados da Região Sul, mas também pelas transformações sociais e ambientais na região. Essa ferrovia atravessou extensas áreas e fomentou a colonização de regiões “escassamente povoadas”. A partir da sua construção ocorreu uma intensa valorização das terras, favorecendo a especulação fundiária na região, gerando inúmeros conflitos e problemas relacionados à legitimação das terras, processo dificultado pela disputa entre as autoridades políticas paranaenses e catarinenses (CARVALHO; NODARI, 2010).

Dessa forma, a ocupação e colonização da região do PNC foi influenciada diretamente pelo deslocamento de tropeiros e do denominado ciclo do gado, sendo os campos nativos da região locais de pousio e reabastecimento das tropas. Nas proximidades desse trajeto surgiram povoados nos locais de pousos de tropeiros. Dentro da Floresta da Araucária, a região era praticamente desabitada e as vilas, povoados e fazendas eram ligadas entre si por estreitos e sinuosos caminhos abertos pelos tropeiros (THOMÉ, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade econômica predominante, que contribuiu para um maior afluxo de pessoas para a região, foi o extrativismo da madeira e extração da erva-mate, abundante no interior da Floresta de Araucária, atraindo diversas indústrias desses setores. Segundo Dortzbach *et al.* (2018), os jagunços e caboclos<sup>15</sup> realizavam a poda, coleta, sapeco, secagem e cancheamento<sup>16</sup> das folhas do chamado “Ouro verde” pelos “fazedores de erva”.

Carvalho e Nodari (2010) relatam que a extração da erva-mate exigia uma certa mobilidade espacial e este fator não impedia o sucesso do cultivo pelo caboclo posseiro sem títulos de propriedades na atividade. Os caboclos praticavam uma agricultura de coivara<sup>17</sup> não alterando significativamente o ambiente, assegurando uma conservação e manutenção das

<sup>15</sup> Os jagunços eram indivíduos que prestavam trabalhos de proteção e segurança às lideranças políticas, termo relacionado a soldado. Já a denominação caboclo é utilizada para se referir a uma população constituída a partir da miscigenação de etnias diversas (indígenas, brancos, negros, portugueses e espanhóis). Até hoje, a região possui uma parcela populacional importante dessa etnia, que tem parte da sua história associada às atividades extrativas da erva-mate (BRANCATO; AURAS, 1984).

<sup>16</sup> O sapeco é a primeira etapa do processo de industrialização da erva-mate com a finalidade de reduzir em torno de 20 a 30% da umidade das folhas e ramos. O sapeco é realizado junto ao fogo direto e consiste na passagem rápida dos ramos com folhas sobre as chamas do sapecador. A secagem e o cancheamento acontecem na metade do processo de beneficiamento da erva-mate e consistem, respectivamente, em secar as folhas e ramos de erva, que serão transformados no produto a ser consumido. O cancheamento consiste na trituração da erva após o processo de secagem. Em seguida, a erva é peneirada e o material coletado passa a denominar-se erva cancheada. Esta pode ser usada diretamente como matéria-prima para a produção de chás ou, após passar por um processo de soque, como chimarrão (ESMERINDO *et al.*, 2002).

<sup>17</sup> A agricultura de coivara se aplica às práticas de corte e queima da vegetação, sendo uma das formas mais antigas da intervenção do homem no meio. . A agricultura de coivara representa a evolução cultural e biológica humana nas florestas, representando as experiências acumuladas ao longo da história (CHANG, 1997; ALTIERI; ANDERSON; MERRICK, 1987; NOBLE; DIRZO, 1997; ADAMS, 2000).

florestas da região. Entretanto, a companhia Lumber instalou serrarias e estabeleceu extensos latifúndios que eram compostos por uma densa floresta com araucária, cobertas de pinheiros centenários e erva-mate, beneficiando-se de um meio natural para o desenvolvimento da indústria madeireira. A abundância de da erva-mate na região de Canoinhas era algo tão notável que, em 1923, o município trocou seu nome para Ouro Verde, em alusão à erva, porém devido a divergências políticas e religiosas, em 1930, esse nome foi substituído pelo anterior (CARVALHO; NODARI, 2010).

A região foi marcada pela Guerra do Contestado (1912-1916), considerada a revolta mais violenta da história do estado de Santa Catarina e do país. A construção da ferrovia na região pelas empresas norte americanas implicou na expulsão de famílias de agricultores caboclos das terras que cultivavam como posseiros há várias décadas. A resistência dessas famílias gerou um conflito armado com o exército brasileiro e milícias mantidas pela empresa e fazendeiros da região. Segundo Hanisch et al. (2006), as sangrentas batalhas deflagradas resultaram na morte de aproximadamente 10 mil pessoas, entre caboclos e militares. Os limites municipais foram firmados após o ano de 1916, quando foram definidos, naquele momento, alguns impasses de limites geográficos entre os estados de Santa Catarina e Paraná (PR). Para Dallabrida (2012), do ponto de vista histórico-cultural, a Guerra do Contestado foi uma recusa da forma de ocupação territorial. A população nativa enfrentou o processo de ocupação e tentou manter seu estilo tradicional de vida. Para Carvalho et al. (2010), a rebelião cabocla do Contestado expressa a tensão social com as súbitas transformações da sociedade e da paisagem.

Com o fim da rebelião cabocla, a região passou por um processo acelerado de ocupação por milhares de migrantes europeus e descendentes das colônias do RS. Diversas empresas colonizadoras revenderam terras que haviam sido de posse de caboclos, sob domínio e direito de colonização da Companhia Lumber (FRAGA, 2010).

De acordo com Hanisch *et al.* (2006), a região do PNC possui um mosaico étnico-cultural construído ao longo da colonização por imigrantes poloneses, alemães, italianos, eslavos, ucranianos, japoneses, portugueses, sírio-libaneses e turcos, acrescida da persistente influência cabocla, tropeira e indígena. Milani (2013) afirma que a região apresenta traços marcantes de identidade sociocultural, caracterizada pelas particularidades culturais e pelo processo de socialização, que formaram um território com uma mestiçagem cultural. Assim, a região foi ocupada e, posteriormente, colonizada por diversos povos, provenientes de diferentes destinos e interesses, responsáveis pela construção de características culturais,

sociais, ambientais, econômicas e que influenciaram diretamente nas artes, na música, na dança, na gastronomia, na arquitetura, na paisagem e no desenvolvimento da região.

Do ponto de vista natural, a paisagem do PNC abrigou historicamente a araucária e a erva-mate, espécies fundamentais para a transformação em riquezas para o desenvolvimento da região. Hanisch et al. (2006) relata que em 1960 houve uma transformação do cenário econômico da região ligado ao extrativismo da madeira da araucária e da erva-mate, através de políticas de modernização da agricultura. Esse processo resultou em novas dinâmicas no espaço rural, com a expansão de extensos estabelecimentos agropecuários, com o objetivo da implantação de novas culturas agrícolas, como o plantio da soja, batata e reflorestamentos, promovendo inúmeras transformações nas paisagens rurais, devido a atividades especificamente motivada pelo fator econômico.

### **3.2 NOTORIEDADE DA ERVA-MATE NO PNC**

Entre os séculos XIX e XX, a erva-mate se configurou em um dos principais produtos das exportações brasileiras, estando o PNC entre as regiões produtoras com maior relevância no país. Dados de 2014 mostram que a produção de erva-mate em folhas verdes foi de 1.809.579 toneladas no mundo. Deste total de produção, o Brasil foi responsável por 51,7%, representando 935.501 toneladas, enquanto a Argentina correspondeu a 43,2% com 782.078 toneladas e o Paraguai com apenas 5,1%, referentes a 92.000 toneladas (INYM, 2016; MAG, 2016). Atualmente, essa região se diferencia das demais regiões produtoras por conter uma área significativa de ervais nativos. De acordo com o IBGE (2012), enquanto na safra de 2010 apenas 34,83% da erva-mate do país foi produzida em matas nativas, o PNC foi responsável por 89,76% da produção de ervais nativos.

Em 2010, a produção brasileira de erva-mate alcançou um total de 653.103 toneladas, das quais 227.462 toneladas, correspondendo a 34,83% do total, são oriundas plantas nativas. Trata-se do principal produto extrativista não-madeireiro do Brasil em termos de quantidade produzida e o quarto em valor da produção, ficando atrás do açaí, do pó cerífero de carnaúba e a castanha-do-pará (ANDRADE, 2002; IBGE, 2012).

Ainda sobre os dados do IBGE, em 2017, a erva –mate foi o único produto extrativista

não-madeireiro a apresentar um aumento de produção de 1,7%, enquanto os outros três tiveram quedas de produção: o açaí em 0,2%, o pó de cerífero de carnaúba em 10,1% e a castanha-do-pará em 14,7%. Em relação ao valor da produção entre os produtos não madeireiros do extrativismo, nesse mesmo ano, a erva-mate seguiu apresentando o segundo maior valor de produção, com R\$ 398,8 milhões, seguido pelo pó cerífero de carnaúba (R\$ 187,5 milhões) e pela castanha-do-pará (R\$ 110,1 milhões), mostrando um crescimento em relação a 2010. Em 2018, dados do IBGE demonstram que foram produzidas 392.897 toneladas de erva-mate no Sul do Brasil, sendo Santa Catarina responsável por 22.992 toneladas, Rio Grande do Sul por 24.806 toneladas e Paraná por 345.099 toneladas.

A atividade ervateira com finalidades mercantis, principalmente destinada à exportação, está presente desde meados do século XIX, com grande relevância no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região de estudo. O PNC se destaca historicamente pela produção e transformação da erva-mate desde o terço final do século XIX (SOUZA, 1998; GERHARDT, 2013; VOGT, NEPPEL, SOUZA, 2016).

A erva-mate, cujo nome científico é *Ilex paraguariensis* St. Hil, se caracteriza por ser arbórea com ocorrência de forma nativa nas regiões subtropical e temperada da América do Sul, preferencialmente entre as latitudes 21° S e 30° S e as longitudes 48°30' W e 56°10' W e altitudes de 500 a 1.500 metros. A área de abrangência da erva também corresponde à região Sul do Brasil e parte do estado do Mato Grosso do Sul, o Leste do Paraguai e a província de Misiones na Argentina (OLIVEIRA; ROTTA, 1985; HOPPE; KNOPP; MEDRADO, 1996; GERHARDT, 2013).

No Sul do Brasil, a dispersão geográfica da erva-mate compreende a região do Centro-Oeste no RS, no Centro-Sul e o Sudoeste paranaense e em Santa Catarina ocorre, principalmente, no Planalto, abrangendo desde o município de Campo Alegre, estendendo ao Extremo Oeste catarinense no município de Dionísio Cerqueira (DA CROCE; FLOSS, 1999; OLIVEIRA; ROTTA, 1985). Entretanto, os entrevistados apontam diferenças entre as ervas nativas da região do PNC e as cultivadas sob sol no Extremo Oeste Catarinense. Ao serem questionados sobre as diferenças, mencionam que a erva-mate do PNC, de ocorrência natural, ou seja, sombreada por outras espécies nativas de porte maior, difere pelo sabor mais suave, duradouro e sem amargor em relação à erva cultivada sob pleno sol. Enquanto as ervas cultivadas na região Oeste, com espécies não nativas, apresentam um amargor, um sabor mais forte e menos duradouro, além de seu cultivo ser de forma extensiva, produzido em larga escala, abastecendo o comércio de commodities. Um ator público ao ser entrevistado ressalta

estas diferenças:

As ervas do Oeste, de Chapecó, é uma erva de commodities, plantada a pleno sol, conseguem atender os mercados com um preço mais barato [...] é muda barata, a erva Argentina é de qualidade inferior, reconhecemos, quando chega no mato e olha, sei que não é da mesma qualidade, ela tem uma “carinha” diferente [...] a erva-mate do PNC tem sabor suave e duradouro, que não sente o amargor (Ator Público, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Melo (2010) afirma que a entrada descontrolada do material genético da erva-mate Argentina em terras brasileiras, de sabor forte, ocasionou na queda do preço da erva-mate produzida no Brasil, forçando os beneficiadores a adicionarem açúcar na composição final do produto para suavizar seu sabor. Em contraponto, as características da erva-mate nativa da região do PNC proporcionadas pelas espécies nativas e sombreadas garantem um sabor mais suave, não necessitando a adição de açúcares em sua composição, tornando ainda mais valorizada nos mercados.

Desta forma, estudos apontam a potencialidade da erva-mate do PNC, atrelada a um alto grau de especificidade decorrentes de condições histórico-culturais, tradição e saber fazer, consolidados ao longo do tempo e características das paisagens naturais do território, cujos atributos singulares são diferentes de outros territórios. Além disto, as condições edafoclimáticas e a matéria-prima nativa existente na região favorecem a exploração comercial da erva-mate e influem na tipicidade e qualidade diferenciada do produto (VOGT; NEPPEL; SOUZA, 2016).

Souza (1998) relata a notoriedade da erva-mate produzida e transformada nas regiões Norte Catarinense, Centro-Sul e Sul do PR, sendo facilmente identificado pelos consumidores. Chaimsohn e Souza (2013) afirmam que o modo de exploração dos ervais nativos e os processos de produção são elementos cruciais para a preservação da notoriedade e da reputação da uma erva-mate diferenciada e de alta qualidade, além da ligação entre o território e a história da atividade ervateira.

Um ator privado e associativo, quando entrevistado, ressaltou que a notoriedade e a qualidade da erva-mate do PNC sempre foram reconhecidas pelos consumidores. Ele aponta que baseado nos dados do IBGE sobre o IDH, o PNC é considerado uma região de baixo índice de desenvolvimento, mas que o órgão não valoriza a história da região e a importância

que teve para o desenvolvimento de todo o estado catarinense:

Desde sempre é reconhecida [erva-mate], ela era 30% de toda a economia do estado, a erva-mate do PNC construiu o porto de São Francisco, construiu a estrada da Graciosa, então sempre foi valorizada, o problema é que a região do PNC sempre foi muito desvalorizada e fez todo o estado crescer, mas esse dinheiro nunca voltou para nós, nós construímos Florianópolis, Joinville, demos dinheiro para o estado, saiu daqui os pinheiros, as imbuías, a erva-mate e não temos nem estradas asfaltadas [...]. O único lugar que existe Mata Atlântica, um pouco de preservação e dizem que é a área mais pobre do estado, então tem que ver a mais pobre em que, somente no IDH, não quero que venha granja de porco para cá (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

A erva-mate sob mata nativa na região do PNC se destaca, também, pelo seu manejo segundo os princípios do sistema agroflorestal, que visa o melhor aproveitamento da terra e insumos, especialmente o equilíbrio ambiental, a conservação e melhoria dos solos, se destacando pelo cultivo sombreado no interior da floresta (FRANCO, 1992).

Estudos preliminares mostram que a erva-mate nativa ou sombreada cultivada de forma agroecológica, sem uso de adubos químicos e agrotóxicos, apresenta peculiaridades no sabor, sendo mais suave em relação aos outros modos de manejo, culminado em uma melhor aceitação nos mercados brasileiro e uruguaio. Essa particularidade do sistema produtivo é comumente associada ao caráter agroecológico, embora não apresente nenhum selo específico que certifique essa característica (LOPES, 2011; MARQUES et al., 2012).

Segundo atores locais entrevistados, essa qualidade diferencial se reflete no maior valor comercial atribuído, que resulta em benefícios econômicos ao agricultor, até o preço final do produto processado, os quais podem ser 30% superior. Por esses motivos, as ervateiras de todo o sul do país têm aumentado a demanda pela erva-mate com essas características.

Contraopondo-se à atividade de extração madeireira, a produção da erva-mate no PNC está relacionada à conservação ambiental, pois imprimiu um caráter multifuncional às áreas de mata nativa, as quais geram uma renda extra aos agricultores e desempenham uma função de “poupança” (HANISCH et al., 2008). Dessa forma, a atividade ervateira contribui para a configuração da paisagem regional, onde há uma relativa maior cobertura de vegetação nativa, quando comparada às demais regiões de Santa Catarina (HANISCH et al., 2006). Para Hanisch *et al.* (2006), a atividade ervateira na região auxiliou no delineamento e na preservação atual da paisagem de mata nativa na região.

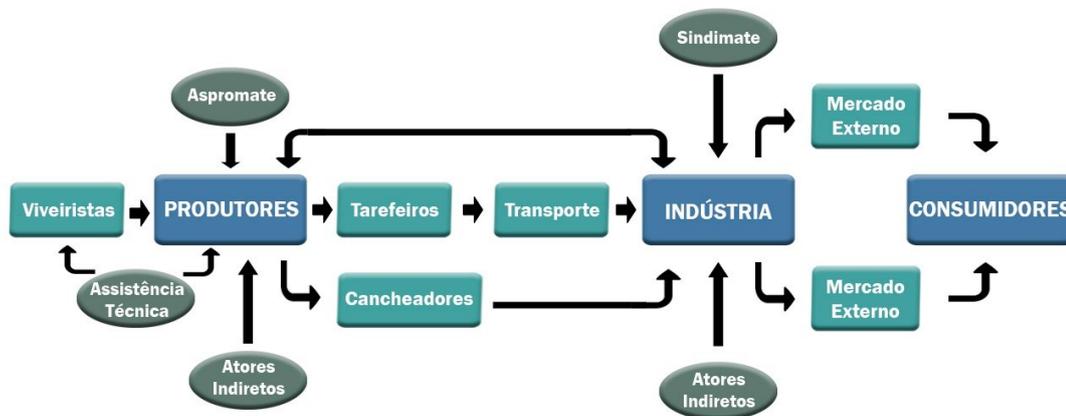
### 3.3 CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE NO PNC

Embora a erva-mate tenha iniciado sua história com a herança deixada dos índios guaranis, sendo a base de sua alimentação, sua trajetória com as medidas políticas públicas adotadas, não avançaram o suficiente para retirar a erva-mate do cenário que se remete ao extrativismo (LINHARES, 1969). Para Melo (2010) mesmo com o passar de quase 500 anos, ainda não há uma organização política efetiva na cadeia produtiva da erva-mate, assim como uma política pública eficaz para o desenvolvimento deste setor produtivo.

Os avanços tecnológicos e científicos existem em pequenas escalas, porém ainda há dificuldades na sua difusão e transferência para todos os atores da cadeia produtiva. Alguns obstáculos agravam ainda mais essa situação, como em relação à modernização da infraestrutura da cadeia produtiva da erva-mate, com altos custos e dificuldade de acesso (MELO, 2010).

De maneira geral, a estrutura da cadeia produtiva de erva-mate no PNC é caracterizada inicialmente pelo processo produtivo da matéria-prima, desde o fornecimento de sacos de mudas, a produção, coleta, preparo de sementes e produção de mudas destinadas aos plantios da erva-mate enquanto prática de adensamento dessa espécie no interior das florestas, produção da erva-mate, manejo, colheita, tesouras e serrotes de poda, equipamentos e materiais necessários para a colheita, beneficiamento pela indústria e a destinação aos mercados internos e externos, como esquematizado na Figura 4. A partir da valorização do produto, esta estrutura destina-se aos produtores que adensam as mudas na floresta adotando o manejo florestal, assim, essa prática tem se tornado frequente no PNC.

**Figura 4** - Diagrama geral da cadeia produtiva da erva-mate



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Na fase de preparo de sementes e mudas, os viveiristas assumem um papel importante para a manutenção genética dos ervais, que são responsáveis pela produção de mudas de qualidade, oriundas de matrizes certificadas, e manutenção das características genéticas da erva-mate da região do PNC. Assim, para que esse objetivo seja alcançado é essencial um alto nível tecnológico e científico para que se maximize o potencial genético da erva com qualidade das mudas e sementes produzidas.

Em sequência, a atuação da assistência técnica se mostra enquanto uma atividade determinante na propagação de conhecimento e incremento tecnológico, em função do acompanhamento técnico ao agricultor, a fim de produzir ervas de qualidade e obtenção de melhores rendimentos. Desta forma, as ações dos profissionais técnicos da Epagri no território do PNC são fundamentais para a maximização da produção da erva-mate e a propagação dos conhecimentos científicos ao agricultor, desde a assistência técnica a eventos destinados aos atores da cadeia produtiva na erva-mate no PNC. Vale ressaltar a importância da Aspromate, Sindicato das Indústrias do Mate de Santa Catarina (Sindimate) e da cooperativa mais antiga do estado<sup>18</sup> na atuação no desenvolvimento da atividade ervateira a partir da atuação direta em

<sup>18</sup> No momento da dissertação se limita a explicar que o Sindimate é um sindicato dos industriais determinante para a construção da IG, assim como a Aspromate, e a Cooperativa de produtores mais antiga do estado de Santa Catarina, que serão explicadas com mais detalhes nas seções seguintes. Assim, cabe salientiar que as

todos os elos da cadeia produtiva.

Podemos destacar também a presença de universidades e instituições de pesquisa no território do PNC, como o Instituto Federal de Santa Catarina do Campus de Canoinhas (IFSC) a Universidade do Contestado (UnC) e também a participação de pesquisadores da UFSC com pesquisas relacionadas a temática da IG. A UnC é precursora no desenvolvimento de pesquisas que atuam com base nas realidades específicas do território, promovendo estratégias para valorizar o conhecimento popular e fazer o elo com o conhecimento científico. Desta forma, essas instituições têm como intuito gerar conhecimento e atuar como vetores de desenvolvimento do território a partir de pesquisas relevantes sobre os aspectos relacionados à IG.

Em relação ao abastecimento das indústrias ervateiras, o processo ocorre de maneiras distintas, tanto no âmbito de colheita quanto no transporte da matéria-prima. A primeira forma é a realização da colheita e do transporte da matéria-prima pelo agricultor até o pátio das indústrias ervateiras. Outra maneira distinta de colheita e transporte até a indústria, se dá - quando o agricultor realiza o processo de colheita, mas não efetua o transporte da matéria-prima, sendo essa etapa realizada pelas indústrias ou pela contratação de terceiros para a realização do transporte. Outra forma de colheita é a realização desse procedimento pela própria indústria por meio de sua equipe, com diferenças no preço final pago pela matéria-prima ao agricultor. Estes processos também podem ocorrer por o intermédio de outro protagonista da cadeia produtiva, os cancheadores<sup>19</sup>, que são responsáveis pelos primeiros processos de corte e secagem, a etapa de sapeco, seguida da fragmentação das folhas e ramos da erva em pedaços.

Também participam da cadeia produtiva da erva-mate os cortadores de erva, chamados de tarefeiros, responsáveis pelo corte e coleta da erva em áreas cultivadas ou florestas nativas. De acordo com as entrevistas realizadas, um cortador pode colher 500 quilos de erva em um dia. Assim, uma empresa de porte médio, processando 200 toneladas de erva-mate, necessita do trabalho de 60 cortadores por dia. Trata-se de uma categoria social que esteve associada à Guerra do Contestado, representada em sua maioria por agricultores e

---

particularidades e suas funções determinantes para toda a cadeia produtiva da erva-mate será abordado nas seções seguintes.

<sup>19</sup>Sobre a figura dos cancheadores são necessários estudos específicos sobre a importância ou não na atualidade desse ator social na região.

trabalhadores assalariados, de origem cabocla, empobrecidos e frágeis do ponto de vista organizacional, sendo o elo fraco da pujante cadeia produtiva (RENK, 1997).

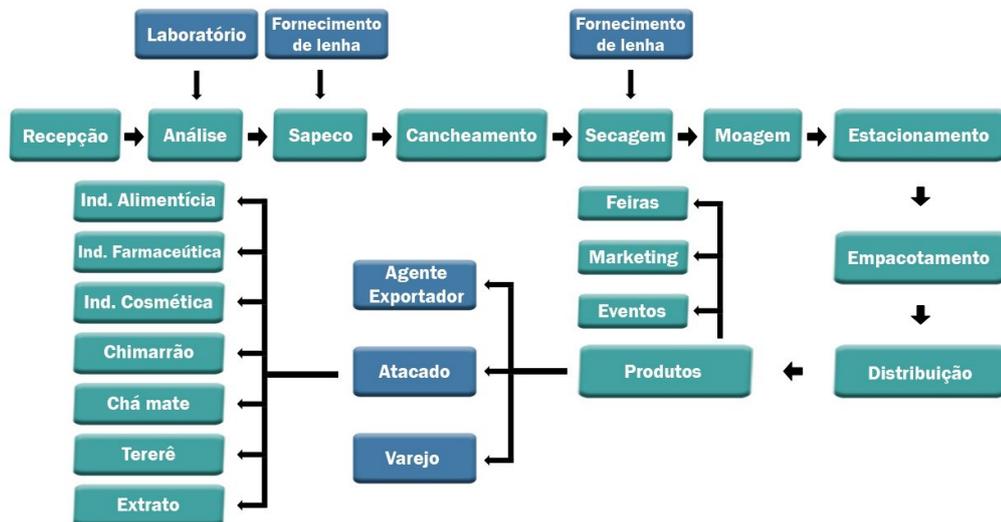
Nas entrevistas realizadas a campo, alguns representantes de ervateiras do PNC relataram que possuem terras próprias de cultivo para atender a demanda e as especificidades dos países compradores de erva-mate, mas não foi possível levantar dados precisos sobre a importância econômica dos ervais próprios das ervateiras.

Outro fator essencial para a cadeia produtiva da erva-mate é o transporte realizado da área produtora até a ervateira. Assim como outros setores produtivos, há problemas estruturais que prejudicam a eficiência do setor, como as precárias vias de acesso à indústria. Outro fator relevante nesta fase é a perecibilidade da erva-mate, muitas vezes, não considerada um produto alimentício, mas que necessita de um controle da temperatura e umidade. O tipo do produto e suas particularidades influenciam nas condições de armazenamento, portanto, para aumentar a eficiência desse processo é necessário planejar essas questões levantadas.

Conforme esquematizado na Figura 4, diversos atores indiretos são responsáveis pelo fornecimento, por exemplo, de embalagens para a produção de mudas de erva, serrotes e tesouras, equipamentos e materiais diversos para a colheita, lenha para os processos de beneficiamento do produto final e também de embalagens do pacote final do produto.

A etapa inicial do processamento dentro da indústria ocorre com a recepção das folhas de erva-mate no pátio das indústrias ervateiras. As indústrias recebem as folhas para dar sequência aos processos de beneficiamento ou recebem o produto na forma cancheada pelos cancheadores. Quando a matéria-prima chega sem ter sido cancheada o beneficiamento pela indústria é composta pelos processos de sapeco, secagem, cancheamento, moagem, empacotamento e distribuição para o mercado interno e externo. A elaboração de alguns subprodutos integra essa fase do processo de beneficiamento industrial destinado às demandas dos mercados compradores, visto que a erva-mate é utilizada para a produção alimentícia, de cosméticos, fármacos, medicinais, entre outros, conforme exposto na Figura 5.

**Figura 5** – Etapas do beneficiamento da erva-mate até sua destinação final.



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

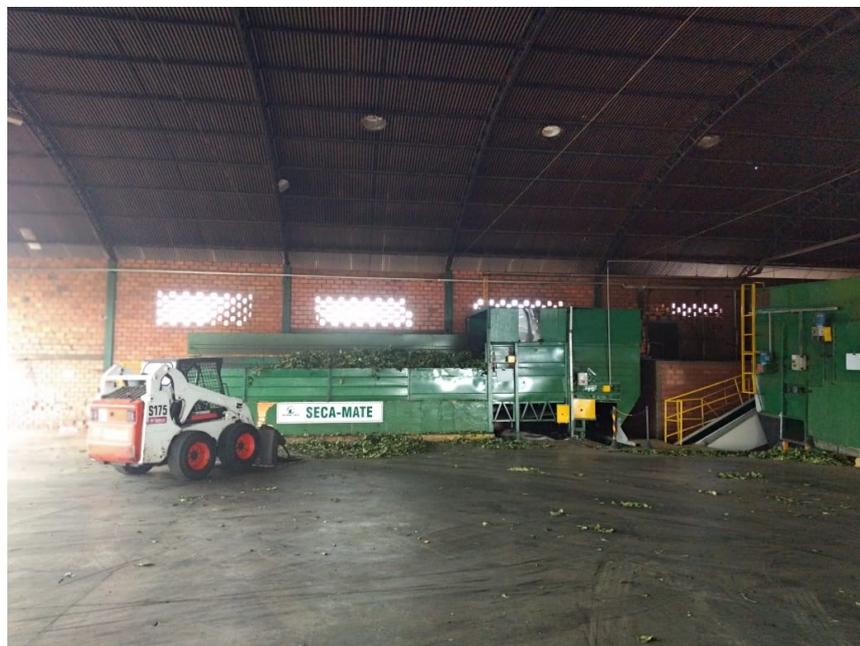
Desta forma, a etapa inicial do beneficiamento ocorre pela recepção da matéria-prima na balança da ervateira e posteriormente com a sua descarga no pátio, com a utilização de uma esteira para a transportar a erva-mate até o sapecador. Nesse instante é realizada uma análise da matéria-prima disponibilizada pelo fornecedor em um laboratório, quanto à sua espécie, nativa ou de origem Argentina, padronização do diâmetro dos ramos, materiais estranhos e partes de outros vegetais.

Na sequência é realizado o processo de sapeco, considerado um dos mais importantes do beneficiamento. Esta etapa tem como finalidade iniciar a desidratação da folha que geralmente chega ao sapecador com cerca de 65 a 70% de umidade. Assim, com o choque do contato com a labareda e calor interno produzido acabam reduzindo em torno de 20 a 30% de umidade da matéria-prima. Esse processo requer uma maior cautela, pelo motivo do contato direto das folhas com a labareda do fogo, para que não ocorra a queima das folhas e também para que a folha não fique mal sapecada, com teores ainda elevados de umidade, podendo dificultar a realização das etapas seguintes.

O processo de sapeco é composto por um sistema com um túnel rotativo, no qual a folha gira sobre o sapecador passando pelo seu interior. As folhas e parte dos ramos que

sofreram o processo de sapeco são conduzidos a uma esteira que transporta esses materiais vegetais para a etapa de cancheamento. Vale ressaltar que, após esta etapa, o produto é comercializado para alguns compradores de outras empresas que utilizam esta matéria-prima minimamente processada para dar continuidade ao processamento. Por exemplo, para empacotar com suas próprias marcas ou utilizar a matéria-prima para desenvolver novos produtos. Na sequência, a Figura 6 evidencia a chegada da erva-mate no pátio da ervateira e o processo de sapeco.

**Figura 6** - Primeiros processos de beneficiamento da erva-mate na indústria



Fonte: Autor (2019).

A etapa de cancheamento tem como finalidade segregar as folhas e os ramos da erva-mate após o processo de sapeco, com intuito de transformar em fragmentos menores para facilitar o processo seguinte de secagem. O sistema de cancheamento é realizado por equipamentos dotados de um conjunto de facas rotativas de alta velocidade com o objetivo de fragmentar os ramos e as folhas de forma a obter pedaços uniformes e de acordo com as exigências dos compradores. Entretanto, para a eficiência desse processo é necessário que as facas estejam devidamente afiadas e a erva esteja sapecada corretamente, ou seja, com os teores de umidade adequada.

Esta etapa do processo de industrialização pode ser realizada pelas indústrias

ervateiras ou pelos cancheadores, os quais, vendem para as indústrias que não realizam essas etapas iniciais ou exportam a erva-mate cancheada sem os processos finais. As indústrias ervateiras do RS e do Uruguai são as maiores compradoras de erva-mate cancheada do PNC, que utilizam a matéria-prima para realizar seus blends<sup>20</sup>, empacotados com suas próprias marcas ou comercializados para o mercado externo na forma de erva cancheada (PRADO et al., 2019). Nas entrevistas realizadas, alguns representantes de ervateiras relataram que parte da erva-mate comercializada para indústrias ervateiras do estado do RS, Uruguai e Argentina tem como propósito reduzir o amargor da erva-mate cultivada nessas regiões, incluindo em suas marcas a erva-mate cultivada no PNC.

Após a etapa de cancheamento ocorre a etapa de secagem, que tem por objetivo desidratar a erva-mate, reduzindo sua umidade para teores em torno de 8 a 10%. O sistema de secagem é composto por um túnel rotativo aquecido através da utilização de lenha, geralmente de origem de eucalipto. A diferença entre os materiais utilizados no sapeco e na secagem variam de acordo com o tamanho dos troncos. Enquanto no processo de sapeco são utilizados troncos mais finos, que produzem mais labareda, no processo de secagem são aproveitados os troncos mais grossos, que produzem mais calor para a redução da umidade e menos labareda. Ao passar pelo processo de secagem a erva-mate é ensacada e armazenada em local devidamente protegido com baixa luminosidade e umidade, antecedendo o processo de moagem. Assim como nos processos de sapeco e cancheamento, indústrias também buscam adquirir a matéria-prima após a secagem para comporem seus produtos finais (MELO, 2010).

O processo seguinte da secagem é o processo de moagem, que tem a finalidade de moer de forma completa e uniforme a erva-mate. Nessa etapa ocorre uma variação na granulometria da matéria-prima, de acordo com as exigências das indústrias e das marcas. A erva-mate moída é transferida através de elevadores automáticos para o misturador responsável por homogeneizar através da separação da erva e os palitos (originados do ramo ou galho da planta da erva-mate) com peneiras para padronizarem a granulometria e o percentual de palito adicionado ao produto final. Este percentual de palito presente na erva-

---

<sup>20</sup> Para Jain e Khurdiya (2004) blends são misturas e formulações realizadas para a obtenção de melhorar características nutricionais de determinado produto, para obtenção de um produto final diferenciado. Atualmente no mercado da erva-mate encontra-se blends com a adição de frutas vermelhas,, guaraná, chá verde, abacaxi, menta e até açaí.

mate varia de acordo com as exigências dos compradores da erva.

Segundo Melo (2010), as ervas beneficiadas destinadas à exportação, geralmente, não são adicionadas teores de palito, usando apenas a folha, enquanto a erva voltada para o mercado brasileiro é adicionada em torno de 20 a 30% de palito. Outra característica que difere as ervas destinadas ao mercado interno e externo é a questão da coloração. Na erva-mate beneficiada para exportação é fundamental permanecer armazenada entre oito a dez meses para obter a coloração mais amarelada, para então ser comercializada de acordo as características exigidas pelos consumidores. Já a erva-mate destinada ao mercado nacional não passa por esta fase de estacionamento, devido ao fato dos consumidores internos exigirem uma erva com uma coloração de verde mais intenso.

Logo após o processo de moagem ocorre o empacotamento. Esta etapa é realizada por meio de uma empacotadora automática juntamente com a função de selar os pacotes de erva e adicionar a embalagem a marca do produto final, e representa a última fase no beneficiamento da erva-mate dentro da indústria, antes do carregamento e distribuição para os consumidores do produto final. Durante as entrevistas alguns ervateiros relataram que executam este processo de empacotamento no estado do RS. Mesmo fragmentando o processo produtivo, segundo eles, torna-se mais vantajoso, devido a diferença da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os estados de SC e RS.

Conforme a Figura 5, a erva-mate pode ser distribuída de diversas formas para o fornecimento dos consumidores finais. Uma delas ocorre por meio do varejo, abastecendo exclusivamente o mercado interno. Outra forma é através de atacado distribuindo a erva-mate para pessoas jurídicas, ou seja, empresas que estão diretamente ligadas à venda desse produto. Outro caminho a ser percorrido é por meio do agente exportador que é um intermediário entre as indústrias e o mercado externo. Entretanto, com a globalização e a proximidade das indústrias dos compradores do mercado externo, a figura do agente externo tende a ser substituída pela própria indústria, a fim de reduzir estes atores intermediários e aumentar a rentabilidade do produto final.

Em relação ao destino do produto final ao mercado externo, Vasconcelos (2012) relata que a exportação da erva-mate cancheada é principalmente destinada aos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), especialmente para o Uruguai. Em contrapartida, a maioria da erva-mate beneficiada é destinada para o Chile, Alemanha e EUA. Apesar do número significativo da busca da erva-mate cancheada e beneficiada para o mercado externo, há uma

busca por diferentes países pela erva-mate solúvel ou em extrato, em essência e concentrado. Assim, a erva-mate do PNC devido às suas características singulares possuem inúmeros compradores no mercado externo para diferentes finalidades e diferentes especificações, como os países do Mercosul, EUA, Alemanha, Canadá, países do Oriente Médio pela tradição de ingerir o chá, entre outros. A Figura 7 ilustra as diferenças das especificações de dois países compradores de erva-mate do PNC -Chile e Uruguai- caracterizadas pela ausência da porcentagem de palito presente no produto final. Para o Chile a moagem da folha é de 2 milímetros com a porcentagem de no máximo de 5%, enquanto para o Uruguai a concentração de pó é de 30%.

**Figura 7** – Diferenças das especificações entre os compradores de erva-mate



Fonte: Autor (2019).

Mesmo com esse grande potencial comercial e de usos da erva-mate, a maior parte da produção de folhas desidratadas é destinada à preparação do chimarrão, consumido principalmente na Argentina, Uruguai, Paraguai e estados do sul do Brasil. Segundo os dados do ano de 2007, o consumo de erva-mate per capita no Brasil era de aproximadamente 1,2 quilos por ano, considerado um número baixo quando comparado às demandas da Argentina e

do Uruguai, onde os habitantes consomem entre 5 e 7 quilos de erva-mate. Em relação ao consumo de erva-mate para chimarrão o Rio Grande do Sul é responsável por aproximadamente 65%, Paraná por 17%, Santa Catarina por 12%, Mato Grosso do Sul 3% e outros estados por 3% (ABITANTE, 2007).

Sobre a divulgação e promoção de produtos da erva-mate do território do PNC, o Sindimate, juntamente com a Aspromate, tem participado de feiras e eventos, nacionais e internacionais com intuito de promover a erva-mate, elencando as características singulares, atrelado a toda a sua história, cultura e o modo de fazer, vinculando ao território.

Representantes de ervateiras relataram que alguns países da Europa, como Noruega e Dinamarca não importam a erva-mate orgânica (sem uso de produtos de síntese) produzida através do monocultivo, devido ao desequilíbrio ecológico e a perda da diversidade. Além disso, alguns países da Europa não importam erva-mate cuja propriedade tenha cultivo de espécies transgênicas. Outra especificidade dos compradores de erva-mate está associada à Síria e outros países de religião muçulmana, que exigem a certificação Halal. Trata-se de uma certificação de produtos permitidos ou legais de acordo com os preceitos do Islã. Traduzindo para o cultivo da erva-mate, essa certificação consiste em assegurar a ausência da utilização de esterco de porco, livre do cultivo de porcos na propriedade ou até mesmo o transporte da erva-mate para a indústrias por caminhões que transportam suínos (DA SILVA; ARTUZO; CANOZI, 2019).

A erva-mate do PNC enquanto produto pode ter diferentes destinos e finalidades no mercado interno e externo, seja como matéria-prima para a indústria alimentícia, farmacêutica e cosmética, quanto para o fornecimento de erva para chimarrão, chás, tererê e extratos. A versatilidade e pluralidade dos produtos desenvolvidos a partir da erva e seus diferentes procedimentos técnicos revelam o quão complexo e desafiador são os mercados e os desafios correlacionados à erva-mate.

### **3.4 PROCESSO CONSTITUTIVO DA IG DA ERVA-MATE NO PNC**

Já na primeira metade da década de 1980, alguns estudos apontavam a notoriedade da erva-mate do PNC, atrelada à história, tradição e cultura local, cujas características singulares eram distintas de outros territórios. Segundo Vogt, Neppel e Souza (2016), trabalhos técnicos pioneiros de profissionais da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), antecessora da atual Epagri, sugeriram a pertinência tanto de IG

quanto da produção orgânica para os produtos da erva-mate.

A trajetória do projeto da IG da erva-mate é fortemente marcada pela atuação da Epagri. A atuação e acompanhamento dessa empresa pública ao projeto da IG da erva-mate permitiu um maior entrosamento e proximidade com os atores envolvidos, uma melhor compreensão das relações de cooperação e disputas que ocorrem no processo de busca da diferenciação ou promoção de produtos ou serviços associados às especificidades do território (PRADO et al., 2019).

Na proposta inicial, o projeto de IG abrangia uma zona pertencente aos estados do Paraná e de Santa Catarina, devido às semelhanças das características ambientais, históricas e culturais. Durante o andamento dessa ação conjunta, no entanto, ocorreram conflitos em relação a investimentos de recursos públicos destinados ao projeto. As agências catalisadoras do processo de IG em cada estado, de um lado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do PR e, do outro, a Epagri e o MAPA, não conseguiram estabelecer um consenso para constituir uma única IG da erva-mate. Do lado paranaense, o processo seguiu mais rápido e o INPI reconheceu, em 2017, a IP da “Erva-mate de São Matheus”, abrangendo seis municípios paranaenses (PRADO et al., 2019).

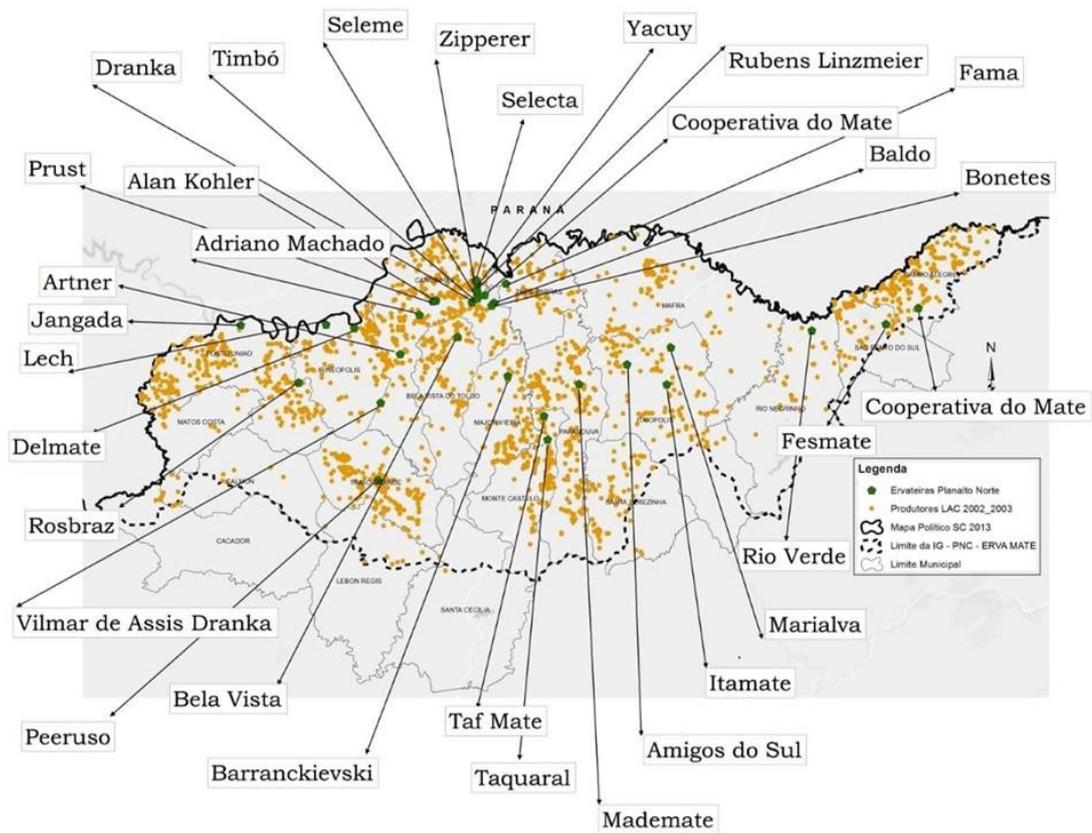
A partir de então iniciou-se do lado catarinense a mobilização dos atores da cadeia produtiva da erva-mate e atividades de pesquisa com o intuito de delimitar e caracterizar o território, estabelecer normas para as diferentes etapas do processo produtivo, além da construção da regulamentação da futura IG da Erva-mate (VOGT; NEPPEL; SOUZA, 2016). Dessa forma, foram realizadas pesquisas sobre solo, clima, relevo, produtores, planta, levantamento histórico e paisagístico do PNC.

Em 2003 foi criada a Aspromate com a finalidade de integrar os produtores de erva-mate, ervateiros, associações, empresas, cultivadores e preparadores de sementes e mudas e outras entidades vinculadas, em prol da promoção da atividade ervateira. A Aspromate foi a organização proponente da IG “Erva-Mate do PNC” e tem a função de atender aos anseios dos distintos atores da cadeia produtiva. Essa associação será responsável pela gestão da IG após a concessão pelo INPI.

Em que pese o protagonismo recente da Aspromate, o Sindimate foi criado em 1936 e ainda atua como articulador dos interesses do setor, promovendo ações com vistas ao

desenvolvimento socioeconômico das empresas catarinenses de erva-mate. Na região de estudo tem-se a participação de 32 empresas ervateiras nesse sindicato (Figura 8), que atua fortemente na promoção e divulgação da erva-mate catarinense, com destaque para a discussão de políticas públicas e legislações pertinentes.

**Figura 8 – Ervateiras presentes no PNC**



Fonte: DORTZBACH *et al.* (2018).

Outro ator associativo importante engajado na construção da IG da erva-mate é a Cooperativa de Produtores de Mate de Campo Alegre<sup>21</sup>, fundada em 1938, devido à distância e à falta de acesso aos grandes centros de comércio, como Joinville e Curitiba. Inicialmente, todos os processos produtivos (colheita, transporte e beneficiamento) da cooperativa eram realizados de forma artesanal, através da tração animal. Com o passar dos anos, a Cooperativa de Campo Alegre foi aprimorando suas atividades de modo a reestruturar os

<sup>21</sup> Informações sobre a Cooperativa de Produtores de Mate de Campo Alegre foram retiradas de uma matéria disponibilizada no site do município de Campo Alegre. Disponível em: <<https://www.campoalegre.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/18541/codNoticia/433783>> Acesso em 05 de abril de 2020.

processos de produção para mecanismos automáticos e de alta produção. A Cooperativa tem como principal objetivo, desde a sua existência, o comprometimento com os agricultores produtores de erva-mate na valorização da erva da região. Hoje, essa cooperativa conta com mais de 230 sócios e exporta de mais de 300 toneladas por ano de mate produzido para o Uruguai. Em 2016, segundo o gerente administrativo da Cooperativa, foram entregues e processados na fábrica da instituição mais de 4 milhões de quilos de erva-mate, destinados aos mercados consumidores do sul do Brasil. É importante salientar que a Cooperativa, ao longo dos seus 82 anos de existência, esteve representada na maioria das reuniões no processo constitutivo da IG da erva-mate do PNC.

Somente em 2011, a Epagri teve formalmente aprovado um projeto intitulado “Ações de apoio à estruturação da Indicação Geográfica Planalto Norte Catarinense para produtos da Erva-mate” com o propósito de promover a IG da erva-mate do PNC. Esse projeto contou com o apoio financeiro do MAPA cuja execução iniciou em 2013. Vogt, Neppel e Souza (2016) destacam as ações executadas por meio desse projeto:

Sensibilizar os atores da cadeia produtiva, quais sejam, os agentes de desenvolvimento, lideranças, agricultores ervateiros e sociedade em geral, visando o fomento do projeto em todos os municípios da região; Capacitar técnicos, agentes de desenvolvimento, industriais e agricultores ervateiros para os trabalhos da IG através da realização de viagens de intercâmbio à IG consolidadas e tradicionais; Iniciar a discussão dos estatutos e regulamentos da IG por meio de reuniões entre o grupo técnico; Realizar estudos sobre informações históricas e provas de reputação/notoriedade para a IG; Levantar e propor delimitação para a IG; Pesquisar, estudar e difundir práticas de manejo utilizadas pelos agricultores para apoio à IG auxiliando e subsidiando a formatação preliminar de caderno de protocolos e regulamentos de uso da IG; Realizar Seminário Estadual para promoção do projeto da IG (VOGT; NEPPEL; SOUZA, 2016, p. 82-83).

Após cerca de seis anos de trabalho foi submetido e protocolizado junto ao INPI, no dia 26 de abril de 2019, o dossiê técnico-científico com o intuito de obter a IG “Erva-Mate do PNC” na categoria DO (INPI, 2019). Em janeiro de 2020, foi publicada pelo INPI uma exigência preliminar para o requerente do pedido, no caso a Aspromate, para a adequação às normas estipuladas no art. 11 da IN n.º 95/2018. Este artigo dispõe sobre a verificação da presença dos documentos exigidos no art. 7 da mesma normativa, além de especificar a quem poderão ser formuladas exigências para a regularização do pedido, as quais deverão ser respondidas em um prazo de 60 dias após a sua publicação, sob pena de arquivamento do registro (INPI, 2020).

Assim, o INPI a partir da normativa estipulou algumas exigências para a readequação do pedido de concessão da IG. A primeira exigência solicitada foi em relação à apresentação do Caderno de Especificações Técnicas com todos os itens estabelecidos no inciso II do art. 7º da IN95/2018. Em resposta à primeira exigência do órgão foi apresentado o documento do Caderno de Especificações Técnicas para DO “Erva-Mate Planalto Norte Catarinense” de 420 páginas. O INPI, por sua vez ressaltou que o documento apresentado extrapolava as exigências requeridas pela normativa, abrangendo outros aspectos, como elementos que comprovam a influência do meio geográfico nas qualidades e características dos produtos e o instrumento oficial que delimita a área geográfica (INPI, 2020).

A segunda solicitação à Aspromate consistiu em apresentar a ata registrada da aprovação do Caderno de Especificações Técnicas, devidamente acompanhada da lista de presença. Assim, conforme o requerido, o documento apresentado foi a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o caderno, documento composto pela lista de presença e suas assinaturas (INPI, 2020). A terceira e a quarta solicitação do INPI foram a apresentação das atas de aprovação do Estatuto Social da Aspromate e de posse da atual Diretoria da referida associação, ambas acompanhadas da lista de presença. Esses dois documentos, a exemplo do anterior, foram encaminhados pelos dirigentes da Aspromate ao INPI (INPI, 2020).

A quinta exigência solicitou a indicação, de forma clara e objetiva, de qual o produto da IG a ser protegido pelo requerente. O documento apresentado ao INPI pela Aspromate continha os produtos protegidos pela DO “erva-mate cancheada”, “erva-mate para chimarrão”, “erva-mate para tererê”, “composto de erva-mate” e “chá mate verde”. Por mais que o documento tornava compreensível que o produto era a erva-mate, o INPI considerou esta exigência como não cumprida, por necessitar de mais esclarecimentos acerca de qual nomenclatura deveria ser utilizada para se referir ao produto protegido pela DO em questão. O órgão entendeu ser fundamental que a referência ao produto fosse mais precisa, acarretando em uma imprecisão do correto gozo dos direitos advindos do registro por meio de seus requerentes (INPI, 2020). Assim, segue o parecer do INPI quanto a quinta exigência:

“(…) tendo em vista que o referido documento anexado determina que os produtos a serem protegidos pela Denominação de Origem requerida são “erva-mate cancheada”, “erva-mate para chimarrão”, “erva-mate para tererê”, “composto de erva-mate”, “chá mate verde” e “chá mate tostado”, entende-se serem necessários mais esclarecimentos acerca de qual nomenclatura deve ser utilizada para referir-se ao produto protegido pela IG em questão.

A última exigência solicitada foi em relação a área geográfica delimitada pela DO. Em resposta foi apresentado um documento com as coordenadas de latitude e longitude, os municípios que abrangem a área e o mapa de delimitação, tendo sido considerada pelo Instituto uma exigência cumprida pela Aspromate (INPI, 2020). Contudo, devido ao não cumprimento da quinta exigência e decorrido o prazo de 60 dias estipulados na normativa, no dia 30 de junho de 2020 na Revista de PI do INPI, no volume 2582, foi publicado na sessão de IGs o arquivamento do pedido de registro por falta de cumprimento de algumas exigências estipuladas pelo órgão segundo a normativa n. ° 95/2018 (INPI, 2020).

Desta forma, com o propósito de reverter a situação do arquivamento do processo do pedido de concessão da IG foi necessário um novo pagamento da taxa para o Guia de Recolhimento da União que foi depositado no final do mês de agosto, juntamente com as exigências não atendidas anteriormente. A partir de então, espera-se por um posicionamento do INPI para dar sequência ao processo para a obtenção da DO (INPI, 2020).

### **3.5 PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IG**

Uma das contribuições da pesquisa empírica se dá pela possibilidade de ir a campo e se aproximar da realidade a partir do contato direto com atores envolvidos em todo o processo. Deste modo, a pesquisa de campo permitiu a observação de diferentes percepções dos atores envolvidos em todo esse processo de mobilização e construção de uma IG no território do PNC. Nesse contexto, um viveirista do PNC, participante do processo de construção da IG, destacou alguns pontos importantes a serem analisados na pesquisa, apontando que com a construção da IG as ervateiras têm buscado mudas com maior qualidade genética. Segundo ele, neste quesito falta mão de obra qualificada para produzir essas mudas de erva-mate, além de dificuldades em acessar políticas públicas de financiamento para a produção de mudas:

Está complicado mão de obra qualificada e se você não fizer bem feito, melhor não fazer, [porque] o custo é muito alto e o retorno é baixo [...]. Eles [ervateiros] não viam esse fator da qualidade, agora com a IG que eles estão querendo mudas com mais qualidades genéticas [...] Se eu tivesse 1 milhão de mudas, eu vendia tudo, entra o negócio do terreno da prefeitura, deram 10 alqueires para uma empresa e não me deram 2 alqueires para fazer um viveiro aqui perto, entra a questão da política

[...]. Eu não quero uma área pública de graça, falei que a medida que vamos produzir 100 mil mudas, podemos destinar 5% para o pequeno produtor que não consegue pagar a muda, como programa da prefeitura, estaria pagando o aluguel para vocês [prefeitura] do terreno, tipo um aluguel em cima disso (Viveirista do PNC, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Em relação a esta questão da qualidade de genética da planta, outro ator entrevistado, ligado ao setor público, afirma que:

Ainda falta conhecimento técnico sobre a cultura da erva-mate, sobre a genética e falta capacitação para interpretar esses dados (Ator Público, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Outro ator entrevistado também ressalta a falta de estudos sobre a cultura da erva-mate e afirma que tem muito a avançar em pesquisas:

Estamos muito longe de ter uma planta como já temos o trigo, a soja e o milho, que sabemos tudo sobre ela, nem estou falando de melhoramento ou transgenia, não temos nada que possa ser usado na erva, se deu uma praga, não sabemos como resolver, se der seca não sabemos (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

O processo de construção da IG no PNC foi iniciado pela Epagri, a partir da percepção empírica da notoriedade da erva-mate do território, seguida de estudos comprobatórios. Essa empresa pública estadual fomentou, através de políticas de gestão territorial, o engajamento de distintos atores da cadeia produtiva da erva-mate, demonstrando os benefícios da obtenção da IG para o DTS. A participação dos atores privados não se deu de imediato, mas somente depois que o potencial econômico da futura IG ficou evidenciado, sobretudo no que se refere às demandas de mercados externos, cada vez mais exigentes em relação à qualidade ao longo de todo o processo produtivo. Assim, os atores privados, representados principalmente pelo Sindimate, passaram a auxiliar na montagem do dossiê encaminhado ao INPI (PRADO et al., 2019).

Cabe destacar que a participação dos distintos atores implicados com a produção de erva-mate se deu de diferentes formas e intensidades. Os industriais se apropriaram do processo de IG a partir da visualização dos potenciais econômicos, enquanto os outros atores não tiveram o mesmo nível de inserção. Apesar dessas diferenças, o envolvimento de atores de diferentes segmentos da cadeia produtiva propiciou uma construção coletiva, até então, inexistente. A aproximação desses atores, mesmo que incipiente, gerou um espaço inédito de discussão e resolução de situações problemas (PRADO et al., 2019).

Corroborando com essa percepção, Froehlich (2012) afirma que na trajetória de construção de uma IG ocorrem inúmeras situações de conflitos e disputas, que se entrelaçam com elos de confiança e cooperação. Desses embates, novos arranjos organizacionais e institucionais ganham forma, os quais propiciam a articulação de questões socioeconômicas e socioambientais no território.

A área da IG proposta abrange vinte municípios e apresenta a maior concentração de ervateiras no estado de Santa Catarina, ao total de 32, em sua maioria, empresas de médio e grande porte. Porém, o processo de construção e, possivelmente, de gestão, se concentra no município de Canoinhas devido à proximidade do escritório regional da Epagri, a sede do Sindimate e a concentração de várias ervateiras no município. A distância entre os municípios representa um desafio de gestão a ser enfrentado no futuro (PRADO et al., 2019). Corroborando a esta questão, um ator privado e associativo expõe sua visão:

Eu ainda acho que ainda está muito grande [...]. Para eu conversar com essas pessoas de outras cidades é muito complicado [...] acho que a amplitude do território é uma das dificuldades futuras da IG. Canoinhas tem 16 ervateiras, o sindicato está aqui, a Epagri está aqui, as exportadoras estão aqui, já em Mafra não tem nenhuma ervateira, e em outras regiões são pequenas, as grandes estão aqui [...]. Mafra não se vê como produtores de erva-mate (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

As principais expectativas em relação à IG da erva-mate apontadas durante as entrevistas pelos entrevistados se referem a melhorias nos seguintes aspectos do processo produtivo: i) mão-de-obra para colheita, com os direitos assegurados e condições de segurança, alimentação e saúde, além do bem-estar dos empregados, atividade historicamente considerada análoga à escravidão<sup>22</sup>; ii) condições ambientais com a restrição ao uso de fertilizantes químicos sintéticos e agrotóxicos; iii) condições sanitárias no manuseio do produto, desde a colheita até sua entrega nas indústrias, que, até então, tem sido manejado como produto madeireiro e não alimentício (PRADO et al, 2019). Nesse sentido, mm ator da cadeia produtiva pertencente às categorias de atores privado e associativo, ressalta as melhorias da IG em relação as condições de alimentação, segurança e saúde dos trabalhadores da erva-mate no campo:

Eu preciso de alguém que vai levar essa marmita para o mato, porque é inverno, preciso ter um cuidado com o trabalho escravo, [preciso instalar] banheiro químico,

---

<sup>22</sup> Essa situação está associada às péssimas condições de trabalho dos cortadores de erva-mate, que não raro são submetidos a cargas horárias excessivas, sem condições adequadas de segurança, alimentação e saúde.

casa para o pessoal para ficar lá ou trazer ele de volta, quando eles chegam dentro da empresa eu tenho outros cuidados de novo (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Os entrevistados admitem que além da agregação de valor, um ponto levantado com frequência pelos estudos realizados diz respeito a melhorias nas condições ambientais com a implementação da IG no PNC:

Nossa erva-mate não usa agrotóxicos, não é monocultura, é cultivado embaixo de uma floresta, mantém fauna e flora (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Outro aspecto importante levantado nas entrevistas foi a importância da atividade ervateira para o território do PNC, a relevância da manutenção da agricultura familiar nessa atividade e como a renda gerada beneficia a população do território. Este mesmo entrevistado ressalta que a atividade ervateira no município é subvalorizada devido à questão das notas fiscais emitidas pela prefeitura:

A mesma mão de obra familiar do milho, tabaco, soja, e qualquer outra cultura de verão, mesmo de fruticultura, que na nossa região tem pera e maçã, essa mão de obra trabalha na erva mate, na mão de obra no inverno, onde mais roda dinheiro na cidade é a cultura da erva-mate, passa em muitas mãos, diferente de uma cultura de soja e milho, que é um grande fazendeiro com uma grande colhedeira, então ele tem 1 ou 2 peões e exporta [...]. Às vezes, nem o prefeito sabe que envolve mais de 4 mil empregos [...]. Eu acho que a atividade é subvalorizada, mas é que na exportação você não paga ICMS, então não aparece em nota na prefeitura, então a arrecadação é menor em relação ao produto exportado, isso é um problema muito grande, como ele [produtor] tem agricultura familiar, ele não quer tirar nota fiscal da erva-mate, porque então passa do volume para ele ter acesso ao PRONAF, então acaba passando invisível (Ator Privado e Associativo, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Além desses aspectos foram apontadas as questões da confiança do consumidor em relação ao produto final, agregação de valor, direcionamento para nichos específicos de mercado, bem como a melhoria dos preços para os agricultores, os quais não têm a erva-mate como principal atividade econômica e a consideram como uma espécie de “poupança”, ou fonte de renda extra. Ou seja, há a expectativa de que os benefícios da IG no PNC sejam, de fato, distribuídos no território e atinjam todos os segmentos sociais da cadeia produtiva (PRADO et al., 2019).

No período transcorrido entre 1984, ano das primeiras referências sobre a necessidade de diferenciar nos mercados a qualidade da erva-mate produzida no PNC, e 2019, ano de submissão do pedido de IG da erva-mate junto ao INPI, diversos atores se engajaram no processo de criação da IG. Nesses mais de 30 anos, as ações sobre esse tema não foram

conduzidas com regularidade. Ao contrário, houve momentos de maior atividade e discussão e outros de estagnação, a ponto de gerar incredulidade, desmotivação e desarticulação dos atores e organizações implicados com o tema. Esse fato foi amplamente mencionado nas entrevistas como sendo um ponto negativo. Alguns atores privados associaram esse longo período ao fato da Epagri ser o agente catalisador do processo, dependendo de investimentos públicos para dar continuidade às ações. Ou seja, sobressai a percepção de que a tarefa de mobilizar os demais atores que integram a cadeia produtiva da erva-mate é função dos atores públicos.

Para alguns entrevistados, os produtores ainda têm uma participação incipiente no desenvolvimento da IG no PNC, baixa presença nas reuniões técnicas para a construção da DO e ainda não se apropriaram deste instrumento. Podemos exemplificar isto por meio da fala de um dos entrevistados:

O agricultor ainda não se vê como responsável por isso, não tem vindo muito as reuniões, já que eles não vieram, vamos obrigar eles futuramente [...] só vou comprar se tiver dentro das normas (Ator privado, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Outro entrevistado também acredita que faltou envolver alguns atores da cadeia produtiva no processo de construção da IG no PNC:

Faltou envolver os produtores e os viveiristas, não apareceu ninguém, foi trabalhado em cima da Epagri e das ervateiras, depois veio os professores da Universidade do Contestado (Ator privado, Canoinhas/ SC, abr./ 2019).

Os fatores mencionados nos parágrafos acima apontam para um contexto desfavorável e que pode se relacionar com o não cumprimento das exigências estabelecidas pela normativa do INPI, devido a uma baixa mobilização e sentimento de pertencimento de alguns atores no processo pode afetar a consolidação e avanço da constituição da IG. Assim, aspectos que favoreçam a participação efetiva dos diferentes atores e que gerem uma construção mais horizontal e com menos tutela da Epagri pode favorecer para o avanço da constituição da IG, sendo um desafio para se colocar em prática e se mostrando como uma lacuna a ser pensada para trabalhos futuros. Outro aspecto relevante refere-se à ampliação da iniciativa de valorização de recursos territoriais não se limitando de forma exclusiva à erva-mate sombreada.

No processo de construção da IG do PNC, a participação dos atores sociais é imprescindível para a promoção e o desenvolvimento da região em sua totalidade. Assim, falta ainda uma participação efetiva e o protagonismo de alguns atores, como os ervateiros e os produtores de erva-mate, para que de fato, fortaleçam coletivamente, buscando uma interação e envolvimento com os outros atores da cadeia produtiva e da própria comunidade.

Com relação a questão de exclusão social provocada pela futura concessão da IG, a baixa participação e envolvimento dos produtores de erva-mate como protagonistas da Aspromate é uma questão relevante. É necessário o envolvimento dos associados nas ações e decisões coletivas da associação, e com o tempo, o engajamento nas oportunidades geradas a partir da obtenção da IG.

As instituições públicas e privadas têm assumido uma importante posição em relação as discussões em torno da temática no território e também na valorização dos atributos territoriais. Entretanto, podemos notar uma falta de sinergia entre esses atores, além de uma desconexão com alguns atores que se sentem desorientados e desatendidos por essas instituições.

Desta forma, o estudo aponta que os resultados obtidos a partir de uma futura concessão da IG podem trazer resultados apropriados, principalmente, pela indústria ervateira. Sobre esse tema pode-se questionar a respeito da efetiva preocupação social dos ervateiros para com a categoria socioprofissional cortadores de erva-mate, dada a prioridade de determinados industriais em atender exigências do mercado externo para a comercialização do que por uma estratégia de inclusão social por meio da IG.

Entretanto, as entrevistas realizadas a campo revelam que diversos diretores de empresas ervateiras entendem que as normas da IG extrapolam o viés econômico e compreendem os direitos trabalhistas, tema muito sensível ao longo do processo de desenvolvimento da atividade ervateira na região. Uma organização central nesse domínio é, o Sindimate que atua no território há mais 80 anos suas ações não se limitam a temas de interesse somente dos industriais, como envolvimento político para reivindicar melhorias para a população do PNC. Em relação a esse tema e dado ao caráter exploratório da nossa pesquisa de campo são necessários mais estudos referentes à governança territorial e às futuras ações associadas à IG da erva-mate no PNC, para, assim, analisar as consequências, motivações e benefícios para todos os atores sociais da cadeia produtiva.

### 3.6 ATRIBUTOS TERRITORIAIS POTENCIAIS DO PNC

Assim, partindo do caminho já trilhado localmente com o propósito de criar a IG da Erva-mate, especialmente dos avanços destacados anteriormente, é desejável que outros processos sejam alavancados, dinamizando ainda mais o território. Durante o trabalho de observação de campo no PNC e nas entrevistas com atores locais foi possível identificar outros recursos territoriais específicos, que podem ser ativados e articulados com a erva-mate em torno do conceito de uma CBST (PRADO et al., 2019). Esses recursos são apresentados no quadro abaixo, conforme os três eixos propostos por Hirczak et al. (2008).

**Quadro 1-** Recursos do PNC segundo os eixos da CBST

Bens e Serviços privados	Laços de proximidade e confiança	Bens públicos/ cenário
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agroturismo</li> <li>▪ Turismo de natureza (trilhas, ciclismo, cachoeira)</li> <li>▪ Turismo religioso</li> <li>▪ Turismo histórico</li> <li>▪ Observação de aves</li> <li>▪ Bens e serviços associados à cultura ucraniana e polonesa (festas, artesanato,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presença de feiras-livres</li> <li>▪ Articulação construída em torno da IG da erva-mate</li> <li>▪ Articulação para a IG do Mel de Melato</li> <li>▪ Conselho Gestor da Floresta Nacional de Três Barras e Comitê da Bacia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ História ligada à Guerra do Contestado com estações da ferrovia e museu do Contestado</li> <li>▪ Arquitetura dos imigrantes europeus (casarios e capelas)</li> <li>▪ Paisagem com floresta nativa e caívas<sup>24</sup></li> <li>▪ Cultura ucraniana e polonesa</li> <li>▪ Cultura cabocla</li> <li>▪ Floresta Nacional de Três Barras (manutenção da paisagem e patrimônio</li> </ul>

<sup>24</sup> Caívas, na região do PNC, são áreas formadas por remanescentes do estrato florestal da Floresta Ombrófila Mista e, no estrato herbáceo, por pastagens nativas. São áreas de usos múltiplos, como a extração de erva-mate, de lenha para uso familiar e pastejo de animais.

<p>culinária), bem como à história da Guerra do Contestado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1ª cervejaria artesanal do Brasil</li> <li>▪ 1ª fábrica brasileira do Steinhäger</li> <li>▪ Tatarca (trigo mourisco ou sarraceno)<sup>23</sup></li> <li>▪ Produtos à base de erva-mate (além do chimarrão, como alimento funcional)</li> <li>▪ Locomotiva a vapor (passeio de maria-fumaça, de Rio Negrinho a São Bento do Sul)</li> <li>▪ Pinhão e frutas nativas</li> <li>▪ Indústria moveleira (São Bento do Sul é a</li> </ul>	<p>Hidrográfica do Iguaçu</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presença do IFSC e universidades regionais</li> <li>▪ Zona de “passagem” de turistas argentinos e uruguaios a caminho do litoral</li> <li>▪ Atores associativos (Aspromate, Sindimate, Cooperativa do mate, etc)</li> </ul>	<p>histórico)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corredor ecológico Timbó<sup>25</sup></li> <li>▪ Caminho dos Ambrósios<sup>26</sup></li> <li>▪ Antigos Barbaquás<sup>27</sup></li> <li>▪ Rio navegável</li> <li>▪ Festas típicas (Festa Estadual da Erva-Mate, em Canoinhas, Festa do Trator, em Irineópolis, Feira Agropecuária de Mafra, Festa Polonesa, em Major Vieira, Festa da Ovelha, em Campo Alegre, Festa do Boi Ralado, em Itaiópolis, Festa das Etnias, em Mafra, Festa Nacional do Steinhäger e Xixo, em Porto União, Schlachtfest - festa Germânica de São Bento.</li> </ul>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>23</sup> Tatarca, também conhecida como trigo mourisco ou trigo sarraceno, é uma planta rústica, com sementes pequenas, de formato triangular único. Foi introduzida na região de Itaiópolis pelos imigrantes eslavos, que trouxeram as sementes da Europa. Por muito tempo foi garantia de alimento para homens e animais e, até a década de 1980, ainda era muito comum cada família produzir a tatarca para a subsistência. No entanto, esse hábito está se perdendo e, a partir de 2010, a equipe da Epagri/Escritório Municipal de Itaiópolis iniciou um trabalho de resgate, incluindo a divulgação de receitas típicas (KÖENE; RICHTER, 2015).

<sup>25</sup> O Corredor Ecológico Timbó foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.956/2010. Localizado no Planalto Norte, protege importantes remanescentes de Floresta de Araucária e Campos de Altitude, possui 4.900 km<sup>2</sup> e abrange os seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Régis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Santa Cecília e Timbó Grande (<http://www.ima.sc.gov.br/index.php/ecosistemas/biodiversidade/corredores-ecologicos/672-corredor-ecologico-timbo>).

<sup>26</sup> No PNC está o caminho de Três Barras, um trecho do Caminho do Ambrósios, que também é conhecido como Caminho do Peabiru, o qual, segundo lendas locais, é um antigo caminho indígena utilizado por povos pré-colombianos e que, posteriormente, serviu de acesso aos espanhóis (GARROTE; DAMBROWSKI; SANTOS, 2011).

<sup>27</sup> Barbaquás são as antigas estruturas para secagem da erva-mate associados à história da atividade ervateira na região.

<p>capital nacional dos móveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mel de melato</li> <li>▪ Produção de Ovinos (Campo Alegre é a Capital Catarinense da Ovelha)</li> </ul>		
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: Adaptado de Milani et al. (2019).

A Epagri/Ciram tem realizado iniciativas para promover os produtos e serviços do território do PNC por meio da sua valorização por identidade e/ou origem. A exemplo disto, em 2018, foi realizado um concurso com o objetivo de abordar o PNC como tema central, além de outros subtemas como a erva-mate, buscando sensibilizar os participantes da riqueza do território onde vivem. Desta forma, o concurso abrangeu as áreas de fotografia, gastronomia e também a criação de um mascote, com a participação de alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de dezenove municípios, associando a participação dos professores, pais e mães dos alunos. O uso da fotografia permitiu a revalorização histórica e retratou a paisagem com predomínio de elementos naturais e culturais através da representação de igrejas com base na cultura polonesa e ucraniana diretamente ligada ao território, arquitetura de capelas e casarios de origem europeia, a importância histórico-cultural de museus, tradições e antigas estruturas ligadas a todas etapas de produção da erva-mate, a representação da paisagem de floresta nativa e de caíva, história ligada à Guerra do Contestado, a figura dos rios, cachoeiras e ferrovias importantes nesse processo de identificação com o território (EPAGRI, 2018).

A categoria da gastronomia tinha como regra a utilização da erva-mate da região como matéria-prima e base das receitas, permitindo, assim, a valorização da qualidade da erva-mate produzida no PNC, a fim de destacar suas características do cultivo na floresta e sem o uso de agrotóxicos, fortalecendo um produto nativo do território. Esta categoria era composta por dois segmentos, um direcionado à confecção de bebidas e outro de comidas. Assim, buscou-se trazer receitas antigas e de outras gerações, também incentivou a criação de novos pratos e

bebidas para além do uso mais comum da erva-mate, mostrando novas possibilidades dessa matéria-prima na dieta (EPAGRI, 2018).

Em relação ao mascote, teve como objetivo aguçar a imaginação dos envolvidos para a criação de uma identidade visual lúdica para o reconhecimento da IG, correlacionando todos os fatores relacionados do território e da erva-mate, além da possibilidade de utilizar o mascote em ações de divulgação regional, nacional e internacional (EPAGRI, 2018).

Muito consumida pelos apreciadores por suas propriedades nutricionais e energéticas, a erva é popularmente utilizada na fabricação de chás e do tradicional chimarrão. Entretanto, há uma crescente valorização da matéria-prima para a fabricação de novos produtos, sendo empregada na indústria alimentícia, farmacêutica e cosmética. Na indústria alimentícia a matéria-prima tem se tornado a base para o desenvolvimento de outros produtos, alimentos e bebidas, como geleia, pães, bolos, pudins, sobremesas, sucos, drinks, corantes e conservantes naturais, cervejas, biscoitos, sorvetes e licores. Na indústria farmacêutica têm sido utilizados para o controle do colesterol, funções anti-inflamatórias e anti-bacteriana, utilização de polifenóis e saponinas que fortalecem o sistema imunológico. Em relação a indústria de cosméticos foram desenvolvidos produtos como xampus, condicionadores, cremes para as mãos e pés, hidratantes, esfoliantes, produtos para reduzir o envelhecimento precoce, como antirugas e protetores solares. Devido ao alto teor de cafeína, a erva-mate também é utilizada na indústria de suplementos, para a fabricação de energéticos. Além disto, ervateiras do PNC tem realizado blends com a matéria-prima da erva-mate para potencializar seus benefícios mútuos de cada produto para a saúde daqueles que buscam um produto voltado a sua dieta, através da adição de guaraná, abacaxi, açaí, cereja, dentre outros, por exemplo. Outro ponto importante, é a inovação de uma ervateira em fabricar um picolé à base da matéria-prima da erva-mate, com grande aceitação no mercado. A busca pelos produtos à base de erva-mate tem ocorrido pelo fato das pessoas estarem mais preocupadas com sua saúde, sendo assim, buscam adquirir a erva pela composição de minerais e vitaminas, polifenóis e saponinas, que fortalecem o sistema imunológico, além de sua alta capacidade antioxidante (IBRAMATE, 2017).

No setor de bebidas, no PNC encontra-se a primeira cervejaria artesanal do Brasil, localizada no município de Canoinhas. A cervejaria Canoinhense fundada em 1908, primeira cervejaria artesanal do Brasil, pelo mestre-cervejeiro Rupprecht Loeffler, seguindo a receita de 5 gerações de sua família de origem alemã. Os tonéis utilizados na produção das cervejas

foram trazidos da Alemanha, onde são produzidas as duas principais marcas de cerveja, a escura, Nó de Pinho, e a clara, Jahu. Em anexo a fábrica funciona o bar para a venda dos produtos, com sua decoração peculiar, de animais empalhados. Após a morte de Rupprecht em 2011, a fábrica é mantida pelos familiares, e sua esposa que comercializa os produtos (G1, 2011). A primeira fábrica de Steinhäger, localizada em Porto União, a empresa Doble W, foi fundada em 1960 pelo alemão Wenzel Rulf. Entretanto, somente em 1962 começou a ser produzido o Steinhäger e em 1977 a vodka. A fábrica se consolidou como líder no mercado de Steinhäger no Brasil, adquirindo um sucesso as críticas nacionais e internacionais, conquistando, assim, algumas certificações de qualidade. Atualmente, a fábrica tem como principal produto o Steinhäger, conta com produtos como a vodka e o aguardente e tem anexado a fábrica sua loja para a comercialização dos produtos à beira da estrada, atraindo muitos turistas, principalmente, os argentinos que têm como destino final as praias da região litorânea e passam pelas rodovias do PNC (DOUBLE W, 2019).

Outro recurso territorial levantado na pesquisa relacionado à paisagem é a presença da Flona de Três Barras, uma Unidade de Conservação de Uso Público Federal, criada em 1968, com área de 4.358,3 hectares localizada no município de Três Barras. Possui áreas destinadas ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, com o manejo florestal de Pinus (1.541 hectares) e de Araucária (1.282, 35 hectares), o restante é composto por remanescentes de florestas nativas. A unidade é destinada à pesquisa científica e aplicação de métodos para exploração sustentável de florestas nativas, diversos estudos já foram realizados. A Flona tem também foco na educação ambiental, por visitas guiadas às universidades e escolas, além do uso para lazer em quadras poliesportivas. A Floresta de Três Barras é fundamental para a manutenção de espécies vegetais nativas e espécies animais ameaçadas de extinção que vivem ou transitam pela Flona (ICMBio, 2020).

Devido a diferenciação e grandeza de produtos e serviços no território, o PNC apresenta inúmeras feiras e festas relacionadas a produtos típicos dos municípios. Podemos ressaltar a importância da Fesmate em sua 23ª edição, que ocorre entre os dias 12 e 16 de setembro, tendo como atividades atrativas o rodeio crioulo interestadual CTG de Canoinhas, etapa do motociclismo, baile da terceira idade, shows e a feira. São mais de 100 espaços para visitação, entre gastronomia, ambientes externos e internos, reunindo em média 50 mil participantes, além da participação efetiva do Sindimate e da Aspromate em sua realização e

organização. A festa do Trator, em Irineópolis, ocorre para prestigiar o aniversário do município, evidenciando a agricultura como principal atividade econômica. Em 2015, Irineópolis entrou para o ranque brasileiro por ter realizado o maior desfile de tratores do país, reunindo aproximadamente 915 máquinas. Em sua 42ª edição, a feira agropecuária de Mafra apresenta uma tradição na região, com a exposição de bovinos e ovinos, palestras técnicas, leilões de matrizes e uma diversidade na gastronomia. Outro evento marcante no território é a festa polonesa que ocorre em Major Vieira, evidenciando a importância dos costumes, tradições e a cultura europeia no território e o envolvimento das novas gerações.

Outro produto portador de características específicas ligados ao território do PNC é o mel de melato da bracatinga que está em processo de construção de uma IG. Esse mel é obtido a partir das secreções das partes vivas de árvores de bracatinga (*Mimosa scabrella*), árvore nativa das zonas frias do sul do país. A seiva da bracatinga é sugada pela cochonilha, um inseto, que a digere e excreta gotas de melato (SALOMÉ, 2002). Em março deste ano, o MAPA emitiu um instrumento oficial reconhecendo a área do Planalto Sul Brasileiro como uma região legítima e exclusiva produtora deste mel, incluindo uma área de 8,5% do território do PR, 7% da área do RS, e 45% da área do estado de SC, documento que faltava para incluir ao dossiê enviado ao INPI. A região delimitada pelos pesquisadores da Epagri abrange 111 municípios catarinenses, incluindo o território do PNC (VIEIRA et al., 2019). Segundo Cazella et al. (2019), a procura por este produto diferenciado é recente, pelo fato de apresentar uma coloração mais escura e o gosto um pouco mais amargo, em relação ao mel floral. Até pouco tempo era um mel desvalorizado pelos consumidores e produtores. Entretanto, os alemães identificaram a notoriedade do mel e suas características específicas e, atualmente, são os maiores importadores do mel da bracatinga do Brasil. A valorização do mel de melato da bracatinga se justifica pelas qualidades diferenciadas em relação ao mel floral, devido à alta concentração e a diversidade de compostos fenólicos, constituídos dos macronutrientes, como cálcio, magnésio e potássio, e seu menor teor de glicose, maior teor de oligossacarídeos e de cinzas, maior pH e maior teor de nitrogênio (AZEVEDO, 2017; DONER, 1977; SIDDIQUI, 1970).

O PNC apresenta inúmeras características que beneficiam o turismo na região, como seus atributos históricos, culturais e paisagísticos que foram levantados durante as entrevistas. Por meio das características do relevo, o território apresenta potencialidade para o turismo de aventura, como esportes radicais, off road, montanhismo, cicloturismo, recantos naturais, cachoeiras e até voos livres. Os Campos do Quiriri, localizado em Campo Alegre, são um

conjunto de montanhas que possui aproximadamente 30 cumes, variando entre 1300 e 1600 metros de altura. Devido a sua elevação é possível avistar o mar, além das cidades ao norte do estado, como Joinville, a serra da Dona Francisca, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e a Baía da Babitonga (GAZETA, 2019). O caminho dos Ambrósios, localizado em Campo Alegre, também é de grande importância para o turismo da região, caminho histórico responsável pela primeira ligação entre a Serra do Mar Catarinense e o primeiro planalto do PR (GARROTE; DAMBROWSKI; SANTOS, 2011). Além disto, podemos listar algumas das principais cachoeiras da região: como a Cascata Paraíso, Salto do Engenho e Salto do Imigrante, localizadas em Campo Alegre; cachoeira dos Coqueiros, da Pratinha, Rio das Pedras e Werka, em Papanduva; Serra dos Borges em Bela Vista do Toldo; Rio Bonito, Rio dos Pardos, Rio pintado e a cachoeira km 13 em Porto União.

Podemos destacar também, o passeio da locomotiva de Rio Negrinho a São Bento do Sul, em um percurso de quarenta e cinco quilômetros, partindo do município de Rio Negrinho, a uma altitude de 795 metros até o município de São Bento do Sul, a 450 metros a nível do mar. Esse é passeio realizado com a Maria Fumaça, locomotiva a vapor com 120 toneladas, da década de 1940. Ao desembarcarem em São Bento do Sul, os passageiros são servidos de um almoço típico polonês com músicas e danças, em uma imersão da cultura europeia. O “Caminho das Tropas” remete à história da região, caminho que interligava Rio Grande do Sul a São Paulo no período da Brasil colônia, importante para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais e determinante para a ocupação do território catarinense. O turismo religioso é relevante na região pela presença de inúmeras igrejas de arquitetura europeias, de origem ucranianas e polonesas, principalmente. Além disso, a região conta com a mística da passagem do Monge João Maria e a relação com o messianismo, que acreditava que o monge voltaria para libertar seu povo do mal. Também podemos destacar o atrativo religioso do Morro do Calvário, localizado em Itaiópolis, destino de romaria com mais de 10 mil devotos que visitam a via Sacra na subida do morro durante a Quaresma.

Nascimento, Nunes e Bandeira (2012) relacionam a IG com a promoção do turismo de uma região, com benefícios econômicos, sociais e ambientais. Os autores expõem o caso de sucesso da IG do Vale dos Vinhedos, que contou com iniciativa dos proprietários de vinícolas investirem no desenvolvimento do turismo local, como forma de promover o mercado do vinho. Desta maneira, a rede hoteleira, como alojamentos e hotéis, fortalecimento da

gastronomia e de restaurantes, e a fabricação artesanal de produtos típicos com identidade do território foram incluídas na agenda de desenvolvimento do território. Esses autores alertam que essas iniciativas dependem de fatores internos, como a organização, e fatores externos, como a presença de instituições de apoio, políticas públicas voltadas para a promoção das IGs e do turismo. Em outras palavras, dependem da construção de um sistema de governança territorial que não se limite exclusivamente à gestão da IG.

Nascimento, Nunes e Bandeira (2012) sugerem um modelo ideal para o desenvolvimento da IG, aliando à atividade turística do território. Desta forma, eles propõem que cada IG tivesse seu próprio roteiro turístico com suas características regionais em evidências para os turistas visitantes da região. Assim como as outras atividades, o turismo deve ser planejado para explorar e maximizar seus impactos positivos em detrimento dos impactos negativos sobre o território. Além disso, os autores salientam que os efeitos das IGs sobre o território não acontecem de forma automática. Trata-se de um processo lento, que depende de fatores internos e externos, acarretados pela construção coletiva de uma organização regional, a presença de instituições públicas, privadas e associativas e políticas públicas voltadas para a promoção das IGs.

Em análise das contribuições da IG à luz do enfoque da CBST, a partir das especificações dos produtos demonstra-se grande potencial para promover o efeito cesta. Cabe salientar que ao analisar os processos de IGs no território, como a IG da erva-mate e a IG do mel de melato, podemos notar uma desarticulação entre os atores sociais e as iniciativas em torno desses produtos com qualidade territorial. Entretanto, a partir das dinâmicas observadas em campo podemos levar a construção de uma CBST, devido à alguns motivos. O território há presença de um produto-líder reconhecido pelos consumidores e pelo mercado, a erva-mate do PNC. Conforme apresentados no Quadro 1, há presença de outros produtos diferenciados, com especificidades ancorados ao território. A imagem da região entre os consumidores e turistas precisa ainda ser construída de forma a se tornar uma externalidade positiva para a região. Outra questão importante é a cooperação entre diversos atores sociais para a formação de espaços para a tomada de decisão sobre questões políticas para o desenvolvimento da região. Portanto, são necessários mais estudos, quanto a governança e principalmente para os próximos passos da IG da erva-mate no PNC, para analisar as consequências deste “selo” para a região e as potencialidades futuras, assim como a gestão após a obtenção da IG.

No caso específico da IG da erva-mate do PNC, embora ainda seja prematuro tecer uma avaliação aprofundada sobre seu sistema de governança, percebe-se uma certa abertura para ampliar as ações para além do comércio da erva-mate. As ações embrionárias em torno da valorização de sub-produtos da erva podem representar uma abertura para a busca ampliada de alternativas de desenvolvimento territorial sustentável, dada a existência de outros recursos territoriais específicos com potencial de gerar o denominado “efeito cesta”. No entanto, esta perspectiva figura ainda de forma incipiente nas agendas das organizações implicadas com a criação da IG e nada garante que essa iniciativa sirva de impulso para outras ações de DTS.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das reflexões teórico-práticas levantadas nesta pesquisa pode-se elucidar alguns aspectos relevantes sobre as IGs, que se constituem como uma das estratégias de proteção a produtos e serviços, contra falsificações e usurpações indevidas, buscando valorizar a ligação entre os territórios e seus atributos, correlacionando, assim, com sua origem e a identidade local. Desta forma, a IG torna-se um instrumento capaz de agregar valor, assegurar credibilidade de produtos e serviços aos consumidores, garantia quanto às suas características e especificidades, além de promover mercados diferenciados e de proximidade.

Cabe ressaltar que estas ações são determinantes para valorizar a cultura, história, o saber fazer, seus usos e costumes, tornando mais competitivo e com atributos diferenciados em relação a produtos agroalimentares processados pelos mercados e modelos de produção hegemônicos. Assim, há uma forte ligação entre o produto ou serviço ao território.

Entretanto, não há uma relação direta entre obter uma concessão de uma IG com a certeza de alterações nas relações de mercado e na valorização do produto ou serviço. Assim, as IGs não podem ser reduzidas somente em atribuir uma melhoria significativa em relação ao preço final. As expectativas em relação à implementação de uma IG devem ser mais abrangentes, em virtude da complexidade de um modelo de IG com a atuação de diversos atores sociais em seu processo.

Tratando-se de uma IG é irrisória o seu reconhecimento pelos consumidores brasileiros, apesar do primeiro decreto de lei direcionado à proteção de um produto no Brasil ser datado em 1809. A discussão da IG como meio de uma política pública para a promoção do DTS é recente e ainda necessita de avanços, pois há ainda muitas lacunas no conhecimento e pouca experiência da valorização de produtos e serviços. Contudo, não se pode negar que há um avanço em pesquisas envolvendo as IGs. Nesse sentido, o presente trabalho trouxe algumas possíveis contribuições em relação ao aporte conceitual e ações práticas envolvendo as IGs, adotando como foco a região do PNC que, além da IG da erva-mate, apresenta inúmeras características que favorecem o DTS.

Uma conclusão do presente estudo, após análise do processo de construção da IG no PNC, é o protagonismo da Epagri como organização pioneira da iniciativa, através da percepção, seguida de estudos comprobatórios, a respeito da notoriedade da erva-mate no território. Essa empresa pública apropriou-se inicialmente do processo de IG, seguida da participação das empresas ervateiras e do Sindimate, a partir da visualização dos potenciais econômicos referentes às demandas, sobretudo, de mercados externos, exigentes em relação às questões socioambientais de todo processo produtivo. Desta forma, parcela importante de atores privados mobilizaram-se para auxiliar na montagem do dossiê encaminhado ao INPI e articular estratégias de promoção e divulgação da erva-mate.

A Epagri fomentou o engajamento dos distintos atores sociais da cadeia produtiva, por meio de políticas de gestão territorial, entretanto o estudo aponta que essa participação ocorreu de diferentes formas e intensidades pelos atores implicados na cadeia produtiva. As entrevistas com atores territoriais apontaram uma ausência recorrente do protagonismo dos agricultores produtores de erva-mate nessa iniciativa, pairando dúvidas sobre o real engajamento dessa categoria social no processo de construção da IG. Outro segmento desta cadeia produtiva, os viveiristas, atores importantes no processo de manutenção da qualidade genética, também não tiveram um mesmo nível de inserção. Os cortadores de erva-mate, também denominados de tarefeiros, ficaram completamente ausentes no processo de constituição da IG, sendo fundamental refletir sobre as maneiras de inclusão de todos os atores da cadeia produtiva.

Esse assunto requer novos estudos empíricos, além de uma reflexão entre as organizações públicas que gerem no país os processos de criação de IG - MAPA, SEBRAE, INPI e Emater, dentre outros – acerca de contrapartidas da parte de atores territoriais diretamente beneficiados pelas IG a favor de categorias sociais implicadas com a cadeia

produtiva contemplada por uma IG, mas visivelmente pouco favorecidas pelas vantagens decorrentes desse selo de qualidade territorial. No caso específico da IG da erva-mate, os agricultores familiares e, em especial, os tarefeiros representam os elos fracos da cadeia produtiva.

Vale destacar que as exigências descritas no material enviado para o INPI, aliado às exigências do mercado externo, trazem indiretamente benefícios para estas categorias que vão além das melhorias quanto ao preço, mas também em relação as condições de segurança, alimentação e saúde trabalhista, e também na melhoria das questões socioambientais

Embora haja algumas desigualdades em relação à participação no processo de criação, ainda em curso, da IG da erva-mate no PNC, o envolvimento de atores de diferentes segmentos propiciou o início de uma construção coletiva de um processo de desenvolvimento territorial, até então, inexistente. Portanto, mesmo que de forma embrionária, gerou um espaço para discussão e resolução de situações de problemas coletivos, propiciando elos de confiança e cooperação, em torno da articulação de questões socioeconômicas e socioambientais no território.

O estudo também aponta que o cultivo da erva-mate no PNC baseado em um sistema agroflorestal ocupa um importante espaço no cenário comercial, além de retratar a conjunção da preservação socioambiental, com forte incidência de agricultores familiares implicados na conservação das florestas, aportando, assim, uma grande contribuição para a promoção do DTS no PNC.

Desta forma, a IG da erva-mate representa um importante instrumento de aprimoramento de um ativo territorial, que qualifica a proposta apresentada de um desenvolvimento territorial sustentável. A afirmação é ancorada na possível proposta de benefícios que apresente avanços no desenvolvimento da região para os atores sociais com a prerrogativa da preservação ambiental. A proposta da IG exige mudanças para além dos processos produtivos, pois implica em mudanças nos valores, conhecimentos e consciência, por meio do fortalecimento das questões culturais, históricas e das tradições do saber-fazer da erva-mate no PNC.

Quanto aos ativos e recursos territoriais do PNC pode-se afirmar que, mesmo que de forma embrionária, o território possui elementos do modelo da CBST, com produtos e serviços de qualidade, cenário e um incipiente sistema de governança territorial. Entretanto, persiste uma desarticulação entre as atividades para que os distintos ativos territoriais

específicos sejam melhor articulados e interligados. Ou seja, grande parte dos recursos listados no Quadro 1 não dispõe de ações minimamente articuladas com vistas a uma promoção coletiva, limitando-se a iniciativas segmentadas restritas a cada ativo ou recurso territorial. No presente momento, os atores ligados a seus ativos territoriais específicos estão preocupados exclusivamente com a valorização de seu produto ou serviço.

As especificações dos produtos por intermédio dos processos de IG no PNC, de forma mais marcante da erva-mate, mas também do recente processo em torno do mel de melato da Bracatinga, têm a possibilidade de gerar o efeito “cesta”, podendo representar um enfoque teórico-metodológico a ser adotado pelos atores locais implicados com as duas iniciativas. Isto é, a atração inicial de um produto ou serviço propicia o descobrimento de outros recursos e ativos territoriais específicos do território, contribuindo e fortalecendo o DTS.

Para finalizar, mesmo que a maioria dos entrevistados não perceba que a IG da erva-mate possa gerar a exclusão de alguns atores da cadeia produtiva, esse aspecto necessita ainda da aplicação de outros estudos de maior abrangência para analisar a complexidade dos aspectos envolvidos. Portanto, algumas questões não foram sanadas com esta pesquisa e algumas inquietações merecem ser apontadas: como solucionar a inclusão de alguns atores, com profundas diferenças socioeconômicas e política, por exemplo, os ervateiros e os cortadores de erva-mate no processo de gestão da futura IG? Como será o acompanhamento dos processos produtivos para a utilização do selo distintivo e da gestão de recursos financeiros de interesse coletivo? Qual será a parcela de recursos humanos e financeiros destinada ao apoio técnico e às ações de capacitação em comparação ao marketing e promoção do produto e do território? É possível agregar valor sem a exclusão de determinados atores sociais? Como mobilizar a maioria dos atores pertencentes ao território, possibilitando um processo mais horizontal e democrático? Essas questões podem ser determinantes para o sucesso sociopolítico e ecológico da IG.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Representatividade e inovação**. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Anais. Brasília. 2001.
- ACAMPORA, T.; FONTE, M. **Productos típicos, estrategias de desarrollo rural y conocimiento local**. Revista Ópera, (07), 191-212, 2007.
- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**. Pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, 336 p.
- ALBINO, J.; CARLS, S. **Indicações Geográficas de serviços: polêmicas do porto digital**. Cadernos de Prospecção, v. 8, n. 3, p. 587, 2015.
- ALMEIDA, A.F.R. de. **Indicação geográfica, indicação de proveniência e denominação de origem**. In: LEITÃO, A. *et al.* Direito Industrial. Coimbra: Almedina, 2001a. p. 23-24.
- ALMEIDA, J. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 1997.
- ALMEIDA, R. P. **Um aspecto da economia de Santa Catarina: A Indústria Ervateira**. Dissertação de mestrado em História. UFSC, 1979.
- ALTIERI, M. A; ANDERSON, M. K; MERRICK, L. C. **Peasant agriculture and the conservation of crop and wild plant resources**. Conservation Biology, v.1, n.1, p. 49-59. 1987
- ANDRADE, F. M de. **Exploração, manejo e potencial socioeconômico da erva-mate**. SIMÕES, LLE; LINO, CF Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais, v. 2, p. 19-34, 2002.
- AURIER, P.; FORT, F.; SIERIEX, L. **Exploring Terroir Products Meanings for the Consumer**. Anthropology of Food, n. 4. May. 2005. Disponível em: <http://aof.revues.org/document187.html>>. Acesso em: 10 fev de 2020.
- BACON, C.M., et. al. **The social, dimensions of sustainability and change in diversified farming systems**. Ecology and Society, v. 17 (4):41. 2012.
- BARBOSA, D.B. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p. 1.
- BLUME, R.; PEDROZO, E. A. **A noção de Terroir e sua Influência na Dinamização da Cadeia Produtiva dos Vinhos Finos**. 2008
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Do uso da noção de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil**. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R.

J. (Org.). *Mundo Rural IV - configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

BRANCATO, S. M. L.; AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis, Ed. UFSC, Assembleia Legislativa, 1984. 204p., il. Estudos Ibero-Americanos, v. 11, n. 1, p. 127-13.

BRANDÃO, C. A. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 107, p. 57-76, jul. / dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia para a solicitação de registro de indicação geográfica para produtos agropecuários**. 2008. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/IG\\_PRODUTOS\\_AGROPECUARIOS/CONSTRUINDO\\_AS\\_IG/GUIA%20IG%20FINAL\\_0.PD](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/IG_PRODUTOS_AGROPECUARIOS/CONSTRUINDO_AS_IG/GUIA%20IG%20FINAL_0.PD)>. Acesso em: 08 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto 16.254, de 19.12.1923. **Cria a Diretoria Geral da Propriedade Industrial**. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/legislacao/decretos/de\\_16254\\_1923.htm?tr3](http://www.inpi.gov.br/legislacao/decretos/de_16254_1923.htm?tr3)>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRIGHENTI, C. A. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, p. 37-65, 2012.

BRITO, M. C. de S. **Legislação sobre propriedade intelectual**. Lei nº. 9.279, de 14 de maio de 1996. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland: nosso futuro comum**. Comissão Brundtland/ ONU, 1987.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. **Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, n. 11, p. 5-15, 2005.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. **Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 9, p. 313-353, 2013. Disponível em: <<http://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136/356>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CANLI, Z. G.; MAHESWARAN, D. **Cultural variations in country of origin effects**. Journal of Marketing Research, Chicago: American Marketing Association, p.309-317, ago. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2004.

CARVALHO, M. M. X. de et al. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. 2010.

CARVALHO, M. M. X. de. O; NODARI, E.S. **A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911-1950)**. In: Encontro Nacional da Anppas, 4, 2010 Brasília, DF, Brasil. Anais... Encontro Nacional da Anppas. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-338-95-20080504171038.pdf>> Acesso: 30 ago. 2018.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, A. A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. EISFORIA, Florianópolis, v. 4, n. especial, p.23-47, dez. 2006. CAZELLA, A. A. Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude. Thivernal-Grignon: UMR INRA-INA-PG / Mémoire set Thèses, 2002, v.1. p. 395.

CASTRO, I. E. de. **Visibilidade da Região e do Regionalismo: a escala brasileira em questão**. In: LAVINAS et al. (Org.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155- 169.

CAZELLA, A. A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude**. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 2002.

CAZELLA, A. A. **As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa**. Redes, v. 13, p. 5-27, 2008.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; & MALUF, R. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Mauad X, Rio de Janeiro, p.52, 2009.

CERDAN, C. **Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil**: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. Política & sociedade, v. 8, n. 14, p. 277-300, 2009.

CHANG, J. H. **Tropical agriculture: crop diversity and crop yields**. Economic Geography. v. 53, p. 241- 254. 1997.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** – “Nosso Futuro Comum”, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1988.

COLLETIS, G; PECQUEUR, B. **Révélation de ressources spécifiques et coordination située**. Économie et institutions, n. 6-7, p. 51-74, 2005.

CONTRERAS, H. **Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares.** Em A. Canesqui e R. Garcia (Orgs.), *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* (pp. 145-159). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DA CROCE, D. M.; FLOSS, P. A. **Cultura da erva-mate no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis - SC: Epagri, 1999. (Epagri. Boletim técnico, 100).

DA CUNHA MARQUES, A. et al. **Florestas nacionais e desenvolvimento de pesquisas: o manejo da erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St.-Hil.) na Flona de Três Barras/SC.** *Biodiversidade Brasileira*, v. 2, n. 2, p. 4-17, 2012.

DA FONTE, E. M. M. **Considerações sobre a importância do conceito de “qualidade de vida” para a construção e uso de indicadores sociais de desenvolvimento na formulação e análise de políticas públicas.** In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004. p. 1-18.

DA SILVA, P. X.; ARTUZO, F. D.; CANOZZI, M. E. **Mercado brasileiro de frango halal: influências do ambiente institucional e barreiras à entrada.** *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 12, n. 3, p. 935-956, 2019.

DA ROCHA PORTO, P. C. **Indicações Geográficas, Modelo Brasil.** *CEP*, v. 1311, p. 928, 2009.

DALLABRIDA, V. R. **Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil.** *Informe Gepec*, v. 16, n. 1, p. 42-59, 2012.

DALLABRIDA, V. R. et al. **Indicação Geográfica da Erva Mate no Território do Contestado: reflexões e projeções.** *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, v. 4, n. 2, p. 44-77, 2014.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** *Análise Social*, v. 215, n. 2, p. 304-328, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n215/n215a04.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

DELGADO, G. N.; LEITE, S. P. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores.** *SciELO*, v. 54, n. 2, p. 431-47, 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/218/21821071007/> >. Acesso em: 10 out. 2017.

DELGADO, N. G. et al. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.** 2007.

DORTZBACH, D. et al. **Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense - Território.** Florianópolis: HB Editora, 2018. 102p.

DOS REIS CARVALHO, G; DIAS, Acácia Batista. **Indicação Geográfica no Território do Sisal na Bahia: Possibilidades e Perspectivas.** *Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias*, v. 2, n. 4, p. 378-386, 2012.

ESMELINDRO, M. C. *et al.* **Caracterização físico-química da erva mate: influência das etapas do processamento industrial.** Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, v. 22, n. 2, p. 199-204, 2002.

FAVERO, K. C. **As indicações geográficas como instrumento de proteção jurídica internacional do conhecimento tradicional: harmonizando propostas de OMC, ONU e OMPI.** (2012).

FRAGA, N. C. **Contestado, o território silenciado.** Florianópolis: Insular, 2010.

FRANCO, H.M. **Erva-mate: o Mercosul dispõe dessa exclusividade.** Revista Agropecuária Catarinense, v.5, n.4, p.24-30, 1992.

FISCHLER, C. **El (h) omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo.** Barcelona: Anagrama, 1995.

GARROTE, M. S., DAMBROWSKI, V., SANTOS, G.F. **História e natureza nos Campos do Quiriri - SC.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

GEHLEN, I; RIELLA, A. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável.** Sociologias, n. 11, p. 20-26, 2004.

GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate.** Tese (Doutorado em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2013.

GLASS, R. F; CASTRO, A. M. G. **As indicações geográficas como estratégia mercadológica para vinhos.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 2, p. 189-202, 2008.

GODARD, O. **Le développement regional au développement durable: tensions et articulations.** In: MOLLARD, A. et al. Territoires et enjeux du développement regional. Versailles: Éditions Quae, p. 83-96, 2007.

HANISCH, A. L. et al. **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense.** Versão Preliminar. Canoinhas: 2006. [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio070.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio070.pdf)

HOPPE M.; KNOPP E.; MEDRADO M. J. **Erva-mate: diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento.** In: Erva-mate: diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento. Venâncio Aires: Prefeitura Municipal, 1996, p. 7-22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2012. **Produção da extração vegetal e da silvicultura** – ano de 2010. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19/10/2018.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). **Primeira Denominação de Origem Brasileira é Concedida ao Arroz do Litoral Norte Gaúcho**, 2010. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=11974>. Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Curso Geral de Propriedade Intelectual à Distância**. OMPI, módulo II, Introdução à Propriedade Intelectual. 4 ed. 2019a.

\_\_\_\_\_. **INPI chega aos 45 anos: conheça a história do Instituto**, 2019b. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/noticias/inpi-chega-aos-45-anos-conheca-a-historia-do-instituto>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Revista da Propriedade Industrial**, nº 2560, 2020. Disponível em: <http://revistas.inpi.gov.br/rpi/>>. Acesso em: 04 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE LA YERBA MATE - INYM. **Informe del sector yerbatero**: marzo de 2016. Disponível em: <http://www.inym.org.ar>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

JAIN, S. K.; KHURDIYA, D. S. **Vitamin C enrichment of fruit juice based ready-to-serve beverages through blending of indian gooseberry (*Emblica officinalis*) juice**. Plant Foods of Human Nutrition, v. 59, n.2, p.63-6, 2004.

JAY, T.; TAYLOR, M. **A Case of Champagne: a study of geographical indications**. Corporate Governance e Journal. Paper 29, 2013.

KÖENE, T.T.; RICHTER, N. (Org.). **Receitas com tatarca**. Florianópolis: Epagri, 2015. 41p. (Epagri. Boletim Didático, 118).

LAGES, V; LAGARES, L; BRAGA, C. **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade indicações Geográficas e Certificações para Competitividade nos Negócios**. 2005.

LAMPREIA, L.F. P. **Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese**. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 23, p. 247-260, Apr. 1995.

LEAL, Pedro. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1975.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

LIDGARD, I. **Geographical Indications: a result of European protectionism?** 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - University of Lund. 2009.

LOCATELLI, L. **Indicações geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico**. Juruá. (2007).

LOPES, N. O. V. **A indicação geográfica como forma de valorização da biodiversidade no planalto norte catarinense.** 2011. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial.** Interações (Campo Grande), v. 16, n. 1, 2015.

MANTOVANELI JR, O; SAMPAIO, C. A. C. **Governança para o desenvolvimento territorial sustentável.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online), n. 18, p. 77-88, 2010.

MARQUES, A. C. et al. **As paisagens do mate no Planalto Norte Catarinense.** In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2014, p. 33-46.

MARTINHAGO, F.B. **Cidadania participativa e controle social: a experiência do observatório social de Criciúma/SC.** 2019.

MEIRELLES, L. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar.** Dom Pedro, de Alcântara, junho de, 2002.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul.** Tese de doutorado em Antropologia Social, não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MILANI, M. L. **Identidade sociocultural do Planalto Norte catarinense: uma realidade (in) visível.** Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 125-131, jul. /dez. 2013. MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E GANADERÍA – MAG. **Síntesis estadísticas: Producción agrícola.** Disponível em <<http://www.mag.gov.py>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MOLLARD, A. **Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique a partir de la rente.** Economie rurale, 263: 16-34, 2001.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. da G. A. **A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região.** Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias, v. 2, n. 4, p. 365-377, 2012.

NASCIMENTO, D; E. do; SOUZA, Marília de. **Valorização do terroir: uma estratégia de desenvolvimento local.** In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p.180-199.

NIEDERLE, P. A. **Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial:** a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Rio Branco: Sober, 2009. Apresentação oral. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/35.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

NIEDERLE, P. A.; VITROLLES, D. **Indicações geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2010

NOBLE, I. R.; DIRZO, R. **Forests as Human- Dominated Ecosystems.** Science, v. 277, 1997.

NOVAES, E. S. **Agenda 21, iniciativas regionais e locais: antecedentes.** Disponível em:<http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/agenda21/anteced:index.htm> Acesso: abr. 2020.

OLIVEIRA, Y. M. M.; ROTTA, E. **Área de distribuição natural da erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.).** In: SEMINÁRIO SOBRE ATUALIDADES E PERSPECTIVAS FLORESTAIS. Silvicultura da erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil.), 1983, Curitiba: EMBRAPA CNPF, 1985. p. 17-36 (Documentos 15).

OMC. Organização Mundial do Comércio. **Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (Acordo TRIPS ou Acordo ADPIC).** Diário Oficial da União, n.248-A, seção 1, p.93-103. Brasília DF, 31 dez.1994.

PECQUEUR, B. **Dynamiques territoriales et mutations économiques.** Paris, L'Harmattan, 1996, pp. 246 p.

\_\_\_\_\_. **Qualité et développement territorial:** l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Économie rurale, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001.

\_\_\_\_\_. **Politiques publiques, action publique et spécificités territoriales.** Multifuncionalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques. Les cahiers de la multifonctionnalité, 2002, pp.59-70.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud.** Grenoble, Institut de Géographie Alpine, p. 15, 2004.

\_\_\_\_\_. **Le développement territorial: Une nouvelle approche des processus de directives pour les économies du Sud.** 2005.

\_\_\_\_\_. **Le tournant territorial de l'économie globale.** *Espaces et sociétés*, n. 1, p. 17-32, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para os países do Sul.** 2006.

\_\_\_\_\_. **A guinada territorial da economia global.** *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 79-106, 2009.

PERRON, L.; JANIN, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique.** Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, p.101, 2014.

PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: módulo II, indicação geográfica.** 4 ed. Florianópolis: MAPA; Florianópolis: FUNJAB, 2014.

PIVOT, C. **Signes de qualité et développement rural.** *REVUE REGION ET DEVELOPPEMENT*, n. 7, 1998.

PRADO, F. H.; et al. **O processo social de construção da Indicação Geográfica da Ervamate: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense.** In: IX Encontro Nacional da ANPPAS: Conexões, democracia e sustentabilidade, 2019, Brasília.

REIS, L.L.M. **Indicação de procedência: uma nova dimensão da competitividade para o território da APAEB-Valente.** 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, UNIFACS, BA.

RENARD, J. **Le territoire: le regard d'un géographe.** *Les entretiens du Pradel: Académie d'agriculture de France*, 2002.

ROCHA DIAS, J. F. D. V. da. **A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais.** 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, J. M. **Política internacional para o meio ambiente: avanços e entraves pós conferência de Estocolmo.** *Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences*, v. 9, n. 2, 2003.

RODRIGUES VALENTE, M. E. et al. **Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia.** *Ciência Rural*, v. 42, n. 3, 2012.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice, 1986. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 13-21.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2005.

SILVA, C. K. V.; BRITO, L. M.; DE SOUZA DANTAS, T. K. **A indicação geográfica como promotora do desenvolvimento local e regional: o caso (em potencial) do bordado do Seridó**. Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias, v. 6, n. 1, p. 2982-2990, 2016.

SOUTO-MAIOR, Joel. **A problemática da coordenação, cooperação e planejamento intermunicipais no Brasil**. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro: IBAM, v. 39, nº204, p.49-65, jul. /set. 1992.

SOUZA, M. C. M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários**. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) –Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77.

THOME, N. **O Contestado entre a Memória e a Lembrança. História do Contestado**. 2009. Disponível em: <<http://nilson-historia.blogspot.com.br/2009/02/introducao-disciplina-historia-do.html>> Acesso em: 30 ago. 2018.

THOME, N. **Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do contestado**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, Ano 2, n. 1, p. 1-30. 2012.

THORSTENSEN, V. **A OMC-Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais**. Revista brasileira de política internacional, v. 41, n. 2, p. 29-58, 1998.

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos**. In: REGINA, Murillo de Albuquerque, et al. (Org.). Viticultura e enologia: atualizando conceitos. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 2002. p.151-164.

TONIETTO, J. **Afinal, o que é Terroir**. Bon Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 08, 2007

TONNEAU, J. P. **Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões**. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). Globalização e

desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH, UNICAMP, 2004. p. 81-91.

VALENTE, M. E. et al. **Indicação Geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia**. Ciência Rural, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 551-558, mar. 2012.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, p. 372, 2008.

VELLOSO, C. Q. et al. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC)**. 2008.

VIEIRA, P. H. F. **Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento**. In: VIEIRA, P. H. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 333-377.

VIEIRA, P. F. et al. **Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina**. Política e Sociedade, v. 14, p. 335-380, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p335> >. Acesso em: 05 mar de 2020.

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. **Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável**. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.) Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.17-49.

**ANEXOS**

**Anexo 1 – Roteiro de entrevistas aplicado aos atores do PNC**

- 1.Nome Completo, Idade e sexo?
2. Nível de escolaridade
- 3.Instituição ou organização na qual trabalha
- 4.Qual o cargo que ocupa? Quanto tempo desempenha essa função?
- 5.Quais atividades que sua instituição/ organização exerce atualmente no Planalto Norte Catarinense?
6. De qual porte você considera sua empresa/instituição?
7. Você considera que a erva mate é um produto valorizado regionalmente? Se sim, Como foi a trajetória histórica da valorização da erva mate?
8. Desde quando vocês perceberam que a erva mate passou a ser valorizada?
- 9.O que difere a erva mate sombreada das demais?
10. Você conhece o processo de criação da IG da erva mate sombreada no Planalto Norte Catarinense?
- 11.Qual a relação da IG da erva mate sombreada no Planalto Norte Catarinense com a sua organização/instituição?
12. De quem foi a iniciativa da implantação da IG da erva mate sombreada no Planalto Norte Catarinense? O que os motivou? Quem auxilia atualmente no processo da IG?
- 13.Quais os pontos positivos e as dificuldades da implantação da IG da erva mate sombreada no Planalto Norte Catarinense?
- 14.Por que a erva mate do Planalto Norte Catarinense não foi incluído a IG de São Mateus do Sul/PR?
- 15.Como você acha que será gerida a IG após a implantação?
16. A erva mate é mais valorizada pelos consumidores da região ou por consumidores externos?
- 17.Quais as exigências do mercado externo em relação a erva mate?
18. Os consumidores internos reconhecem as particularidades desse produto? Eles relacionam esse produto à cultura e história local? E os consumidores externos?
- 23.Quais são os atores da cadeia da erva mate sombreada?
- 24.Acredita que com a implantação da IG da erva mate trará benefícios para os diferentes atores da cadeia produtiva? E para o território do Planalto Norte Catarinense? Quais?

25. Quais os principais eventos/feiras/festas/exposições nos quais a sua instituição/organização procura promover a erva mate e outros produtos e serviços oriundos do território?
26. Além da erva mate, você identifica outros produtos ou serviços específicos desse território?
27. Existem produtos e serviços que já tiveram um papel importante para o desenvolvimento da região e que hoje não são mais explorados?
28. Há a potencialidade e a pretensão de ações semelhantes à IG em relação a esses outros produtos e serviços ou em relação a produtos oriundos da erva-mate?
29. O território tem condições de oferecer produtos e serviços de qualidade para turistas?
30. Qual o grau de organização em relação as outras empresas? Fazem parte de algum sindicato ou associação? Quais os principais objetivos deste sindicato ou associação?
31. Como sua organização/instituição se relaciona com as outras organizações do território? Existe diálogo com o governo municipal/estadual e com representantes de outros setores produtivos?
32. Atualmente, quais as maiores dificuldades enfrentadas no estabelecimento dessas articulações? Como o diálogo poderia melhorar?
33. Essa articulação entre instituições contribui para a valorização da erva mate? Como?
34. Essa articulação contribui com outros processos de desenvolvimento na região?

Para os atores públicos adicionar as seguintes questões:

35. Quais atividades a sua instituição exerce atualmente no Planalto Norte Catarinense?
36. Essas ações favorecem melhorias econômicas, sociais e ambientais da região? Você pode detalhar?
37. Algumas destas atividades é voltada, ou pode contribuir para a valorização de produtos e serviços ofertados no território, ou para o turismo regional?

Para os atores associativos e privados adicionar as seguintes questões:

35. Na sua empresa, a erva mate sombreada comercializa provém da produção a partir de terras próprias, arrendadas ou pela compra dos produtores da região?

36. Como este produto chega à empresa? Necessitam realizar o beneficiamento para a comercialização?

37. Qual o destino da sua produção? Quais os principais destinos da erva mate sombreada em geral?

38. Qual a relação da sua empresa com os produtores da região?

**Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CCA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS (PGA)

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Informações sobre a pesquisa:**

Eu, Fernando Henrique Prado, estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (PGA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Agroecossistemas, realizarei uma dissertação envolvendo um estudo cuja proposta é analisar o processo de construção da indicação geográfica da erva-mate sombreada, com ênfase para sua capacidade de promover uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial. A pesquisa terá como título: “*A indicação geográfica da erva-mate no Planalto Norte Catarinense: qual potencial de desenvolvimento territorial?*”. Essa pesquisa está sendo orientada pelo Professor Ademir Antônio Cazella. A partir dos resultados obtidos com este estudo, pretendo contribuir com a reflexão desta ferramenta para o desenvolvimento territorial.

A sua participação é voluntária, e ressaltamos que os pesquisadores e seu orientador serão os únicos a ter acesso às informações das entrevistas e tomarão todas as providências necessárias para manter o seu anonimato. A sua participação será uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema proposto. Os registros ficarão sob posse do pesquisador, os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada e serão divulgados em forma de dissertação, artigos científicos em revistas especializadas e resumos em eventos científicos.

Informamos que você não terá qualquer compensação ou despesa financeira advindas da sua participação na pesquisa.

Ressaltamos ainda que a sua participação não é obrigatória e que, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo quanto a sua relação com o pesquisador. Caso haja dúvidas a respeito do estudo, o pesquisador estará à disposição para esclarecê-las.

O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Duas vias deste documento, que possui duas páginas estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável, lembre-se de guardar cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

### **Consentimento pós-informação**

Eu, \_\_\_\_\_  
portador da identidade (RG) \_\_\_\_\_, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa “*A indicação geográfica da erva-mate no Planalto Norte Catarinense: qual potencial de desenvolvimento territorial?*” e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura do pesquisador responsável (Fernando Henrique Prado)

email:

telefone:

---

Assinatura do pesquisador responsável (Marja Zattoni Milano)

Email: [marjamilano@gmail.com](mailto:marjamilano@gmail.com)

telefone: (47) 99738-8602